

**ACTA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

6.^a

Aos sete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Teresa Rodrigues

Pimentel Sanches Calejo das Neves, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

----- Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes cinquenta elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Carlos Alberto Telo Figueira, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Pedro Miguel Coutinho Monteiro, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purralo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, José Carlos Ferreira Lopes, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. -----

----- Foram justificadas as faltas aos Deputados Municipais, Alfredo Justino Ribeiro, Maria Zita Rodrigues França Costa e Paulo Daniel Lopes Carvalho. -----

----- Não apresentaram justificação os Deputados Municipais Elisiário

Emílio Cancela, Mário Humberto Afonso, Carlos Alberto Azevedo e Francisco Augusto Batista Cordeiro. -----

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- 1. 1 *Apreciação e deliberação sobre as Actas das Sessões anteriores;* -----

----- 1. 2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----

----- 1. 3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;* -----

----- 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- 2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

----- 2. 2 *Análise e deliberação sobre “AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – EXERCÍCIO DE 2007”;* -----

----- 2. 3 *Análise e deliberação sobre “ORÇAMENTO MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2007”;* -----

----- 2. 4 *Análise e deliberação sobre “LIMPEZA URBANA DA VILA DE MOGADOURO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS 2006 E 2007”;* -----

----- 2. 5 *Análise e deliberação sobre “REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS 2006 E 2007 NA EMPREITADA DE SEGUNDA FASE DA ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO”;* -----

----- 2.6 *Análise e deliberação sobre “REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS 2006 E 2007 NA EMPREITADA DE ARRANJO URBANÍSTICO, PAVIMENTAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO BAIRRO S. SEBASTIÃO”;* -----

----- 2.7 *Análise e deliberação sobre “PEDIDO DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS OLIVÍCOLAS PORTUGUESES (ADEMO)”;* -----

----- 2.8 *Outros Assuntos.* -----

----- 3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- 1. 1 *Apreciação e deliberação sobre as Actas das Sessões anteriores;* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou para deliberação e apreciação a Acta da Quinta Sessão Ordinária, realizada dia vinte e nove de Setembro do corrente ano, declarando de seguida abertas as inscrições para uso da palavra. Não se havendo registado nenhum pedido de intervenção, foi a mesma posta à votação tendo ficado aprovada por unanimidade. -----

----- De seguida, apresentou para o mesmo efeito a Acta da Primeira Sessão Extraordinária, levada a efeito dia vinte e dois de Outubro do ano em curso, declarando de seguida abertas as inscrições para uso da palavra. Não havendo inscritos para usar da palavra, foi a mesma posta à votação, tendo ficado aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

----- Passou-se depois ao ponto seguinte dentro do Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **1.2 Informação da correspondência recebida e expedida:** -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço, declarou abertas as inscrições para uso da palavra. Não havendo qualquer registo para uso da palavra, passou ao outro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- **1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município:** -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** solicitou, a quem pretendesse fazer uso da palavra dentro deste ponto, que procedesse à sua inscrição para ver se se combatiam os “remendos” que normalmente se faziam no fim. Logo a seguir declarou abertas as inscrições para uso da palavra. -----

▶ **JOAQUINA MARIANO**, Presidente da Junta de Freguesia de Sanhoane, já no uso da palavra, endereçou a todos os votos de umas Boas Festas desejando que o Menino Jesus abrandasse o coração a todos para que houvesse mais caridade, mais amor, mais fraternidade entre todos. De seguida, disse pretender apenas pedir um esclarecimento à Câmara quanto ao Plano de Actividades, pois, apesar deste estar inscrito em letras pequeninas, ainda tinha conseguido vislumbrar o que ali estava escrito, tendo ali encontrado apenas um ponto ...” -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu a oradora para dizer que, quanto ao ponto que esta Deputada tinha acabado de focar, quando lá se chegasse (ao ponto “dois.dois” do Período da Ordem do Dia) lhe daria a palavra para colocar a questão que estava no presente momento a apresentar. -----

▶ **DULCÍNEO RODRIGUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Porco, usou a seguir da palavra referindo-se à situação em que se encontravam os caminhos nacionais de todas as freguesias, derivado às recentes chuvadas dos últimos meses e que, a prolongar-se esta situação, todos os caminhos do concelho iriam ficar numa situação lastimável, a tal ponto que, quando as Juntas de Freguesia quisessem arranjar os caminhos teriam de mexer praticamente em todos – na sua freguesia tinha, nomeadamente, pontões arrastados e uma série de prejuízos causados pelas águas e, com o orçamento que foi disponibilizado às Juntas de Freguesia, nomeadamente as transferências que tinham sido feitas, não teriam capacidade económica para fazer frente àquela situação. Deste modo, propunha que a Câmara Municipal estudasse uma forma qualquer de os poder ajudar naquela situação uma vez que lhes foram também reduzidas as transferências de capital. Ele falava em nome da Junta de Freguesia de Vale de Porco, mas supunha - disse - que todas as Juntas do concelho estariam numa situação semelhante à sua. Por isso, propunha que a Câmara

Municipal tomasse isso em conta e que, de uma forma ou outra, os ajudasse a pôr os caminhos transitáveis. -----

► **ALBINO RODRIGUES** já no uso da palavra disse: “Inicio esta minha prelecção por fazer um breve balanço daquilo que tem sido um ano de exercício da Câmara. Por mim, e no final de um ano, tenho notado que a oposição questiona, a Câmara responde ou não responde, isto é, só responde quando convém, e deixa depois cair no esquecimento quando não convém, ou seja, falam, falam, falam mas com o status que têm vejo-os a fazer pouco e, nesse aspecto, aponto: os saneamentos do *Canto* continuam por fazer (é urgente); não se faz nada quanto à sinalização (as passadeiras continuam na mesma, à espera de algo que aconteça, e eu continuo a incomodar – como alguém diz, continuo a incomodar). E agora, vem mais uma (este sinto-o na pele, que sou pai de um aluno que vai para a Escola Primária e não consigo estacionar para deixar o meu filho): põem um risco amarelo de uma ponta à outra da escola e eu (?). No último dia que eu estive lá, parei (está lá agora um sinal vertical que é proibido parar ou estacionar) e, conforme eu parei, deixei o meu filho, veio uma autoridade, mandou-me encostar na frente e disse-me que não podia parar ou estacionar (eu sei que aquilo é “não pode parar nem estacionar” mas quem colocou lá aquilo foi a Câmara). Onde eu vou deixar o meu filho? Vou de helicóptero? Ou então estaciono do lado de lá, do lado contrário. Será que, se acontecer alguma coisa a Câmara é responsável? – É sim senhor! Os autocarros estacionam em fila – ainda outro dia fiz uma travagem (e toda a gente faz quando passa ali) na Escola Secundária também se fazem travagens ali, porque os miúdos saem pelo meio dos autocarros – é complicado! Mesmo para quem circula na via! De quem é a culpa? – Não sei, temos que tentar resolver essa situação.) Será que deixando (eu também, quando venho aqui criticar também deixo soluções – poderão ser mais, ou menos), mas penso que, deixando ali um espacinho para poderem estacionar, ou parar, quem vai levar os filhos à escola, não era mau; ou então arranjar-se um horário ao senhor Santos que, põe ali dois autocarros: parte este às tantas, aquele às quantas. Se calhar, era uma solução para não estar aquela “bicha” ali de autocarros e ninguém mais lá entra – é uma muralha. Já agora, aproveito, (falando de autocarros) pergunto ao senhor Presidente se os autocarros do Santos já têm cinto para os miúdos (é que é obrigado, nesta altura). E a Câmara deve obrigar o senhor Santos a pôr cintos. Continuo a ver também (ainda hoje fui à escola, antes de vir para aqui, pôr os miúdos, a trabalhar) e os miúdos continuam a chegar tarde porque os autocarros de Soutelo avariavam constantemente – todos os autocarros. Ou seja, eu, também aqui, acho que a Câmara devia forçar um bocadinho. Os autocarros vão-se deteriorando mas, estes autocarros para as nossas crianças!? ... -----
----- Tenho ainda outra situação para, outra pergunta, para fazer. É o seguinte (e esta é para o senhor Presidente da Câmara que, de facto, é o

responsável por este município): porque é que os quartos de banho da (eu não lhe chamo da paragem do Expresso – é assim que se chama? Só param lá expressos – eu continuo a ver as pessoas a sair em frente à Escola Primária; a virem a tomar o autocarro em frente ao Liceu), porque é que não têm quartos de banho abertos ao fim-de-semana? Sábado e Domingo não há quartos de banho para ninguém – ninguém pode fazer nada nesta Vila. E depois, finalmente, falo da qualidade da água – muito má. Pagamos água boa e temos muito má qualidade de água”. -----

► **VÍTOR BATISTA**, antes de iniciar a sua intervenção propriamente dita, desejou a todos umas Festas Natalícias óptimas e que tudo quanto desejassem fosse concretizado. Depois, disse que, naquele momento, neste ponto de “*Assuntos de Interesse para o Município*” não vinha colocar uma questão em particular, vinha ali apenas proporcionar um momento de reflexão do próximo ano – uma vez que se ia debater o futuro do próximo ano – seria bom também reflectirem sobre o próximo ano de dois mil e sete, que é um marco de referência nos próximos anos, que irão descrever o futuro não só da Nação, da Europa e do município. E continuou: “Como todos sabemos, a dois mil e sete já lhe conotamos uma carga simbólica como marco de referência temporal muito importante em termos europeus. Marca o início do QREN – que é o Quadro de Referência Estratégico Nacional que é, no fundo, as siglas que designam os anteriores Quadros de Apoio Comunitário (seria, no fundo, o similar ao Quarto Quadro de Apoio, só que agora chama-se QREN) portanto, e é em dois mil e sete – estamos a quinze dias de entrar nesse marco. Portanto, é considerada também como a grande última oportunidade de que Portugal tem em se emancipar da subsídio-dependência e ganhar autonomia económico-financeira capaz de ser sustentável numa Europa alargada e num mundo globalizante. Todos sabemos o que isso significa. Todos temos consciência do quadro clínico da economia portuguesa e todos estamos conscientes das dificuldades do país, não só porque estamos nesta corrida e, comparado com os outros países, muito atrás da linha de partida, mas também porque vamos começar a correr depois dos outros, isto é, do QREN que começa já daqui a quinze dias (ou pouco mais do que a quinze dias), pouco além dos princípios gerais que sabemos. Isto quer dizer que a própria Nação está atrasada relativamente à linha estratégica do próximo Quadro Comunitário. -----

----- Como vemos, não só estamos duplamente atrasados, do ponto de partida, como temos a consciência de que vamos correr menos do que os outros países, porque eles já estão prontos para correr enquanto que nós temos que fazer o aquecimento – o aquecimento durante o jogo. Agora, imaginem quais são as nossas dificuldades enquanto Região. Se o país está numa posição muito má, imaginem nós, enquanto região interior. As dificuldades apenas servem para um diagnóstico e sabermos a realidade com que contamos e jamais podem servir para argumentar um discurso

pessimista e motivar um levantar de braços apenas para sustentar uma faixa a dizer S.O.S., ou “socorro”, à espera de um salvador. -----
----- É natural que o momento seja de preocupação. É compreensível que a tendência do nosso discurso seja levado para o pessimismo. Eu, com este discurso, não quero apenas lembrar a preocupação que nos envolve a todos: o meu objectivo é dizer que, para mim, um pessimista é apenas um optimista desinformado, e lembrar que só nos candidatámos nas últimas eleições, e todas as outras, porque acreditamos que somos capazes de trazer algo contributivo e optimista. E, só estamos aqui porque o eleitorado está à espera que o sejamos – optimistas. -----
----- Em forma de síntese, quero lembrar que dois mil e sete é o ano que podemos aproveitar (tendo em conta o mal, tendo em conta o atraso em que nos encontramos) podemos certamente aproveitar para ganhar posição no contexto nacional e interiorizarmos a nova filosofia do QREN que nos impõe obrigatoriamente algumas mudanças de atitude e de estratégia. -----
----- Se no anterior Quadro Comunitário podíamos, ir ali ao lado, ir buscar fundos comunitários, o QREN obriga-nos a ir mais longe; se nos Quadros Comunitários anteriores podíamos desenhar projectos avulso para justificar a cativação de apoios comunitários disponíveis, o QREN obriga-nos a desenhar, antecipadamente, projectos integrados para justificar a cativação desses mesmos apoios; se os anteriores Quadros apenas nos exigem, ou nos exigiam, para sermos espertos, o QREN obriga-nos a ser inteligentes; se os anteriores Quadros nos exigiam uma esperteza singular, o novo QREN obriga-nos a uma inteligência colectiva; se nos anteriores Quadros podíamos, isoladamente, aceder a apoios, o novo QREN obriga-nos a cooperar com outras instituições e territórios numa estratégia transversal. --
----- Podemos então concluir que o QREN concentrará a sua acção numa estratégia colectiva em detrimento da isolada. Se não interiorizarmos estes princípios subjacentes ao QREN e não os soubermos materializar, numa óptica de cooperação local, vamos perder este comboio. -----
----- Esta mensagem, esta reflexão é, espero, dirigida a todos, principalmente à Assembleia, porque, realmente, a cooperação é transversal. Portanto, o esforço que se exige, e a cooperação que se exige, é para todos e devemos aproveitar o dois mil e sete para reflectir nessa estratégia.” -----

► **MANUEL TIBÉRIO**, usou a seguir da palavra começando também por formular os seus votos de Bom Natal para todos, dizendo a seguir: “Estamos de regresso a este mui nobre Salão – Salão Nobre, dos Paços do Concelho. Eu espero que este regresso não seja sinónimo da menor importância dos assuntos a tratar (julgo que não). Da minha parte, a *Agenda de Trabalhos* de qualquer Assembleia Ordinária é classificada, sempre, da máxima importância. E, esta assembleia, ou a agenda desta assembleia é de extrema importância, a justificar um maior envolvimento

por parte de todos, inclusive por parte da população e também, porque não dizê-lo, um maior dinamismo no sentido de motivar essa própria população para a discussão dos assuntos agendados. Aliás, a figura do orçamento participativo existe – há, inclusive, municípios que assim procedem e que fazem dessa figura um instrumento importante de participação e discussão do Orçamento e do Plano de Actividades. Já aqui foi referido – e eu também não queria deixar passar em claro – estamos a chegar ao fim dum ano de mandato (já chegámos), estamos inclusive a discutir o Plano para o próximo ano e anos seguintes mas, se calhar, faria sentido que esta Assembleia também se debruçasse sobre o passado e fizesse como que uma avaliação à actividade do município. Como também já foi referido – e eu também considero isso – não se reconhece a este executivo uma actividade relevante e, portanto, a avaliação do desempenho estaria feita, pois não se pode avaliar aquilo que não existe. Como não estaremos disponíveis para avaliar a actividade passada, eu arriscaria a trazer aqui, ou a fazer aqui, de certa forma, algum rescaldo e a passar em revista alguns acontecimentos que tiveram lugar num passado ainda bem recente. Estou por exemplo a lembrar-me da Assembleia Extraordinária onde foi abordado um problema importante da saúde, ou relacionado com a saúde, e que tem a ver com a criação da Urgência Básica em Mogadouro, que poderá ou não ser instalada aqui. Bom, mas se nós fazemos por vezes alarido de certas coisas, também devemos propagandear, e fazer também alarido, e promover aquilo que são serviços positivos e que se começam a instalar no nosso concelho. Eu aproveitava para ler rapidamente uma passagem do *Diário de Trás-os-Montes* que li e que fotocopiei e que diz assim: «**Técnico vai percorrer Centros de Saúde para efectuar exames de Espirometria em todo o distrito. Até final do mês**, (isto é uma notícia de Novembro – não sei se ela estará em funcionamento) *os Centros de Saúde do distrito de Bragança vão dispor de um serviço de Espirometria. Trata-se de um meio auxiliar de diagnóstico que permite avaliar a capacidade da função respiratória dos pacientes que sofram de doença crónica, como é o caso da asma*». «*Actualmente, a realização deste exame médico obriga a uma deslocação ao Hospital de Bragança*». «*A partir da segunda quinzena, um técnico iria percorrer (segunda quinzena de Novembro), iria percorrer os Centros de Saúde do distrito para efectuar o exame*». «*Segundo a coordenadora da Sub-Região de Saúde ‘com este tipo de serviço descentralizado pretende-se implementar uma medicina de proximidade, e melhorar o acesso das pessoas às consultas e aos exames médicos’*. Concretamente para Mogadouro, e no Centro de Saúde de Mogadouro (e para concluir a leitura rápida) *além do RX, o Centro de Saúde de Mogadouro foi dotado de outros serviços clínicos, como é caso da consulta de Nutrição que está disponível dois dias por semana. A Psicologia é outra das valências introduzidas, a par da Fisioterapia, o que evita deslocações ao Hospital de Macedo de*

Cavaleiros». Só para dar exemplo daquilo que parece ser positivo e que nós também devemos realçar e valorizar e não apenas estar a fazer alarido e a tocar a população, por vezes, contra coisas que não fazem sentido. -----

----- Um outro assunto em revista, ou um outro rescaldo, tem a ver com a Agenda Vinte e Um Local, que teve - ou o fórum da Agenda Vinte e Um Local - que teve também recentemente lugar em Mogadouro. Foi reconhecido por todos que esse fórum foi positivo (eu também o considero como muito positivo) mas poderia ter sido mais positivo ainda. E, para tal, bastaria coisas muito simples, como por exemplo maior adesão por parte de organizações sectoriais do concelho – faltaram muitas, e eu assinalei-as (não estiveram lá, não sei porquê) – não foram envolvidas, não se interessaram; maior adesão por parte da população em geral – também fazia falta; mas, sobretudo, que a política e os políticos locais, fossem menos monopolizadores da discussão. Não fui só eu que tive esta percepção; pessoas isentas (isentas no sentido partidário) tiveram esta mesma percepção. -----

----- Um outro assunto, também a passar em revista, tem a ver com o *Seminário Agricultura e Florestas* promovido no âmbito da Comemoração do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação e também da Feira dos Gorazes. No seguimento destas duas iniciativas, o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador Dário desdobraram-se em declarações à imprensa afirmando que a Câmara Municipal, de Mogadouro, era a única a apoiar os agricultores na instalação de *Cozinhas Regionais* – isto foi repetido em vários órgãos de imprensa local. Eu não sei de que é que serve à Câmara Municipal com este apoio (do qual não me recorda agora o montante), ou com tanto apoio que referem, como se explica que Mogadouro não tenha uma única unidade deste tipo, aliás reconhecido pela própria Câmara Municipal. Em vez de tal apoio, e de propagandear tal apoio – o que me parece mínimo – não teria sido preferível trabalhar mais há uns anos atrás, isto é, quando de facto o Quadro Comunitário estava em vigor, quando a medida do AGRIS estava em vigor, e que detinha apoios ao investimento para este tipo de iniciativas, e ajudar os agricultores a investir, envolvendo-os, aproveitando de facto esses apoios previstos na medida AGRIS que agora termina? Agora que o apoio comunitário ao investimento terminou, a Câmara Municipal lembra-se de dar uma esmola e apregoar essa esmola como um grande feito – grande coisa. -----

----- O último assunto em revista: sobre Educação. No *Jornal Nordeste* desta semana o Vereador João Henriques afirma que a Câmara Municipal paga a refeição aos alunos do Primeiro Ciclo deslocados para os três Pólos escolares do concelho. Adianta que se trata de um grande esforço financeiro para o município e adianta também que este apoio deveria ser suportado pelo Estado dado que o encerramento das escolas foi da responsabilidade do Governo. Sobre isto, devo dizer o seguinte: -----

Ponto um – é verdade que o reordenamento da rede escolar é de responsabilidade do Governo, mas também já toda a gente percebeu – pais, alunos, comunidade escolar, sociedade – que esta medida, do encerramento das escolas (se assim lhe quiserem chamar) foi uma medida acertada – até o senhor Presidente da República concorda com ela, concorda com a atitude reformista do Governo. Só a Câmara Municipal é que ainda não percebeu que foi de facto uma medida acertada porque teimam em apontar isto como um problema que o Governo trouxe para Mogadouro; -----

Ponto dois – se o senhor Vereador acha que pagando as refeições às crianças se está a substituir ao Governo, a Câmara deveria tomar uma posição de força e não pagar. Aliás, ao fazê-lo, está a contrariar uma tomada de posição desta Assembleia que foi no sentido de que seria o Governo, ou que poderia ser o Governo, a fazer isso. Se o pagamento de um ponto trinta e oito euros por dia a cada uma das cento e vinte crianças abrangidas é considerado um grande esforço financeiro para o município, que dizer de alguns “elefantes brancos” que estão para aí a ser construídos? Que dizer, inclusive, então, de dezasseis mil euros que são gastos todos os anos na festa dos anciãos? Que dizer, por exemplo, então, dos vinte mil euros pagos, ou gastos, na Flor da Amendoeira, com retorno duvidoso? Bom, então, em termos de prioridades, ou em termos da fixação de prioridades, este executivo andaria mal. São migalhas! Isto, um ponto quatro euros por dia, cento e vinte crianças, são migalhas. Mas, acrescento a isto: de facto, a Câmara diz que – e vem para os jornais dizer – que paga um ponto trinta e oito euros às crianças do Primeiro Ciclo, mas não diz que não aceita pagar as refeições dos alunos que estão no Segundo Ciclo; -----

Ponto quatro – a descentralização de serviços, a descentralização e competências. A descentralização de funções para os municípios parece ser só do agrado dos municípios se esta descentralização permitir aos seus responsáveis distribuir “jobs for the boys and the girls”, porque é assim que se conseguem manter no poder. E, sobre este ponto, era só.” -----

► **ALTINO ALEIXO** usou a seguir da palavra, desejando também a todos um Feliz Natal e um Bom Ano Novo, cheio de ideias novas e divergentes, porque – dizia – com ideias novas e divergentes iria haver diálogo e evolução, pois só assim deixariam de estar sempre a dizer “*yes man, yes man*” porque, a dizer “*yes man*” não iam a lado nenhum. E prosseguiu: “Depois, queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara como estava o Plano Municipal de Defesa da Floresta. Nesta Assembleia, penso que é um assunto interessante e importante. Nesta Assembleia, nunca – eu pelo menos, e nunca faltei – ouvi falar neste assunto e é de extrema importância porque nós já vamos tendo essa ideia, já vamos incutindo essa ideia que os fogos vão-se prevenindo no Inverno – penso que é essa a ideia que nós temos e que é válida. -----

----- Um segundo assunto era sobre a Casa Mortuária. Nós aqui, numa

Assembleia, foi feita a revisão do Plano e do Orçamento, penso eu, e eu votei contra – penso que toda a gente votou contra, ou foi votado por maioria – e o que me levou a votar a favor foi, de facto, nessa revisão estar introduzido uma Casa Mortuária. Não sei como está isso. Só sei que – isso sei – que devido à falta de Casa Mortuária, infelizmente, nestes últimos tempos, causou – já por si uma dor forte – causou ainda uma dor mais forte em determinadas pessoas. Gostaria que se pronunciasse sobre isso. -----
----- E, já agora, visto que se falou (nem me recordava) visto que se falou aqui em projectos e em Quadros Comunitários, eu gostaria – já poderia ter falado com o Presidente da minha freguesia – não falei – nem vim aqui para falar nisso mas, já que estamos aqui, já que se falou nisso – eu queria focar este assunto: queria que a Câmara Municipal dissesse, ou explicasse a mim e a toda a Assembleia, realmente, o que se passa com esses projectos AGRIS (não sei o que se passa em Paradela – diz que há um projecto AGRIS – no IFADAP parece que não aparece lá nenhum projecto da Junta de Freguesia) das obras de requalificação. Portanto, não sei o que se passa também. Gostaria que se pronunciasse sobre isso.” -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou a seguir da palavra, e disse: “Queria fazer aqui algumas observações, um pedido, e um pedido de esclarecimento. -----
----- Vou reforçar outra vez aqui a referência à notícia no jornal. -----
----- Eu já não queria falar nestas coisas, nem na problemática do encerramento das escolas e da educação. Até concordo que todos devemos unir esforços para que tudo corra bem e da melhor forma. O que eu não gosto é de ouvir afirmações sem que sejam medidas as razões que as sustentam. E vou fazer referência à notícia do jornal de ontem a propósito do fornecimento das refeições a cento e vinte crianças. Este município não faz nada de mais ao fazer isso! Outros houve que, desde o início assumiram isso. Agora, o que eu gostava de ter visto mencionado na notícia era que o município iria restituir o dinheiro às famílias que as crianças já pagaram pelas refeições, porque fizeram com elas a maior das injustiças – e esperamos que o façam. E já chega de culpabilizar o Governo pelo encerramento das escolas. Vossas Excelências sabem perfeitamente que foram responsáveis pela situação. Nunca o Governo pensou em encerrar tantas escolas numa primeira fase. E, eu só espero que esta irrisória quantia não seja ela que vá fazer com que o futuro dos residentes fique hipotecado. Isto também vem a propósito de ter sido dito aqui, ou feito o balanço da abertura do ano lectivo, e que era positivo. É totalmente falso. Devem lembrar-se que, no final do ano lectivo dois mil e cinco/dois mil e seis, levantei aqui algumas questões, que se encontram em acta, e às quais não obtive qualquer resposta. Lembrei ainda que as férias eram apenas dois meses, o que também não foi levado em conta. Foi o que se viu! Eu iniciei o ano em Bemposta, e as coisas estavam tão bem organizadas que as crianças tiveram que ir embora porque não tinham onde almoçar. -----

----- Lembra-se, senhor Vereador, quando me disse aqui o seguinte: “*A Antónia está a esquecer-se que eu também sou professor*”. Hoje, eu digo-lhe, senhor Vereador, deve ser um professor com uma alma e um coração pouco grande. Primeiro, porque só o é quando não tem mais nada para fazer; segundo, porque, se assim não fosse, não teria tratado todo o processo da educação de forma tão leviana e inconsequente. -----

----- Vossas Excelências sabiam todos, melhor que o CAE, que a DREN e que o Governo, as condições péssimas que existiam para receber as crianças. Não diga que não sabia, porque eu própria o vi tremer e queixar-se de frio em reuniões aqui na EBdois. -----

----- Sabem perfeitamente que há salas de aula – e não é só uma – onde a água tem que ser varrida à vassoura; outras, em que chove nos livros e na cabeça das crianças; que ter aquecimento ou não ter é a mesma coisa. E disto poderá melhor falar, se assim o entender, o senhor Presidente da Assembleia – tanto ele como a esposa, passam aqui na EBdois, mais tempo do que eu. Ora, um pouco mais de bom senso ficar-lhe-ia muito bem a este município. Era aconselhável que olhassem mais para o essencial do que para o supérfluo, que tivessem mais sensibilidade e mais atenção às condições em que as crianças vivem o processo educativo. -----

----- **(A parte do discurso que se segue não ficou gravado em banda magnética, mas tinha sido disponibilizada pela oradora após a sua intervenção).** -----

----- acredite que, quando este executivo ganhou as eleições e eu tive conhecimento que o Vereador do Pelouro da Educação era o senhor doutor João Manuel dos Santos Henriques – e fiquei satisfeita – disse: «Bom, vamos ter no Pelouro da Educação um professor. Por certo **(a partir daqui, volta a haver registo magnético, pelo que se voltou a transcrever o que foi dito por esta Deputada municipal)** que vai fazer melhor. Como professor que é, conhece as exigências do processo educativo e as condições em que deve ser desenrolado o processo Ensino/Aprendizagem». Enganei-me, senhor Vereador. É tudo bem pior que até então. É que Vossa Excelência só se preocupa com a aparência, com a pose para a fotografia e em pintar de cor-de-rosa o que, com os vossos contributos, ficou mais negro. -----

----- Lembra-se, por certo – não foi assim há tanto tempo – de quantas pessoas se deslocaram à EBum para distribuir os manuais das AEC, ou seja, das Actividades de Enriquecimento Curricular! Eram pelo menos quatro pessoas: uma, pegava na caixa; outra, dava o livro ao senhor Vereador que, por sua vez, o dava à criança juntamente com uma carta individual para cada encarregado de educação; e ainda uma outra, tirava a fotografia para a Comunicação Social. Para isto, interromperam as aulas durante uma manhã inteira. Diga-me por favor: será que tinha receio que os professores ficassem com eles e por isso procedeu desta forma? -----

----- Poderiam também ter fotografado as crianças quando esperavam, numas escadas frias e desagasalhadas, à espera que os funcionários

varressem a água das salas, à vassoura, para, em seguida, poderem entrar para a mesma sala, molhada e fria. Isto, senhor Vereador, não interessava que fosse fotografado nem divulgado na Comunicação Social! -----
----- Sejam honestos e coerentes. É pecado usar as criancinhas para atingir objectivos que nem sequer elas próprias ainda compreendem muito bem. -----
----- Se oferecem os manuais das AEC é com o dinheiro do Ministério da Educação, e não é assim tão pouco. Já devem ter recebido – ou irão receber – oitenta e um mil duzentos e cinquenta euros apenas para estas actividades, e, tenho por certo, que os meus colegas não recebem pouco mais de metade, até porque tenho informação que todos estão a fazer estágios profissionais, o que significa que não é o município a única entidade a pagar, mas também o Centro de Emprego. Concorreram pelo pacote máximo para receberem o máximo, pouco importa as condições em que as crianças se encontrem. A Educação Física, grande parte das vezes, é sentadas na cadeira, e sobretudo daqui para a frente, que as condições atmosféricas não o permitem de outra forma. Sabem onde passam os intervalos? Ao frio, ao vento, e à chuva, por vezes, ou num corredor frio e desagasalhado onde a chuva entra se fizer um pouco de vento – é desumano o que estão a fazer com elas. -----
----- Perante tudo isto, facilmente se depreende que viram à distância algum lucro, e poder. Se assim não fosse, teriam certamente negociado o encerramento das escolas de outra forma. Talvez até tivessem convocado uma Assembleia Geral extraordinária e mobilizassem os senhores Presidentes de Junta para trazerem o maior número possível de pessoal, mas nem sequer os ouviram, ou melhor, foram ignorados. Que falta de coerência, senhor Vereador, andar agora a acompanhar os encarregados de educação ao CAE, dizer que está com eles, quando foi Vossa Excelência o principal responsável de essa escola, com quinze alunos, ter encerrado (essa e outras) isso é que Vossa Excelência ainda não conseguiu explicar. Qual foi a sua inabilidade neste assunto? A bem dizer, foi tudo feito segundo a Vossa vontade. O nosso povo pode ser incauto, mas é de boa fé; não merece ser enganado. -----
----- Façam alguma coisa para melhorar as condições das crianças. Não façam como aos idosos – um almoço por ano, em que até podem levar o prato para casa. É que o ano tem trezentos e sessenta e cinco dias, e nos outros trezentos e sessenta e quatro nem sequer um sorriso – que não custa nada – quanto mais uma actividade sócio-cultural, para não falar na rede de Centros de Dia, prometida, que não se vê jeito que ela ... -----
----- E agora, quero fazer um pedido: nas escolas que encerraram nas aldeias, pelo menos algumas, tinham algum material em estado razoável. Quando terminaram as aulas, ainda nem sequer eu estava de férias, e já me estavam a pedir a chave para levantarem o computador. Até a Dona

Joaquina me tinha dito que precisava dele e já lá não estava. E, eu agora queria pedir que esse material, que são ábacos, tangrans, geoplanos, globos, que fosse recolhido e que o trouxessem aqui para o Agrupamento, porque faz falta. Ainda há dias, eu fui fazer uma substituição aqui na EBdois, precisei de um globo, e nem sequer um globo consegui. -----

----- E, por último, pedia que esta Assembleia esclarecesse sobre a fase em que se encontra a aquisição do terreno para a construção de habitações a custos controlados. É que já fui abordada por residentes no sentido de me procurarem se sabia como estava e que até já estariam a aceitar inscrições na Câmara (não acredito, porque já sabemos como é – alguém já terá até dito que já tinham um apartamento certo – não pode ser porque, segundo eu sei, penso que nem sequer os terrenos ainda foram adquiridos mas, pronto, é só para alertar).” -----

----- E terminou a sua intervenção desejando a todos um Santo Natal. ----

► **MANUEL FOLGADO**, Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, usou a seguir da palavra dizendo que vinha ali pelo seguinte: “Tenho conhecimento que alguém da minha freguesia veio entregar embalagens de herbicida e sacos de adubo – presumo, à Zona Industrial. Essas embalagens de adubo, disseram-lhe que não eram agora recebidas ali, que eram agora no armazém da Câmara. Esse senhor entregou as embalagens e viu meter essas embalagens nestes contentores onde são os mesmos das aldeias. Agora, eu queria perguntar: esse lixo tem a mesma finalidade que o das aldeias? É depositado no mesmo sítio? Faça o favor de me responder.” ----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio para informar o orador de que a Câmara responderia na altura própria. -----

► **MANUEL FOLGADO** continuou com a sua intervenção dizendo: “É que, caso seja feito, essa descarga de lixo no mesmo local, não havia necessidade dos munícipes virem aqui a Mogadouro fazerem esse trabalho – as Juntas de Freguesia, com autorização da Câmara podia fazê-lo. -----

----- Também queria focar outro assunto: a escola de Bemposta ainda não tem vedação.” -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, usou a seguir da palavra e disse: “Venho aqui a reforçar as palavras do Presidente da Junta de Vale de Porco, o senhor Dulcíneo. Os caminhos das freguesias encontram-se numa fase catastrófica devido às últimas chuvas que os vieram a importunar. Eu falo por mim, em Ventuzelo, tenho imensos paredões de caminhos que caíram (foram derrubados pelas águas) e mediante a verba que nos é atribuída pela Câmara, nós não seremos capazes, monetariamente, de dar cabimento a qualquer trabalho. Agradecia que a Câmara visse isso em pormenor; faça levantamentos; faça como quiser, mas acho que a Câmara deve ajudar as Juntas de Freguesia, que se queixarem (não sei se os outros não se queixam porque não querem ou lhe fazem o serviço gratuitamente ou mandam

máquinas da Câmara – a mim, até hoje, não me mandaram nenhuma, além de a pedir várias vezes) mas agradeço que a Câmara pense nisso a sério.” --

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra e disse: “Na reunião da Assembleia Municipal de Junho de dois mil e seis, foi o senhor Presidente da Câmara questionado, quer por mim, quer por outros Deputados Municipais, acerca do pedido de licenciamento de um novo posto de combustíveis, junto à habitação do senhor Heitor Calejo, numa curva e cruzamento complicado, frente à futura Biblioteca Municipal que está em construção. Solicitei na referida reunião que informasse esta Assembleia de todos os actos administrativos já praticados sobre este pedido. Na mesma reunião informou que o primeiro pedido foi reprovado e que estava em estudo o segundo projecto, mas que ultrapassava largamente aquilo que lhe era permitido em face do terreno que tem. Quando for avaliado daremos satisfação própria desse sistema – citei as palavras do senhor Presidente na resposta, e que consta da acta da reunião de vinte e nove do seis, a página duzentos e dezoito. -----

----- Na reunião da Assembleia Municipal de vinte e nove do nove de dois mil e seis, coloquei novamente a questão em virtude da informação que me foi dirigida nada responder ao que tinha solicitado, conforme ofício que aqui reproduzo – e isto em vinte e sete do nove, portanto dois dias antes da anterior assembleia, o Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-me um ofício com a resposta da Câmara Municipal e que dizia o seguinte: *«'Licenciamento de bombas de gasolina – apresentação de informação' – Em resposta ao solicitado no vosso ofício número quatrocentos e trinta e sete, datado de um de Agosto do corrente ano, sobre o assunto em epígrafe, cumpre-me informar Vossa Excelência, com base na informação prestada pela Chefe de Divisão de Urbanismo e Meio Ambiente, que o pedido de licenciamento de umas novas bombas de gasolina em Mogadouro, em nome da requerente TUACAR – Automóveis e Máquinas, Limitada, foi informado e encontra-se, neste momento, a aguardar despacho»*. Portanto, nada, mas mesmo nada, nos responde àquilo que foi solicitado. -----

----- Na resposta, o senhor Presidente informou que tinha dito aqui que aquilo colidia com o prédio do lado, mais isto e aquilo, e que *todo o procedimento administrativo ser-lhe-á fornecido*, conforme consta na acta da reunião de vinte e nove do nove, página trezentos e três – também citei as palavras exactas que o senhor Presidente aqui proferiu na referida reunião de vinte e nove do nove de dois mil e seis. -----

----- Nada mais me foi fornecido (até à data). Tivemos conhecimento que a Câmara Municipal, na última reunião, aprovou o projecto das novas bombas. Porque temos sérias dúvidas do cumprimento do PDM, solicitamos novamente, que nos sejam fornecidas cópias de todos os Pareceres, Informações, Despachos, em suma, de todo o procedimento administrativo sobre o referido licenciamento para o local, com vista ao

apuramento da legalidade junto da IGAT. -----
----- Senhor Presidente da Câmara, outro assunto que gostávamos de ver esclarecido, é a deliberação que a Câmara Municipal tomou em reunião de sete do três de dois mil e seis, na qual foi aprovado, por unanimidade, que seria transferido para a Junta de Freguesia de Bemposta um montante igual à dívida que esta tem com a ADSE e que se arrasta há vários anos. Até à data, nada foi transferido; o ano económico está praticamente no fim. Será que ainda vai ser transferido? Ou será mais uma deliberação que não é para cumprir, pelo simples motivo de ser uma Junta de Freguesia liderada por eleitos do Partido Socialista”. Terminou a sua intervenção desejando também a toda a Assembleia um Feliz e Santo Natal. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu de seguida a palavra à Câmara Municipal para responder às questões que ali foram colocadas, informando ao mesmo tempo que a Câmara dispunha de quarenta e cinco minutos para o efeito, podendo este tempo ser distribuído pelos vários representantes da Câmara que quisessem usar da palavra. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** depois das protocolares saudações disse: “Esta é a última Assembleia de dois mil e seis – Assembleia que decorre com uma animação de estima, com uma animação que muito me alegra e, digamos assim, pondo os pontos nas feridas (não direi feridas; nas feridazinhas), nestes assuntos que aqui têm apresentado ao longo deste ano. ----- Começo por responder ao Deputado Dulcíneo acerca dos caminhos vicinais, pontões, relacionados com os orçamentos, com as ajudas, e isso tudo, lembrando que, na realidade, este ano foi um ano de muita chuva; foi um ano em que a intempérie causou prejuízos de monta e, se bem que estes caminhos vicinais sejam da responsabilidade das Juntas de Freguesia, podemos vir a compreender que necessitam de ajudas para resolver problemas pontuais a este respeito. -----

----- Respondendo ao Deputado Albino, que faz um Balanço exaustivo, digamos assim, de toda a sua actividade aqui na Assembleia, porque isto foi mais a actividade do Deputado Albino do que, propriamente, a actividade da Câmara, porque a actividade de uma Câmara não se pauta com assuntos dessa natureza; esses são os assuntos pontuais, os assuntos que, embora tendo importância, são os assuntos que bem poderiam ser comunicados atempadamente e no momento próprio que surgem essas dificuldades, à Câmara – até por ofício, verbalmente, etc. – e são assuntos que passam a fazer parte de uma Assembleia e que podiam ter sido resolvidos até quando chegasse a nova Assembleia. No Balanço da Actividade da Câmara, o saneamento do “Canto” – essas coisas hão-de fazer-se todas. Mogadouro tem hoje uma cobertura de saneamento invejável (não é a nível do distrito) – invejável a nível do país. Mogadouro tem cerca de noventa e sete por cento, ou mais, do saneamento realizado (não deve haver muitas povoações que tenham isso). Casos pontuais, como

sejam esse do “Canto”, e que já se falou (que se há-de fazer porque, com certeza que se vai fazer), bem como a sinalização, tudo isso, para ser resolvido de fundo é preciso concursos – e os concursos pagam-se com dinheiro – e vamos fazê-los atempadamente. Os cintos nos autocarros não são obrigados – não é obrigatório. Devia haver, de facto, um Decreto por parte do Governo a dizer assim: «ponham cintos, porque são obrigatório pô-los», mas não é, não há; não há obrigação disso. E, pôr cintos nos autocarros custa dinheiro. Mas aí que as empresas, que são empresas lucrativas, com o fim em que visam o lucro, também os não põem, não é assim? Também os não põem! Bom, também se devia ter atenção, também com o acompanhamento, com todas essas coisas que necessitam ser pagas. E, quando se diz que se desviam dinheiros, que isso é um esforço muito grande da Câmara, a simples alimentação, todas essas coisas – não é! A alimentação de cento e vinte crianças, ou de cento e cinquenta, ou até de quinhentas – não, não, não! É o conjunto de todas essas coisas, desde a alimentação, desde os transportes, etc., etc., que estão em causa – isso sim! Isso é que representa um esforço muito grande. -----

----- Dos quartos de banho, além, nos Expressos, como eles estão consignados durante a semana, eu não sabia que ao Domingo (creio que é ao Domingo) – ao Sábado e Domingo – vamos tratar, evidentemente, disso. A água, olhe, eu por acaso nunca a tive turva, mas muita gente se queixa na Vila que a água vem turva – e vem (que eu também já vi, noutras condições). -----

----- Agora, o Vítor fala aqui do QREN, das suas preocupações – pois, evidentemente que o QREN é uma preocupação. Mas, quando nos diz que agora acaba dentro de quinze dias, vem o QREN ... – não vem; o QREN não vem dentro de quinze dias. Isso não há períodos, nem há coisas. Há coisas efectivas. A efectividade do QREN não está definida, nem, com certeza, conseguiremos fazer os projectos através dessa indefinição que se põe, e daí a nossa grande preocupação. Porque, a par do QREN, vem o reordenamento do território. Nós não sabemos se as Associações de Municípios se vão manter – sabemos que vai haver uma; sabemos que o GAT vai acabar e haver um (a propósito, já se ofereceu espaço em Mogadouro para, se quisessem, fazerem aqui o GAT, trazendo todos os seus técnicos, que estudaríamos a situação). Quanto ao QREN, é tudo, de facto, muito tibioso. -----

----- Quanto ao Deputado Tibério, as Assembleias Extraordinárias – quando se procura fazer uma assembleia extraordinária daquele tipo procura-se, de facto, integrar o povo na ideia de uma coisa de grande responsabilidade. E eu acho que, um Serviço de Urgência Básico em Mogadouro é uma atitude de grande responsabilidade. Não é que ele, como foi dito, “*não vai haver médicos; não vai haver equipamento*”. Não, mas vai haver um embrião de uma unidade, que fica escrito na Lei – e isso é que

é muito importante. Porque, quando o hospital de Mogadouro foi desviado para Macedo de Cavaleiros (muitos talvez não se lembrem, nem têm idade para isso) mas o que era o Hospital de Macedo de Cavaleiros? Quantos médicos tinha lá? – Tinha lá dois médicos, um hospital! Equipamento? Que equipamento? Tinha lá camas. Laboratório de análises nem existia – há vinte e cinco ou trinta anos. Mas ele foi transferido para lá! Foi transferido de um hospital para um sítio onde não havia hospital. Mas, o que ficou, foi Macedo de Cavaleiros com um Hospital que se foi fazendo, e hoje é aquilo que nós temos. Nós queremos uma Urgência Básica em Mogadouro e queremos-la consignada na Lei. E isso é que é importante que as pessoas compreendam, porque é isso que vai determinar o desenvolvimento duma Urgência que chegará não sei a donde; que chegará a boas condições de funcionamento até porque, no artigo dezoito do Relatório, ponto catorze, diz: “*esses centros serão equipados com ... e serão equipados também com pessoal*” – o próprio Ministro diz assim: “então mobilidade do pessoal, senhor Ministro, como? – Os médicos vão ser destacados na medida das necessidades (e acho que deve ser assim). De maneira que, as assembleias fazem-se, de facto, para mobilizar as pessoas, para que as pessoas compreendam a necessidade que têm e olhem para trás, para os sacrifícios que passaram durante trinta anos a ir daqui a Macedo de Cavaleiros e a Bragança, para, podendo muitos deles, ficar directamente em Mogadouro – e isso, a população tem que tomar conta dessas coisas, tem que tomar conhecimento e, a melhor forma de tomar conhecimento dessas coisas, é de facto, vir a ver o que fazem todos os organismos responsáveis pelo desenvolvimento em Mogadouro – Câmara Municipal, Vereação, Assembleia, Juntas de Freguesia, e tudo. São essas as pessoas através das quais devemos comunicar, mas quando necessário, quando os problemas são de tal forma importantes, devemos chamar a população também a ouvi-los. Nós alardeamos os problemas que entendemos necessário mas, há aqui uma oposição, há aqui uma Assembleia, há Juntas de Freguesia – alardeiem vocês os problemas que quiserem, ou procurem abordar a Câmara (que nunca aconteceu isso) para dizer assim: “ó meu amigo, há aqui este, e este, e este problema, que talvez fosse necessário propagandear, e então, nessa altura, acusariam a Câmara de não alinhar nesses alardeamentos. -----
----- Quanto à “*Agenda Vinte e Um*”, eu não sei a que se refere propriamente dito: ao facto de eu ser convidado e ir lá e falar? Não? Então? Quanto à *Agenda Vinte e Um*, a reunião que aqui se passou fui eu que pedi ao Ricardo Magalhães que as comesse a fazer pelos concelhos, e não exclusivamente em Macedo de Cavaleiros e Mirandela; para as fazer para a nossa população. Foi nomeada uma Comissão; a Comissão esteve uma vez ali presente; todos falaram. Tudo pode ser mais positivo, mas não é muito fácil, muitas vezes, transitar da modorra para a positividade. -----
----- O AGRIS hoje já não existe, está travado, e a única situação de AGRIS

que está activa no concelho de Mogadouro era aquela que já vinha de trás, em Paradela, em que o senhor Major iniciou trabalhos, que foram adjudicados, foram lançados e, até muitos deles, deixou-os por pagar e a Câmara, com a Junta de Freguesia, faz um Protocolo no sentido de pagar essas coisas. -----

----- Quanto às refeições, a parte escolar, o Vereador João Henriques responderá a todas essas questões que pôs. -----

----- Quanto às competências para os municípios, nós agradecemos essas competências: competências no campo Escolar; competências no campo da Saúde; na Segurança Social – nós queremos essas competências! E não as queremos por acaso! Queremos porque julgamos que somos capazes de administrar melhor do que o próprio Estado! Nós julgamos isso! Até pode ser mentira, mas julgamos que, no nosso conjunto, somos capazes de administrar melhor que o próprio Estado! Mas, é preciso que, quando se transferem competências, é preciso uma coisa: é preciso dar-lhes as devidas dotações e dar-lhes as devidas condições em técnicos para que isso possa ser feito. Mas é que isso não está feito! Dão competências (ainda não dão!); dizem que dão competências, e depois dão algumas competenciazinhas, mas nunca as fazem acompanhar com a respectiva dotação financeira, e isso é muito importante. -----

----- Deputado Altino, cheios de ideias novas – também nós queríamos; estamos muito preocupados com as ideias. Uma das coisas melhores que há são as ideias e nós vivemos hoje um período em que as ideias valem muito. Podemos ter as nossas próprias ideias – é bom! Podemos adquirir ideias através da comunicação social, através da televisão, e isso tudo e, vivemos um período mais fácil: ainda se podem comprar ideias. De maneira que, apresentem-nos ideias; apresentem-nos projectos para nós podermos avaliar. -----

----- Quanto à floresta, o Plano Municipal de Defesa vai ser agora avaliado, vai ser posto a concurso agora, em Janeiro. Quanto aos fogos, sabe como é que se previnem? Previnem-se: acabam os fogos quando não houver que arder; e, para não haver que arder, é preciso limpar as florestas; e para não haver que arder a limpar as florestas, é preciso dinheiro. Há três anos, houve um projecto que a Câmara fez (ou há dois anos), houve um projecto que a Câmara fez e ainda nos deram dinheiro para pôr quinze funcionários a limpar as florestas; o ano passado e este ano, cortaram estas respectivas verbas. -----

----- Ora bem: eu não sei o que é que entende por *Casa Mortuária*. Casa Mortuária não é a mesma coisa que Morgue! A Morgue de Mogadouro é a Capela da Senhora do Caminho – foi sempre, através dos tempos. E as autópsias são feitas em Mirandela. O que faz falta cá, de facto, uma Casa Mortuária. E faz falta – ainda não faz cem por cento de falta, mas vai fazer falta. Do ponto de vista sentimental, e afectivo, e tudo, já faz falta há muito

tempo. Mas, do ponto de vista legal, vai fazer falta, porque vai haver a lei em que não se podem depositar cadáveres na própria habitação. E então, nessa altura, faz falta. Temos apalavrado, temos dito, e conversado com a Misericórdia, para aumentar aquela Casa Mortuária que eles têm ali – aumentar, dentro do ponto de vista daquilo que vai ser a legalidade, que é uma sala de espera e uma cabine hermética e asséptica onde possa ficar o cadáver. Fica o problema das aldeias. O problema das aldeias, evidentemente, não se pode ter uma Casa Mortuária em cada aldeia. De maneira que, fomos à Espanha, a Valladolid (creio que foi a Valladolid) visitar um novo tipo de Casa Mortuária – que é uma espécie de camião TIR, que depois alarga, tem uns sistemas hidráulicos, alargam, e fica tudo aquilo que a lei exige, ou vai exigir, que é uma cabine hermética, depois quatro ou cinco lugares para a família e depois uma sala de espera e os respectivos sanitários. Aquilo – quando se resolver o problema – vai para o cemitério, depois fecha a camionete e ela desloca-se aos vários sítios. Pedimos os respectivos orçamentos para isso para podermos avaliar. -----

----- Deputada Antónia, falou sobre Educação – eu creio que vou reservar para o doutor João Henriques as respostas que ele lhe vai dar. -----

----- Quanto ao senhor Presidente da Junta de Bemposta, e aos sacos do adubo, eu creio que cada agricultor (mas se não for assim o Pimentel que me corrija), creio que cada agricultor tem que vir entregar mesmo os sacos e ser portador de um recibo – e nós damos-lhe um recibo. Isto é obrigatório pela lei. Agora se isso também poderá ser feito pela Junta de Freguesia?!... Não pode. Têm que os trazer mesmo a Mogadouro. -----

----- Quanto à vedação da escola, nós estamos a resolver, e vamos resolver esse problema. -----

----- O Deputado Cândido: é a resposta que eu já dei ao Deputado Dulcíneo. -----

----- Moreno – “Pedido de Licenciamento do Posto quando for avaliado: -

----- «Pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Município de Mogadouro, foi solicitada informação sobre a Construção de um posto de abastecimento de combustíveis, sito no Largo de Santo Cristo em Mogadouro, cujo requerente é TUACAR – Automóveis e Maquinas, Lda. -----

----- Cumpre-nos informar, -----

----- Em doze de Julho do ano de dois mil e cinco, deu entrada nos Serviços competentes desta Edilidade um pedido de viabilidade de implantação de bombas de combustível, requerido por Luís Manuel Angueira – Processo número treze barra dois mil e cinco. (Depois dou-lhe a fotocópia). -----

----- Sobre este pedido foi elaborado a informação número duzentos e catorze/dois mil e cinco, datada de vinte e dois de Julho de dois mil e cinco, subscrita pela Arquitecta Urbanista desta Autarquia, onde refere que “(...) *Em nossa opinião a Câmara deveria equacionar a hipótese de condicionar através de regulamento a localização e o número de bombas de abastecimento de combustível a implantar ou em funcionamento dentro de perímetro urbano de*

Mogadouro, e restantes aglomerados. -----
----- Junto se anexa: -----
----- Cópia da informação número duzentos e catorze/ dois mil e cinco, datada de vinte e dois de Julho de dois mil e cinco, subscrita pela Arquitecta Urbanista desta Autarquia; -----
----- Cópia da Acta da Reunião de Câmara de vinte e seis de Julho de dois mil e seis; -----
----- Cópia da informação n.º duzentos e cinquenta e quatro/dois mil e seis de oito de Setembro de dois mil e seis, subscrita pela Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.» -----
----- **«VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMAS BOMBAS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL – Largo de Santo Cristo (isto é da Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente):** -----
----- ANÁLISE/INFORMAÇÃO NÚMERO DUZENTOS E CATORZE/DOIS MIL E CINCO: -----
----- *O requerente solicita viabilidade de implantação de umas bombas de combustível no Largo de Santo Cristo, em Mogadouro.* -----
----- *O pedido já foi objecto de informação, tendo a Câmara deliberado, na sua reunião de catorze de Junho, indeferido pedido semelhante para o mesmo local. --* -----
----- *Mais se informa que o presente pedido não se encontra instruído conforme define no artigo terceiro da Portaria número mil cento e dez/zero um de dezanove de Setembro, nem o definido quanto a pedidos de informação prévia disposto no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.* -----
----- *Chama-se a atenção da Excelentíssima Câmara do seguinte:* -----
----- *Existem actualmente em funcionamento, em Mogadouro duas bombas de abastecimento de combustível: uma localizada na recta de Vale da Madre, e outra junto à Fonte Nova.* -----
----- *Encontra-se em fase de apreciação um pedido de renovação da licença de um posto de abastecimento de combustível no Largo de Santo Cristo, antigas bombas da GASPE;* -----
----- *Foi aprovada a informação prévia de viabilidade de proceder a uma operação de loteamento urbano em nome de Francisco Pardal, a qual prevê a implantação de umas bombas de abastecimento de combustível na Avenida de Espanha.* -----
----- *Em fase de pedido de autorização de localização, encontra-se um pedido de construção de uma superfície comercial na rua Calouste Gulbenkian, da qual faz parte, também, um posto de abastecimento de combustível.* -----
----- *Daqui se conclui que, a curto e médio prazo, a serem aprovados todos os pedidos, passaríamos a ter cinco postos de abastecimento de combustíveis dentro do perímetro urbano de Mogadouro, e um nas suas proximidades.* -----
----- *Em nossa opinião, a Câmara deveria equacionar a hipótese de condicionar, através de regulamento, a localização e o número de bombas de abastecimento de combustível a implantar, ou em funcionamento, dentro do perímetro urbano de Mogadouro e restantes aglomerados.* -----

----- *Somos de opinião que, no caso em apreço, não se justifica a existência (isto se o pedido de renovação do alvará da antiga GASPE vier a ser aprovado) de dois postos de abastecimento de combustível a menos de quarenta metros um do outro. Julgamos que, em termos urbanísticos, tal opção seria um erro pelos efeitos que tais infra-estruturas têm a nível de tráfego, ao nível das obras de renovação urbana em curso, do impacto visual, e da própria matéria que se comercializa».* ---

----- **«CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS – Largo de Santo Cristo:** -----

----- **TUACAR – AUTOMÓVEIS E MÁQUINAS, LIMITADA.** -----

----- ANÁLISE/INFORMAÇÃO NÚMERO DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO/DOIS MIL E SEIS: -----

----- O presente processo diz respeito à operação urbanística de licenciamento de um Posto de Abastecimento de combustível no Largo de Santo Cristo, em Mogadouro. -----

----- A requerente, de acordo com o definido no Decreto-Lei número duzentos e sessenta e sete/zero dois de vinte e seis de Novembro, e do número um da Portaria número mil cento e oitenta e oito/zero três de dez de Outubro, solicita licença por um período de vinte anos. -----

----- O parecer do SNB refere não haver objecções ao licenciamento da obra. -----

----- O parecer da Delegação de Saúde refere que o projecto satisfaz as condições de higiene e salubridade exigíveis para o fim a que se destina. Nada a opor ao licenciamento pretendido, desde que seja dotado das infra-estruturas necessárias ao seu bom funcionamento. -----

----- Anexo ao processo parecer do ISQ (Instituto de Soldadura e qualidade – entidade inspectora de combustíveis), no qual refere que o projecto satisfaz os requisitos aplicáveis, e que deverão ser seguidas em obras as recomendações anexas ao parecer. -----

----- Analisado o projecto, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- No contrato de arrendamento anexo ao processo, é referido pelos proprietários que arrendam à empresa um espaço no logradouro do prédio com a área de cerca de seiscentos metros quadrados pelo período de vinte e cinco anos. -----

----- Relativamente ao COS do projecto agora apresentado, e uma vez que não há divisão do prédio “mãe” nem por destaque ou outra qualquer figura de divisão de parcela, será tido em conta, para efeitos do cumprimento do artigo trinta e sete do PDM, a área total da parcela e da construção já existente e da proposta para construção. -----

----- Deste modo, verifica-se que o COS proposto (tendo em conta a área já construída) não ultrapassa os zero vírgula trinta e cinco permitidos pelo PDM. -----

----- Relativamente às distâncias de segurança, a proposta cumpre o estabelecido na Portaria número cento e trinta e um/zero dois de nove de Fevereiro. -----

----- **CONCLUSÃO:** No que se refere à legislação aplicável, nada obsta a que

o projecto possa ser aprovado. No entanto, quanto à localização do serviço proposto, mantemos o referido na nossa informação datada de vinte e dois do sete de dois mil e cinco (informação número duzentos e catorze/zero cinco), da qual se anexa cópia». -----

----- Foi depois pedido um parecer jurídico: «Pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Município de Mogadouro, foi solicitada informação sobre a Construção de um posto de abastecimento de combustíveis, sito no Largo de Santo Cristo em Mogadouro, cujo requerente é TUACAR – Automóveis e Maquinas, Lda. -----

----- Cumpre-nos informar, -----

----- Em doze de Julho do ano de dois mil e cinco, deu entrada nos Serviços competentes desta Edilidade um pedido de viabilidade, sobre o pedido ...» – (estou a repetir). Falta aqui o pedido da jurista. Depois forneço-lhe também o pedido da jurista – pode já ficar com isto. -----

----- O problema que se põe com Bemposta é que deviam, creio que dezassete ou dezoito mil euros (já não sei bem) à ADSE e a Câmara deliberou fornecer-lhe esses dezoito mil euros, e isso é por conta das transferências de capital. Até hoje, creio que ainda não veio levantar. Não sei como está isso. Porque isso foi o que consta de uma deliberação da Câmara. Portanto, pôs o problema: devemos tanto à ADSE; não temos condições para pagar. Então, a Câmara vai, por conta das suas transferências de capital, vai-lhe dar esse dinheiro e o senhor liquida – para liquidar – a conta da ADSE. Eu creio que ainda não vieram levantá-lo. Já vieram levantá-lo? Esse que estava específico para isso não vieram levantar. “ -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques, disse: “Somente para responder à parte da Educação que foi aqui levantada, e não tocando em mais nenhum assunto. Eu quero reconhecer aqui a dificuldade que tenho de vos poder responder. É difícil, efectivamente, vir responder àquilo que os senhores Deputados – nomeadamente o Deputado Municipal Luís Tibério e a Deputada Municipal Antónia Cardoso – aqui vieram dizer, porque eu não sei a qual deles, ou a qual PS, eu tenho que responder. Eu tenho muita dificuldade em responder dizendo, como o Deputado Luís Tibério diz, que concorda com o encerramento das escolas – muito bem! E depois ter que responder à Deputada Antónia que não concorda com o encerramento das escolas. Eu, só se ficar no meio e disser: ‘pronto, respondo aqui um bocadinho ao Deputado Luís Tibério, outro bocadinho ali àquele lado’. Tenho muita dificuldade em responder quando o Deputado Luís Tibério diz ‘não concordo com o pagamento do almoço aos garotos do Primeiro Ciclo’ – acabou de o dizer. As suas palavras foram: «*não devíamos pagar*». E depois, ter que responder à Deputada Antónia, que devemos pagar esse e devemos pagar muito mais. Eu não sei a qual PS os senhores querem que eu responda! É difícil nós termos esta postura aqui. E difícil nós dizermos o que fazer porque, este tipo de

oposição (desculpai-me que vos diga) não é a oposição que o município está à espera; não é a oposição que os munícipes estão à espera. Nós estamos à espera que nos ajudem, que nos critiquem, mas que nos permitam fazer alguma coisa. Agora, criticarem-nos por pagar, e a mesma bancada criticar-nos por não pagar; criticar-se por encerrar, e a mesma bancada não criticar por encerrar, é muito difícil nós conseguirmos fazer e termos aqui uma resposta coerente, pelo menos com alguma coerência. Nós vamos efectivamente pagar o euro e trinta e oito que os alunos deslocados (as suas famílias) estão a pagar, por os motivos que efectivamente aqui mencionámos: por achar que é mais um aumento de despesa para as famílias dos alunos deslocados, e por entendermos que esse deveria de ser – como aqui foi aprovado e foi votado – que deveria de ser uma responsabilidade do Governo – que a não tem – e, se a não tem, nós, efectivamente, substituímo-nos fazendo, e facilitando, naquilo que podemos, a vida às famílias que têm alunos do Primeiro Ciclo. Mas depois já se diz: e os do Segundo Ciclo? Bem, os do Segundo Ciclo é que são da inteiríssima responsabilidade do Governo porque são as próprias escolas – são as próprias escolas – é que tratam desses subsídios para os garotos do Segundo Ciclo portanto, e a sua Acção Social é que faz essa distribuição. Só nos falta também agora dizer-nos que nós temos a responsabilidade de montar uma “banquinha” dentro das escolas, e dentro das escolas fazemos nós o subsídio. Só nos faltará também esse ponto. Em relação àquilo que os pais já pagaram até agora – foi uma questão que foi levantada – a escola terá a oportunidade de o devolver porque a deliberação que é tomada é de assumir este pagamento desde o início do ano escolar. Portanto, a escola devolverá o que tem que devolver às famílias, mas é um problema da escola. -----

----- Nas más condições nas escolas: nós sabemos todos perfeitamente que as condições que as escolas têm são, muitas delas, não são as ideais, são precárias. Por isso, nós continuamos a “bater”, todos os dias” pela construção do Centro Escolar de Mogadouro. Essa construção, aproveito para vos dizer que a Carta Educativa já foi homologada – a Ministra da Educação homologou a nossa Carta Educativa; foram meses de grande trabalho – não só para este executivo mas também para o executivo anterior, que lhe tinha agarrado, e que tinha “agarrado” a Carta Educativa, na sua elaboração, de uma forma muito pertinente, mas foram trinta e oito (eu gostava, como dizia há pouco o Deputado Luís Tibério, que se a gente só critica as coisas que o Governo faz que não estão bem, as que estão bem a gente não vem aqui dizer, como é o caso da psicóloga que vem um dia, ou dois dias, por semana) eu gostava que tivesse também dito aqui assim: *«os meus parabéns por ter a Carta Educativa homologada; ser uma das trinta e oito primeiras do país (no distrito de Bragança só foram três homologadas) e a de Mogadouro está homologada – parabéns!»* Devia

dizê-lo também aqui, com a mesma frontalidade: “*muito bem, é este o caminho, estamos de acordo e vamos por aí*”. Portanto, continuamos a ficar à espera que nos possa (já que sabe as notícias todas pelo jornal, também a outra saiu no jornal – espero que também a tenha sabido. Ou só lê parte dos jornais? ... Não. Lê todos! Pronto, então ficamos satisfeitos e ficamos também contentes. -----

----- O enriquecimento curricular que aqui foi falado: o enriquecimento curricular continua a correr, acreditamos, por aquilo que nos transmitem, de uma forma correcta. As aulas de Educação Física, as aulas de Música, e as aulas de Inglês, para o Primeiro Ciclo, estão a correr da forma correcta. O município adquiriu os instrumentos que tinha que adquirir para os alunos de música; o município ofereceu os livros de música e os livros de inglês aos alunos para o seu enriquecimento curricular. O município tem vindo a fazer este esforço, e continuará a fazer. Educação Física, (**fim da fita gravação desta banda magnética**)”. E continua: “se calhar não terão as aulas ideais – não terão, eu reconheço isso. Numa escola como é a EBum que, inclusivamente uma das partes, que era a parte do polidesportivo, cá em cima, até a ocuparam com computadores, tirando mais espaço a que os garotos pudessem ter aulas de Educação Física. É óbvio que, quando ela vai diminuindo, eles não as podem ter. Agora, nós acreditamos que, mesmo o que está a ser feito, é muito positivo e será por aí o caminho. -----

----- Por fim, a Deputada Antónia falou nos idosos, e que só se olhava para os idosos na altura da refeição e do almoço que se faz. Não é verdade. Nós temos tido, tanto com a hidroginástica – que eu, faça-se o convite para que vão às piscinas cobertas e que vejam a quantidade de idosos que estão (não é para rir, Deputado Altino! Eu não me rio dos idosos! Nem me rio dos idosos, quando fazemos alguma coisa para lhes melhorar a sua qualidade de vida!). Eu, por acaso, até lhe dou um pequenino exemplo do que é colaborar e do que é tratar. E dou-lhe o exemplo com Junta de Freguesia de São Martinho do Peso (ele está ali) que, ele próprio, paga o transporte – a Junta – paga o transporte aos idosos para poderem vir à hidroginástica. É uma colaboração; é uma opção! Em vez de, muitas das vezes, se gastar dinheiro noutro tipo de coisas, ele optou por fazer isto. E tem idosos que vêm e que lhe paga o transporte! O resto fazemo-lo nós. As outras pessoas que façam aquilo que entenderem – ou essa opção, ou outro tipo de opções. Bem como a ginástica que os professores de educação física estão a dar nos Centros de Dia e no Lar de Idosos, acompanhando todas as semanas, em termos de ginástica, os idosos. É isto que nós fazemos; é isto que queremos fazer e é este apoio que nós queremos continuar a fazer. Não se dá nas vistas! Não é o apoio que se anda a dar nas vistas! Mas está lá. Está lá no local. E esta é a forma que muitos de vós, também, deveria chegar aqui e enaltecer, e dizer que é esse também o caminho.” -----

► **ALTINO ALEIXO** usou a seguir da palavra e disse: “Eu começava por

responder ao senhor doutor João Henriques. Agora, apareceu uma cientista australiana que desvenda através do choro das crianças, desvenda o que eles sentem, o que eles querem dizer. Agora eu sei que o senhor também, o senhor Vereador, desvenda muitas coisas. Mas agora, desvendar o significado do meu riso, por favor! Isso não! Desvendar que eu me estava a rir por cauda dos velhinhos, isso não. Rio, as pessoas riem por vários motivos e de várias coisas. Bom, isso é um aparte. -----

----- Em relação ao senhor Presidente da Câmara, eu queria-lhe dizer, senhor Presidente, que da teimosia nasce o diálogo, nasce a clareza, nasce a luz. E, um teimoso sozinho, há quem lhe chame outro nome, mas eu chamo-lhe louco. Um teimoso sozinho, se teimar contra uma parede, dá cabeçadas. Portanto, para haver um teimoso, tem que haver sempre duas pessoas. E eu queria dizer ao senhor Presidente que, de facto (ele disse que não havia lei para os cintos de autocarro) – de facto, há lei. Existe lei; o Governo da Nação tem uma lei e essa lei, determinadas empresas de autocarros (segundo aquilo que eu sei) a partir do momento que sai a lei, têm um ano para legalizar tudo em condições – penso eu que é assim. Se não for assim, agradeço que me corrijam e que me digam. -----

----- Outro assunto: o Plano Municipal de Defesa da Floresta. De facto, disse-me que está a ser elaborado, que está a ser feito, e vai (e disse aqui também, penso eu) que vai ser discutido em Janeiro. Como sabem, o Plano Municipal de Defesa das Florestas tem que ser entregue até ao final de Dezembro, do corrente ano. Portanto, penso eu que devia ser discutido em Setembro, ou Outubro. E daqui, o que é que eu tirei mais?” -----

----- (Foi nesta altura interrompido pelo Presidente da Assembleia que lhe dizia que aquilo não era ser sintético, tendo-lhe perguntado o Deputado Municipal o que achava ele ser sintético, ao que o Presidente da Assembleia respondeu que, ser sintético era abreviar as questões de uma forma mais rápida.) -----

----- O Deputado Municipal continuou: “A forma mais rápida é, portanto, é só dizer o seguinte: o senhor doutor João Henriques está à espera que, realmente, a oposição diga mais algo ... Não, o que ser rápido é “*yes man; yes man*”. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** usou a seguir da palavra, e disse: “Sendo rápido, e sem entrar no jogo de pingue-pongue, não vale a pena, só para esclarecer alguma coisa. Bom, em relação àquilo que o senhor Presidente da Câmara refere, é só para lhe dizer que a Câmara não está sozinha na defesa dos Serviços Básicos de Urgências. O Partido Socialista e a bancada do PS e os Mogadourenses estão com a Câmara nesse sentido, e isso que fique clarinho como a água mais clara, não como a água turva que vemos nas torneiras – que isso fique claro de uma vez por todas. -----

----- Sobre a Agenda Vinte e Um, não me referia ao senhor Presidente; referia-me à forma como decorreu o Fórum, que decorreu bem; decorreu pior a parte final de síntese e de apresentação de conclusões porque, e só

daquilo que me lembra, quem é que foram os relatores? Excluindo o senhor Presidente da Câmara, porque nós até tivemos ali uma conversa e até podíamos ter indicado outra pessoa, mas pronto, foi o senhor Presidente da Câmara. Mas, quem foram os relatores? Foi o senhor Presidente da Câmara; além do senhor Presidente da Câmara, o senhor Vereador Pimentel, o Deputado Altino e um Presidente de Junta – Miguel Rito. São todos eles políticos, encartados, independentes, ou com dependência, e não se deu grande oportunidade a pessoas isentas, que lá estavam, também (não é?), que se poderiam manifestar. E a arquitecta Alexandra (**alguém informou**) – não me esquecia, é que não sei o nome; não conheço as pessoas e é só por essa razão que as não refiro. -----

----- Sobre as competências referidas, é um facto que, quando o Governo transfere competências, transferirá também recursos financeiros – digo eu, e espero que sim! Só para dar um exemplo: os transportes escolares são pagos pela Câmara – não é com o dinheiro da Câmara! (penso eu, também); recebe dotação do Governo – certo? Recebe dotação do Governo! Não sei, não vou falar desse tipo de coisas que não sei. Os transportes escolares são pagos pelo Governo! Mas atenção! Os auxiliares que andam nos autocarros não são lá colocados pelo Governo. São colocados pela Câmara, e isso é muito mais importante para a Câmara, ou esse pequeno pormenor, de escolher as pessoas certas para o lugar certo, é mais importante para a Câmara do que pagar os transportes - que os transportes são pagos pelo dinheiro de todos nós! Provém do Orçamento do Estado - não provém do Orçamento da Câmara. Portanto, é só esse aspecto que é muito importante; é muito importante. -----

----- Em relação ao senhor Vereador João Henriques, que diz ter dificuldades em nos responder por pensar que estamos em contradição: bom, não estamos em contradição em relação a nada. Eu estou de acordo, tal como a colega Antónia, com reordenamento do sistema escolar – eu estou de acordo e ela também está; nós não estamos em contradição. Eu, quando digo que a Câmara não deve pagar – não deve pagar – porque a Câmara estava a achar que aquilo era uma responsabilidade do Governo. Então, faça força, faça finca-pé, e que obrigue o Governo a pagar, se acha que é assim. Não venha dizer: *“bom, mas como o Governo não paga nós temos que satisfazer aqui mais uma coisinha, dar aqui uma ajuda mais às pessoas”*. Em contradição entra o Vereador João Henriques quando teima, e reteima, em apontar o encerramento das escolas como responsabilidade do Governo, esquecendo-se, isso sim, que foi aqui elaborada, e muito bem, uma Carta Educativa, e que foi aprovada uma Carta Educativa nesta Assembleia que iria nesse sentido. Então, afinal, estamos a falar de quê? Isso é que é contradição. A Carta Educativa foi elaborada pela Câmara Municipal, pelo município, por uma equipa técnica, à qual eu dei os parabéns, e reitero-os, e, depois disso, continua a dizer, sempre, e sempre, e

sempre, que o encerramento das escolas é culpa do Governo!... Mas continuem; não há problema nenhum! Isto é que é contradição!” -----

► **ANÍBAL MORENO** usou novamente da palavra para dizer: “Senhor Presidente, eu não fiquei esclarecido sobre a questão da transferência para a Junta de Freguesia de Bemposta para pagamento da dívida da ADSE. E a informação que depois vem, do senhor Vereador, então essa, ainda mais assusta! Portanto, convinha que esclarecesse qual é o ponto da situação! É que, só depois da resposta, então em concreto, é que eu me vou pronunciar novamente. Se o senhor Vereador ou o senhor Presidente têm informação mais concreta para nos dar, agradecia que o fizessem porque, a resposta que ouvi por trás, do senhor Vereador, não faz sentido nenhum! Portanto, penso que lhe vai dar a palavra para me responder. Depende da resposta, e em função da resposta, eu volto aqui para que, de facto, este assunto fique esclarecido de uma vez por todas.” -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, usou a seguir da palavra para prestar os esclarecimentos que haviam sido solicitados. E disse: “O pedido de esclarecimentos que o Deputado Aníbal Moreno pede é fácil, na medida em que ele está transcrito, e faz parte de uma deliberação, em cuja Acta diz o seguinte: «JUNTA DE FREGUESIA DE BEMPOSTA – PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PARA A LIQUIDAÇÃO DA DÍVIDA À ADSE – análise e deliberação: Tendo por base o ofício da Junta de Freguesia de Bemposta, com a referência de cinquenta e sete/dois mil e seis, datada de dezanove de Fevereiro do corrente ano, a solicitar a atribuição de uma verba no montante de dezanove mil cento e trinta e seis ponto trinta e sete cêntimos, para a liquidação total da dívida à Direcção-Geral da Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, relativa ao período de cinco de Maio de mil novecentos e noventa e sete a vinte e sete de Setembro de dois mil, o executivo deliberou por unanimidade atribuir a quantia solicitada para aquela Junta por conta das transferências de capital.» Foram transferidos até esta data, creio que doze mil e qualquer coisa euros. Recebi ontem, da mesma Junta de Freguesia, o programa de pagamento que a ADSE lhe enviou: ainda não pagaram um tostão! Portanto, creio que, se há aqui alguma lacuna, ou alguma falha, não é do executivo – será da Junta de Freguesia de Bemposta.” -----

► **ANÍBAL MORENO** usou de novo da palavra e disse: “Senhor Presidente da Câmara, eu penso que o senhor Presidente com certeza não pensará da forma que foi respondido porque se assim pensa, então, a aprovação daquele subsídio, ou daquela transferência, foi feita com reserva mental e isso, de facto, é muito grave. Dizer que é por conta das transferências de capital! O que a Junta estava a pedir era um suplemento para abater aquela dívida porque, se não fosse um suplemento, não tem nada que solicitar ajuda. Estas transferências de capital já estavam

aprovadas! As normais estavam aprovadas! Portanto, esta resposta que foi aqui dada, então, esta aprovação foi feita com reserva mental e isso, de facto, é muito grave. Mas então, vamos a comparações: se neste caso a Câmara pensa dessa forma, então vou-lhes dar um exemplo. No início do mandato anterior, foi colocado, por outra Junta de Freguesia, uma situação que, não sendo uma dívida da ADSE, era uma dívida a um empreiteiro - uma Junta que tinha uma dívida a empreiteiros por obras que mandou fazer e que não tinha verba para pagar – a Câmara também aprovou, nestes termos, que seja transferido por conta das transferências de capital a dívida que essa Junta de Freguesia tem para com o empreiteiro. Essa Junta era a Junta de Brunhoso. Vamos verificar e, o que foi transferido foi um valor suplementar, teve direito às transferências de capital normais, como as outras Juntas de Freguesia, e foi-lhe transferido mais esse suplemento por conta dessa dívida que a Junta tem. Então, para a Junta de Brunhoso houve um tratamento, porque era da cor da Câmara; para a Junta de Bemposta tem um tratamento completamente diferente porque é da cor diferente da Câmara Municipal. Isto, senhor Presidente, não é honesto, isto não é sério e solicito aos Vereadores do Partido Socialista da Câmara Municipal que voltem a pedir o agendamento desta questão numa próxima reunião para discutirem o assunto e, de facto, aprovar, e ficar no concreto, para que não haja esses malabarismos sobre estas deliberações.” -----

► **MANUEL FOLGADO**, Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, falou do seu lugar, não sendo possível reproduzir o que disse. -----

----- Relativamente ao que expôs, respondeu-lhe o Presidente da Mesa: ---

► **PRESIDENTE DA MESA** disse: “Acho que foram pedidos esclarecimentos à contabilidade e aguarda-se essa informação e, à posteriori, poderá ser. Mas, relativamente à questão, prescinde da palavra, não é? Então, mas não é daí, senhor Presidente da Junta. É que, daí, não fica registado em Acta, porque não fica gravado. E assim, tem a possibilidade de o poder fazer, como todos.” -----

► **MANUEL FOLGADO**, veio então falar à tribuna, dizendo: “A questão que eu pus foi por causa do lixo. Perguntei se o lixo levava o mesmo destino que o lixo das aldeias e não me responderam. E das escolas também não me responderam – por causa da vedação das escolas. Agradecia.” -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** já no uso da palavra, disse: “Vim aqui porque se falou aqui de Educação, porque se tem falado de Educação. Há uma preocupação enorme relativamente a um assunto que já devia estar ultrapassado há muito tempo que é a questão, pura e simples, do encerramento, das escolas do Primeiro Ciclo, e reorganização da rede escolar para o mesmo ciclo. E, queria pegar nas palavras últimas do Deputado Luís Tibério para desfazer um grande equívoco que ainda paira no ar e que é o seguinte: falou da Carta Educativa como instrumento que terá ditado a reorganização da rede escolar do Primeiro Ciclo e como a

causadora desta modalidade de organização. E, devo-lhe dizer que, aquando do encerramento das escolas do Primeiro Ciclo a Carta Educativa não estava homologada; a Carta Educativa era um instrumento que não existia, não tinha qualquer valor. O Ministério encerrou as escolas – foi a senhora Ministra da Educação que decidiu que assim era – e encerrou-as sem estar a olhar para a Carta Educativa – isso foi o resultado de um trabalho feito aqui, pelo Conselho Municipal de Educação, em reuniões de trabalho, onde muito se discutiu. Portanto, isso não tem nada a ver com a Carta Educativa. A Carta Educativa foi homologada há relativamente pouco tempo e à posteriori. Portanto, queria dizer que se engana o Deputado Luís Tibério porque toda a gente admitiu já, e há muito, que o encerramento das escolas do Primeiro Ciclo foi uma medida da responsabilidade da senhora Ministra da Educação, portanto uma responsabilidade do Ministério da Educação. Todos aceitamos hoje que, do ponto de vista das intenções, e do ponto de vista sócio-pedagógico, tal medida só pecou por ser tardia – o encerramento das escolas do Primeiro Ciclo pecou por ser tardia. Há muitos e muitos anos que as nossas crianças andavam a ser prejudicadas. Agora, todos nós sabemos quem, efectivamente, se opunha ao encerramento das escolas! Todos nós sabemos! – Alguns interesses corporativos, claro, com prejuízo, com todo o prejuízo para as crianças! Como se uma criança numa escola numa aldeia, fosse um acto pedagógico, com um professor! Mais: um aluno com três professores (havia escolas nestas condições)! Como se isso fosse um acto educativo! Como se isso fosse um acto de socialização! Portanto, quem estava a pagar tudo isto eram as crianças. A senhora Ministra tem razão em ter avançado com este processo! Claro que deixa de ter razão noutros aspectos, e é isso que eu vou apresentar. O que nós não aceitamos, e a população não aceita, é a forma como as coisas foram feitas. E quando eu digo a forma como foram feitas é porque este processo careceu de um planeamento prévio – não houve um estudo prévio a nível local – implementado pelo Ministério da Educação. Foi o Ministério da Educação que se propôs encerrar as escolas; é o Ministério da Educação que tem que fazer esse estudo (penso eu!). O Ministério da Educação decidiu encerrar as escolas, e no terreno, em termos de instalações da responsabilidade do Ministério da Educação, era bom que todos os Deputados Municipais passassem pelas instalações da Escola EBdois/três, onde funcionam turmas do Primeiro Ciclo conjuntamente com turmas do Segundo Ciclo, e vissem as condições em que ali se trabalha, para me dizerem se efectivamente não haveria necessidade de acautelar o encerramento e de o lançar no terreno depois de ter as devidas condições. O que acontece é que o Ministério não se fica só por aí. Bom. Portanto, convidava todos os Deputados, Presidentes de Junta, a passarem pelas instalações e verem as condições em que as coisas depois foram lançadas no terreno; nas condições precárias em que

funcionam, sendo isso da responsabilidade do Ministério da Educação. Não queiram imputar essa responsabilidade, mais uma vez, à Câmara Municipal. A Câmara Municipal esteve atenta, e procurou fazer o melhor que podia e pôde, e penso que tem estado muito atenta às questões que se têm levantado. Portanto, a responsabilidade pelas instalações é do Ministério da Educação; é isto que nós necessitamos; que nós não aceitamos; é terem encerrado as escolas e não terem, antecipadamente, feito um planeamento dessa acção, não terem verificado as condições existentes, e não terem criado as condições mínimas exigidas. -----
----- Falou-se aqui da Carta Educativa, repito, como instrumento que conduziu à situação da reorganização da rede escolar do Primeiro Ciclo, e isto não corresponde à verdade. A Carta Educativa, como disse, nem estava homologada. Parece-me até abusivo da parte de alguns membros desta Assembleia, continuarem a vir a esta tribuna e insistir na ideia de que foi este município que encerrou as escolas. Todos sabemos que foi a senhora Ministra que, não só as encerrou, exigiu que fossem encerradas. A questão que aqui se interessa colocar, em relação a este assunto, é o seguinte: quantas propostas apresentaram nesta Assembleia Municipal os membros da bancada do Partido Socialista no sentido da resolução das questões que agora vêm dizer não terem sido da responsabilidade da Câmara? Coloca-se ainda novamente a questão: quantas propostas, ideias e projectos, apresentaram nesta Assembleia para que a Câmara Municipal pudesse segui-las, pudesse avaliá-las, pudesse implementá-las se merecessem, efectivamente, uma avaliação positiva? A questão que aqui interessa colocar ainda, tem a ver com as questões que se prendem com uma pretensa avaliação que insinuaram quererem fazer aqui, do trabalho feito desde há um ano para cá. Insinuaram uma avaliação que, pelos vistos, não seria muito positiva, mas foi apenas uma ligeira insinuação – é que acabaram por não fazer avaliação nenhuma. Até ao momento, da parte da oposição, que eu saiba, não surgiu qualquer relatório de avaliação do início e do lançamento do ano lectivo; não apareceu aqui qualquer avaliação do desenvolvimento e do trabalho desenvolvido nas escolas. Aquilo que apareceu aqui foram algumas críticas avulso para fazerem crer que estão preocupados – que as pessoas estão preocupadas – com as condições e com as crianças deste concelho. São meras insinuações; são meras críticas feitas de forma avulsa, porque eu nunca vi essas pessoas na cantina da escola ver em que condições são fornecidas as refeições. Não vi as pessoas visitarem as instalações das escolas para verem em que condições as aulas estão a ser desenvolvidas. Portanto, aquilo que está a ser feito aqui é uma crítica avulsa para fazer crer que as pessoas estão preocupadas! Não, não é assim! Não é assim que vamos lá. Apresentando ideias, fazendo críticas, sugerindo, com certeza, conjuntamente todos teremos a ganhar, e as crianças terão a ganhar. Críticas avulsas – algumas delas sem qualquer

fundamentação – não levam a lado nenhum”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** antes de dar a palavra à Câmara, usou da palavra para pedir que colaborassem com a Mesa na resolução daquelas pequeninas questões, no fundo, que, não deixando de ser importantes, são pequenas questões. E acrescentou: “Tenho notado aqui que não tem havido devido respeito por quem está a falar. E, tenho notado também que, quando essas pessoas são atingidas, ficam enfurecidas pelo facto de serem interrompidas. A educação é de todos e para todos. Isto é uma Assembleia Municipal; é um órgão colegial; é o lugar onde, efectivamente, se devem discutir as questões – e estamos a discutir as questões relevantes (e acho que são todas relevantes aquelas que foram aqui colocadas), com uma visão obviamente diferente, mas não deixam de ser relevantes. Todavia, eu queria dizer-vos que, apenas podem, nos termos do Regimento, intervir duas vezes por cada assunto – há aqui casos de três e quatro vezes. Eu gostaria que fossem colaborantes. Temos aquele período, temos um período, que podemos consumir, se não houver, porventura, gasto de tempo nos noutros assuntos, podíamos gastá-lo nessas coisas. Todavia, é meio-dia menos um quarto; ultrapassámos largamente – já uma hora e um quarto – o período reservado. Temos agora que dar a palavra à Câmara para as questões que foram colocadas. Porque permitir duas vezes, três vezes consecutivas, eu acho que é um erro que não se pode compreender. Portanto, agradecia que colaborassem comigo. Agora, vou dar a palavra à Câmara porque estas questões foram colocadas. Estar a rebater, Deputado a Deputado, não é correcto, não é curial. Porque assim, então, fazemos um intervalo e discutem-se essas coisas lá fora. O que interessa aqui discutir são as coisas profundas e de interesse para o concelho. Agora – por amor de Deus – quer dizer, um Deputado falou; porque falou, já quer ir o outro a falar. Não está aqui em causa acusações, nem há indignidade, nem nada. Portanto, sejam colaborantes. (Ouviu-se da bancada do Partido Socialista intervir o líder do seu Grupo Parlamentar, Aníbal Moreno, que dizia: “Ó senhor Presidente, esta chamada de atenção para a nossa bancada não faz sentido! Eu não vi o senhor Presidente a chamar a atenção ao Deputado José Maria Preto! Não se tinha inscrito! À leitura que fez das inscrições, não constava! Só depois da segunda ronda ter passado é que foi fazer a intervenção. Isso motiva as inscrições da nossa bancada!)

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** contrapôs que se estava a dirigir a toda a Assembleia acrescentando: “Eu acredito no trabalho dos meus Secretários, porque me estão aqui a ajudar – eu olho para o lado e vejo o registo e, como acredito neles, dou-lhe ... Agora, também não me pode acusar porque, se há efeitos supletivos, eu tenho-os respeitado todos e tenho permitido que toda a gente fale – e eu quero que toda a gente fale. Eu não estou aqui a pôr em causa ... Eu só estou aqui a pôr em causa é o cumprimento do Regimento. Agora, não é para acabarmos a reunião agora, nem logo. Podemos acabar – quando acabar é que acaba! Todavia, agora,

vamos ver se cumprimos minimamente o Regimento! E, se nós somos permissivos a um ponto de permitir quase que o diálogo de bancada a bancada sem a co-responsabilização da Mesa, isso fica-nos mal a todos! Assim sendo – e é por isso que eu peço – e vamos (Ano Novo, Vida Nova), vamos tentar, na próxima reunião, com o vosso apoio, tentar cumprir o Regimento: duas intervenções, apenas, em cada período e nós, se virmos que temos condições para limitar o tempo, limitá-lo-emos em função do desenvolvimento dos trabalhos. Falaram, naturalmente, estes três senhores Deputados; questionaram a Câmara, questionaram a Câmara em matéria de subsídios de transportes escolares – penso eu que foi assim. Eu pergunto se a Câmara está interessada em responder a estas questões?” -----

----- De seguida, deu a palavra à Câmara. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** já no uso da palavra disse:”Vou apenas responder ao senhor Aníbal Moreno, às suas preocupações de «*reserva mental*», e «*não é honesto*». Posso receber de si lições de malabarismo – não sei nada disso! Mas, de honestidade, nem de si, nem de ninguém, as recebo! Citou o exemplo de Brunhoso, que eu já nem me lembro. Podia ter citado também o exemplo de Paradela, cuja Junta Socialista deixou dívidas, deixou contas por pagar, imensas, e isso levou a que a Câmara lhe hipotecasse as transferências de capital durante todo o mandato. Portanto, são coisas similares àquilo que se passa em Bemposta. Agora, imaginem que nós íamos transferir para as Juntas suplementos de todas estas dívidas que têm as Juntas, se alguém mais pagaria a ADSE, ou se alguém mais pagaria contas. Estas atitudes não têm «reserva mental», muito menos desonestidade e têm modos de agir. Vou ver o que se passou com Brunhoso, que já não me lembra. O Deputado Dário vai responder ao Altino por causa das florestas e ao Deputado Folgado por causa dos sacos”.

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador Dário Mendes, disse: “Senhor Deputado Altino, o Plano Municipal da Defesa das Florestas Contra Incêndios será concluído até final deste ano – basta um pequeno assunto (estamos a trabalhar uns dados) e estará concluído. -----

----- Senhor Presidente da Junta, os resíduos sólidos, tóxicos, que é como se chamam, são entregues no armazém da Câmara, nuns contentores iguais, e a FOCSA leva-os. Não sei qual é o destino – não nos compete a nós; compete à empresa. -----

----- Em relação ao Programa AGRIS, esqueceu-se que começou quando a Câmara era gerida, governada, pelos Socialistas e esqueceu-se que já há um ano e meio que estava parado. Mas, convido-o a ver uma queijaria tradicional, na sua freguesia – com muito esforço – e porque o doutor Abreu lhe disse que não o deixava vender, nem queijos nem chouriços, nas feiras francas, e eles então tiveram que optar – com muito esforço da nossa parte.” -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques

usou a seguir da palavra para complementar o resto das respostas. Disse: “Só muito telegraficamente, dizer que, em relação aos cintos nos transportes públicos colectivos, o Decreto-lei só faz entrar, em termos de obrigatoriedade, a sua utilização no ano lectivo dois mil e sete/dois mil e oito. Portanto, até lá, não há nada a apontar. As empresas estão a cumprir a lei, não há nada que se possa dizer em relação a isso. No ano lectivo de dois mil e sete/dois mil e oito, essa questão é pertinente e terá que ser resolvida. -----

----- Bemposta, a vedação da escola: irá ser resolvido o assunto – não tenho dúvidas sobre isso. -----

----- Da «reserva mental» o Presidente já falou. Eu só queria falar porque foi aqui dito que os transportes escolares «que nós não fazemos nenhuma obrigação nisto, porque recebemos do Estado – recebemos tudo do Estado» – ano de dois mil e cinco: pagámos, em circuitos públicos, cento e cinquenta e oito mil quinhentos e noventa e nove euros e, em circuitos especiais, cento e doze mil quinhentos e sessenta e oito euros, o que perfaz duzentos e setenta e um mil cento e sessenta e sete euros. Recebemos do Ministério da Educação – do Estado – que está certificado pela Direcção-Geral das Autarquias Locais, no mesmo ano, a verba de quarenta e oito mil e trinta e um euros, que representa, nada mais nada menos, do que dezassete por cento daquilo que pagamos dos transportes escolares. Em relação ao pagamento dos transportes escolares, estamos conversados! Não vale a pena dizer mais nada sobre isso. E é uma pena! Porque, nós recebemos estes dezassete por cento para ter as nossas crianças a fazer estes circuitos todos; mas, em Lisboa e no Porto, com a Carris, com o metropolitano, com a rodoviária, com a REFER – que são tudo empresas que são pagas pelo Estado – aí pagam tudo! Aí o Estado paga tudo e assume todos os prejuízos das empresas e assume todos estes problemas. Portanto, esta interioridade que nós sofremos, de ainda termos de pagar os transportes escolares – e foram quarenta e cinco mil contos da nossa responsabilidade, do ano dois mil e cinco – dava para fazer muita obra.” ---

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou a seguir da palavra, e disse: “É só para dizer que, a propósito do que o doutor José Maria disse aqui, eu não os tenho, porque ele também tem que se defender! Era um dos que estavam na reunião aquando do término, do encerramento, das escolas. E eu digo: era o doutor José Maria, era o professor Lopes, era o doutor João Henriques, era o doutor Alcino Castanheira, e era a doutora Ana Maria Felgueiras. Nessa reunião, vinham para fazer um reordenamento escolar diferente, para encerrar as escolas faseadamente, e não para encerrar as escolas de quinze alunos, porque muitas, de seis e de sete, ficaram abertas, como vocês sabem! Eu queria que me explicassem isso, mas até agora ainda ninguém me conseguiu explicar! Nem o doutor José Maria, nem o doutor João Henriques. Porquê? Qual foi a inabilidade vossa e qual foi a habilidade dos

outros? Era para encerrarem quando tivessem condições para alojar as crianças. Eu penso que isto já foi aqui focado várias vezes. Quanto à Carta Educativa, eu disse aqui que não tinham que se cingir à Carta Educativa porque a Carta Educativa era um documento nulo, não tinha validade, não estava aprovada! Mas nessa altura convinha-lhe referir a Carta Educativa! Era a Carta Educativa que tinha sido decidida em Conselho Municipal de Educação – era para ser seguida! E não era! Era, porque lhes convinha! Portanto, eu gostava que me explicassem este assunto!” -----

► **MANUEL TIBÉRIO** usou a seguir da palavra, e disse: “Eu só venho cá na sequência da intervenção do meu amigo José Maria, que a devia ter feito na primeira ronda, que se devia ter inscrito nessa altura como todos os outros, não é? Porque, se não, ganha vantagem! De ouvir toda a gente e vir depois rebater aquilo que os outros afirmam! Porque, em relação ao que diz, eu estou, em muitas coisas, de acordo com ele. Aliás, subscrevo, e disse isso várias vezes, que o encerramento das escolas já devia ter acontecido há muito (principalmente de algumas escolas, não é?). Outras, poderiam ter-se mantido, como Meirinhos, por exemplo. Para isso bastaria que os poderes locais se tivessem batido para que assim acontecesse. -----
----- Dizer só uma coisa, que, afinal, o Ministério da Educação só antecipou as conclusões da Carta Educativa! Antecipou-se ao nosso estudo. Se fez o fecho antes da Carta Educativa ser homologada, então, foi o que aconteceu, não é? Bom, mas não há problema, eu congratulo-me com a Carta Educativa, concordo com ela, perfeitamente; acho que é um bom documento; é o melhor documento que o concelho tem (deveria ter outras Cartas para outras coisas, tal como a Carta Educativa, e não tem – espero que façamos algum esforço para as elaborar para outros sectores, inclusive para o ordenamento do próprio território e para o desenvolvimento do concelho em geral). Mas, também, já agora, faço a pergunta que fez o Vereador João Henriques: afinal, a que PSD é que devo responder? Ao PSD do doutor José Maria, ou ao PSD do Vereador João Henriques? Parece que há aqui dois PSD’s também!” -----

► **ANÍBAL MORENO** usou de novo da palavra para dizer: “Senhor Presidente da Câmara, informou-me aqui que Paradela ficou com uma dívida. Senhor Presidente, não tenho esses dados que me permita saber se qualquer Junta deixou dívidas. Não tenho esse conhecimento. Por isso, não teria que lhe falar nele. Se o senhor Presidente tem conhecimento, se lho quiser ajudar a resolver, pois que o resolva, tendo em comparação com aquilo que foi feito com Brunhoso. Agora, se aprova – quando me dizem assim: «aprovamos por transferências de capital». As transferências de capital já estão aprovadas. Quando se pede um suplemento é porque se lhe dá um suplemento. Se agora não lho querem dar, então digam-no! -----
----- Quanto aos transportes escolares, e as transferências financeiras que o Poder Central faz, pergunto – não vou perguntar. Só vou afirmar: o

Governo cumpre a Lei; faz as transferências de acordo com a lei. A Câmara recebe aquilo a que tem direito pela lei. Não lhe foi sonogado nem um cêntimo. (ouviu-se o Vereador João Henriques dizer: «Disseram que o Governo pagava tudo!»). A isto respondeu o Presidente da Assembleia: «Ó senhor Vereador, eles sabem isso!») Prosseguiu o Deputado Aníbal Moreno: “Claro que sabemos; toda a gente o sabe. Mas também não foi correcta a afirmação que aqui foi feita. Então, devíamos fazer o apanhado geral e dizer assim: há outras fontes de receita para os transportes escolares além da administração central, que são os próprios utilizadores, e que a Câmara – e eu já provei, também, em mandatos anteriores – que não, aliás, isentou os alunos de pagar essa comparticipação pela parte deles e, portanto, a Câmara assume esse risco. Não é só de agora; já vem de trás. Por isso há um diferencial tão grande entre a receita que vem da parte da administração central e aquilo que é pago efectivamente.” -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia anunciou o ponto que se seguia na Ordem de Trabalhos: -----

----- **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;*** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou de seguida se alguém pretendia intervir no ponto em apreço, tendo declarado a seguir abertas as inscrições. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** já no uso da palavra, disse: “Sobre este assunto, eu só queria pedir ao senhor Presidente da Câmara que esclarecesse esta Assembleia do conteúdo e da conclusão da reunião na DREN – penso que foi em dez de Novembro – com a doutora Margarida Moreira. É que refere a construção do Pólo e, ao olharmos o Plano de Actividades, facilmente se depreende que não vamos ter Pólo, uma vez que a rubrica está simplesmente aberta com cinco mil euros. Ora, cinco mil euros não sei se dará – não dá, com certeza – para pagar o projecto. Quanto a isto, eu até não estou muito preocupada. Porque, se todos pensarmos um bocadinho, lembrar-nos-emos que o senhor Presidente da Câmara prometeu aqui que o Pólo iria ser feito, quer fosse financiado ou quer não fosse. E eu, como acredito na sua palavra, e sei que é uma pessoa de bem, acho que vai cumprir.” -----

► **MANUEL TIBÉRIO** já no uso da palavra disse: “Duas questões muito breves: eu – não sou eu – julgo que eu e o doutor Ilídio Martins, na Assembleia Ordinária anterior, nos referimos à necessidade e à utilidade que teríamos em ter conhecimento das actas das reuniões do executivo para

melhor prepararmos estas assembleias. Até para – e voltando um bocadinho atrás, para responder à provocação do doutor João Henriques (que não estava à espera dela) das notícias, do saber da vida do município pelas notícias dos jornais. Isso – eu estava à espera dessa observação – isso só revela que me preocupo com a situação do município e da região onde está integrado. Como não vivo cá, como não tenho outros elementos, como as actas da actividade, ou das reuniões do executivo, a única forma que tenho de saber das coisas é lendo. E lendo os jornais também se sabe da vida do município de Mogadouro – felizmente que há jornais que retratam essa vida. O que pergunto é: se para obter ou, por outra vez, se é possível obter essas actas antecipadamente, cada um de nós, cada um dos Deputados (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**). “...quer a referência a qualquer reunião com alguém, ou com a DREN, ou com a (com a DREN, não) com o Ministério da Saúde, sobre esse assunto, ou com o coordenador da sub-região de saúde, só para saber se, e para estarmos, e para nos disponibilizarmos para, em colaboração com a Câmara, apoiar essas matérias. -----

----- Já que também estamos na situação financeira (não?) -----

----- **(O Presidente da Assembleia informou que se estava na Apreciação da Informação do Presidente da Câmara – que receberam por escrito – e que era só sobre esse assunto que queria que interviessem).** -----

----- Então, nesse caso, terei de cá voltar por causa da Situação Financeira. **(O Presidente da Assembleia disse a seguir que estava na Situação Financeira e que aquilo só denotava que as Actas da Câmara não faziam falta uma vez que os documentos eram entregues e não eram lidos).** -----

----- Sobre a Situação Financeira, era só para dizer o seguinte: escusado será dizer que a situação financeira actual, do município, é péssima. Dívidas a fornecedores: oitocentos e quarenta e três mil euros; empreiteiros: dois milhões de euros; empréstimos: cerca de sete milhões de euros. Perfaz isto um total aproximado de dez milhões de euros. Bom, tendo em consideração que o Orçamento para o próximo ano é de vinte milhões de euros, portanto isto representa metade, embora sejam dívidas de médio e longo prazo, com certeza, mas dá uma ideia da situação financeira do município.” -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra e disse: “Senhor Presidente, queria que esclarecesse esta Assembleia do ponto que está a ter, mencionado na actividade do senhor Presidente, no dia sete de Novembro, «Seminário promovido pela Associação de Municípios do Baixo Sabor, no Centro de Reuniões da FIL (Parque das Nações – Auditório ‘Barragem do Baixo Sabor – Uma Opção Ambiental), portanto, gostaria que esclarecesse esta Assembleia qual o resultado dessa iniciativa e também – embora já tenha abordado esta matéria na sua primeira intervenção – mas gostaríamos também que concretizasse mais, se tem de facto mais alguns dados para nos

dar da reorganização dos GAT's, portanto, o que é que tem para nos informar sobre a localização dos GAT's, sobre os Pólos da CCDR na região de Trás-os-Montes. Portanto, esse esclarecimento que solicitava que fosse feito a esta Assembleia Municipal.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu de seguida a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA**, já no uso da palavra, disse: “Muito obrigado por me considerar uma pessoa de bem – tive muito boas dúvidas sobre isso; profundamente agradecido. Quanto ao Pólo, à Residência de Estudantes, à Carta Educativa, nós, as reuniões da DREN, têm que ser feitas. Não é sempre quando nós queremos porque, quando houve aqui uma reunião de pais, que encheu esta sala, convidámos a representante para nos acompanhar a uma reunião que tínhamos dali a três dias – na véspera, foi desmarcada. E foram desmarcadas sucessivamente mais quatro, e andámos dois meses à espera dessa reunião com a doutora Margarida Moreira. O que lá fomos fazer no dia onze de Outubro, o que lá fomos fazer foi, digamos assim, confirmar, porque ainda não estava homologada, se, na realidade, havia interesse em homologar rapidamente as Cartas Educativas – todas elas, em Portugal – na medida em que isso é uma atitude condicionante a apresentar projectos ao QREN. Ora bem: nós contávamos que o QREN se desenvolvesse com mais rapidez, e obter um certo comprometimento da parte da senhora doutora relativamente ao nosso projecto. «Isso vai ser em Vila do Conde, a homologação de Cartas; a sua é a sexta do país a ser homologada pela senhora Ministra», e lá fui também a Vila do Conde, como pode constar aí, assistir a essa homologação, e fui assistir por uma razão muito simples: porque é sempre uma oportunidade de falar com as pessoas que têm o poder, e falei de facto com a Ministra. Ela garantiu que, de facto, o QREN é que nos ia resolver os problemas; com a doutora Margarida Moreira, a mesma coisa. Nessa reunião, foi portanto (um dos grandes problemas) a Carta Educativa. A outra, foi, se iriam ou não, respeitar as ideias que nós tínhamos de fazer um Pólo em Mogadouro – que era a construção da Escola Pré Primária mais do Primeiro Ciclo. Ela disse, ‘sim senhor, isso está garantido porque, uma vez que a vossa Carta Educativa é a sexta a ser homologada isso também constitui um número de entrada, como eu já tinha prometido’. Portanto, a apresentação do projecto ao QREN também. Bem, fomos lá também a perguntar em que situação estava o nosso projecto da escola – estava já aprovado. Portanto, essas foram as principais razões pelas quais nós fomos lá. -----

----- As «actas do executivo»: vou dizer mais uma vez, a ver se eles fornecem as actas. -----

----- Quanto ao Serviço de Urgência Básico – diligências: eu não sou bem de opinião em andar sempre a atizar Ministros e centros do poder, até porque nós não sabemos onde é que está bem este centro de poder.

Evidentemente que está no Ministro mas, a resposta que o Ministro nos daria, é assim: «a Comissão resolveu; futuramente vai-se analisar e o que se vai analisar está analisado», não é assim? Agora, quando nós dispomos de uma informação através de uma Comissão (que é aquela Comissão que foi formada) e que diz assim: Mogadouro vai ficar (e a Câmara Municipal, que se pronunciou acerca disso mandando-lhe a ‘discussão pública’ que entendeu, e a Assembleia Municipal se pronunciou por unanimidade dizendo assim: «nós não abdicamos, ou concordamos, com a SUB aqui em Mogadouro») bem, eu, a partir daí, entendo que não seria diligente fazer diligências junto do Ministro ou do centro do poder – e aí é só o Ministro – acerca disso. No entanto, abordei um elemento dessa Comissão (por acaso é agora enfermeiro chefe, e que me levava lá os miúdos ao consultório) e ele disse-me: «A Urgência, o SUB, não irá para Macedo de Cavaleiros senhor doutor. A não ser que saltem por cima da Comissão, e não acredito que o Ministro esteja nessa disposição». E havia dois problemas: ou o SUB ficava em Mogadouro – e fica – ou se fazia também um SUB em Miranda do Douro. Quer dizer, o problema da Comissão estaria em fazer um SUB em Mogadouro e um SUB em Miranda do Douro dado a proximidade que tinha com Espanha, etc. Quanto a diligências, e outras diligências com os centros do poder, etc., devo-lhes dizer que isso está muito mal – está muito mal – porque, o encarregado aqui pela Câmara de negociar a Casa dos Magistrados, que eles se propunham vender por cinquenta e sete mil contos, bem, já lá vão três meses e estou à espera de marcação de audiência (há três meses) com o pedido de repetição. A mesma coisa para o Ministério do Ambiente; a mesma coisa para a Saúde Vinte e Um. É hoje extraordinariamente difícil marcar, ou obter, a anuência de uma audiência dessas. De maneira que isto vai-se prolongar um bocadinho mais no tempo. Isto, evidentemente, quem está no poder é o Partido Socialista; nós temos aqui uma bancada do Partido Socialista; temos três Vereadores do Partido Socialista, e temos dois Deputados no Distrito do Partido Socialista. Evidentemente, se querem que eu lhes passe a comunicar as audiências que peço para os vossos Deputados, para os nossos Deputados, para poderem influenciar isso, nós agradecemos! Porque, na realidade, faz falta. -----
----- Quanto às finanças, quer dizer, em cada momento, aquilo representa a Câmara neste dado momento. E, como vou ter oportunidade de dizer, as contas das Câmaras, as finanças das Câmaras, devem-se avaliar através do endividamento. O endividamento agora, aliás, é quase a única coisa com que eu concordo neste Plano das Finanças Locais, é com o cálculo do endividamento. É que, até aqui, o Moreno dizia: *o endividamento é tal*; e eu dizia: *não é tal*; e outro dizia: *é tal*. E a gente não ficava a saber bem como é que eram as coisas. Agora não há dúvidas. Agora diz-se assim: endividamento é tudo o que a Câmara deve. Se for a empreiteiros, é a empreiteiros; se for a fornecedores, é a fornecedores; se for a serviços, se

for por empréstimos, etc., é tudo. Então, no cálculo desse endividamento é que vamos ver quais são as condições financeiras da Câmara. Aliás, essas condições financeiras são praticamente (?) às que apresentei na última assembleia e que tem vindo a decorrer. -----

----- Quanto à FIL: aquilo da FIL não foi para tomar resoluções! Foi uma acção de propaganda a favor da Barragem. De maneira que, para isso, convidaram-se alguns *experts*, digamos assim (já não me lembro do nome deles todos) mas que foram todos – principalmente um – que falou acerca dos prejuízos que iriam proporcionar na fauna, na flora, na própria geologia, na paisagem, etc., etc., com números bem concretos. E, portanto, aquilo teve, digamos assim, interesse do ponto de vista promocional, do ponto de vista da chamada do Governo – que era também uma das finalidades, a chamada de atenção do Governo – e sensibilização do próprio Governo, para pedir a Bruxelas que acelerasse o processo. E foi pedido. Não sei se Bruxelas já o despachou (até há dois ou três dias não o tinha despachado). -----

----- Quanto à reorganização dos GAT's: isso não lhe posso dizer nada. A única coisa que lhe posso dizer é que, quando soube que iria haver essa remodelação, não só dos GAT's mas também de Associação dos Municípios, disse 'deixa lá ver se apanhamos alguma coisita para aqui, para Mogadouro. Portanto, isto não há nada como ir falar à CCDR-Norte'. E pronto, e lá estava o doutor Carlos Vaz, lá estava o Ricardo Magalhães e a engenheira Cristina Azevedo e eu disse: 'olhe, eu venho aqui perguntar-lhes como é que está o QREN'. E também soube que iam acabar os GAT's no distrito de Bragança, ou, agora, na NUT Transmontana. Eu, é só para dizer, se de facto acabarem, vai sair com certeza de Moncorvo – não tem centralidade – mas, se acabarem, Mogadouro está na disposição de pensar em fornecer espaço, em fornecer todas as condições, para instalarem o GAT em Mogadouro – isso que fique aí apontado por, enfim, mais uma série de argumentos. E é isso tudo que existe. -----

----- Quanto às Associações de Municípios acho que também vão acabar – podem continuar, mas a expensas próprias do município, e com fins só específico porque, aqui, a NUT vai ter de ficar só com uma associação de municípios. É tudo quanto sei.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio para dizer que, devido ao adiantado da hora e como havia ainda as grandes questões do Plano e do Orçamento, o que iria levar necessariamente algum tempo, ele propunha que se fizesse um intervalo para almoço, recomeçando os trabalhos às catorze horas. -----

----- Estando todos de acordo, foram suspensos os trabalhos até às catorze horas. -----

II PARTE

----- Às catorze horas foram reiniciados os trabalhos, tendo-se antes procedido à chamada a fim de se verificar da existência de quórum. -----

----- Responderam à chamada cinquenta elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Carlos Alberto Telo Figueira, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Pedro Miguel Coutinho Monteiro, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Vítor Manuel Purrulo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, José Carlos Ferreira Lopes, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. -----

----- Neste período, faltou à Sessão o Deputado Municipal Tiago Calejo das Neves Varandas, além dos Deputados mencionados no primeiro período desta Sessão, tendo também esta sido justificada. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar a existência de quórum prosseguiu com os trabalhos apresentando de seguida o próximo ponto da Ordem do Dia: -----

----- **2. 2 Análise e deliberação sobre “AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – EXERCÍCIO DE 2007”;** -----

----- Acrescentou que, à semelhança do que se tem vindo a fazer, se discutiria este ponto conjuntamente com o ponto a seguir, por se complementarem, sendo a votação feita em separado. -----

----- **2. 3 Análise e deliberação sobre “ORÇAMENTO MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2007”;** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, de seguida, deu a palavra à Câmara Municipal para que procedesse à apresentação dos pontos em apreço. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA**, disse: -----
----- “Vamos então, mais uma vez, apresentar aqui as premissas e as grandes opções, ou as opções fundamentais do executivo, através do Plano Plurianual de Investimento e Orçamento para o ano de dois mil e sete. -----
----- Antes de comentar os documentos que já conhecem, agora postos à discussão, permitam-me que lhes faça algumas considerações que vão permitir a compreensão e o porquê, e também o panorama da doutrina que presidiu à organização e elaboração destes documentos. -----
----- A lei das Finanças Locais, ao aplicar-se, acarreta por um lado, uma redução das receitas do Município, e por outro, aumento das despesas. -----
----- As verbas a receber do FEF pelo município são as correspondentes ao ano de dois mil e cinco. Ora, não havendo actualização pelos valores da inflação, que calculamos em dois e meio por cento ao ano, teremos para o ano de dois mil e sete uma diminuição das dotações do FEF no valor aproximado de cinco por cento. Por outro lado, aumentam os descontos para a Caixa Geral de Aposentações em três por cento, aumentando nesse valor as despesas do município com a Segurança Social. Feitas as contas, haverá um decréscimo de cerca de oito por cento, o que representa uma boa parte de um duodécimo. -----
----- Ora, os Contratos/Programa estão agora altamente condicionados pela crise que resulta do controle do défice do Estado, não sendo seguro que, mesmo que um qualquer Secretário de Estado os contratualize, sejam avalizados e concedidos pelo Ministério das Finanças. -----
----- Esta situação, para além da dependência, cria-nos apreensão e incerteza, pondo em causa as bases concretas em que devem assentar Planos e Orçamentos Municipais. Mas não serão essas dúvidas que nos obrigarão a fazer um Orçamento de merceeiro, isto é, se temos cem à certa, gastamos cem à certa, porque essa forma de agir iria coarctar a possibilidade de avocar receitas ocasionais que podem ser determinantes para o nosso desenvolvimento. É essa a razão porque optamos por Planos e Orçamentos previsionais para permitir o aproveitamento de oportunidades que possam vir a surgir. Reforça esta forma de actuar a incerteza e indefinição do Quadro de Referência Estratégico Nacional de que pouco sabemos para além das regras por que se vão reger os Planos Operacionais. -----
----- Ora, apesar do corte brutal nas receitas do município, vindas do Estado, cerca de um duodécimo (ou aproximadamente de um duodécimo), vamos manter as dotações às Juntas de Freguesia, o que representa um sacrifício a ter em conta na apreciação e avaliação do comportamento do Executivo face aos seus compromissos. Não conheço exemplos – pelo menos a nível distrital não os há – de municípios, onde esta actuação se repita. -----
----- Prometemos entregar às Juntas seiscentos e cinquenta mil euros em dois mil e seis. -----

-----Em trinta de Novembro próximo passado, tínhamos entregue quatrocentos e dezassete mil quatrocentos e quinze euros; durante este mês vamos pagar, de certeza, digo de certeza, mais cento e vinte mil, o que totaliza quinhentos e trinta e sete. Faltando concretizar as obras protocolarizadas com as Juntas de Freguesia, algumas das quais com obra a decorrer, no montante de duzentos e três mil duzentos e cinquenta e três euros, e outras que, apesar de protocolarizadas no início do ano não mostraram vestígios de execução. -----

----- Após estas considerações, que entendi necessárias para a boa compreensão dos documentos que apresentamos à discussão desta Assembleia, e que foram aprovados sem votos contra pelo executivo, apresento como objectivo fundamental do Plano Plurianual de Investimentos dar cobertura às obras em curso ou adjudicadas na parte final de dois mil e seis. Assim, podem verificar que, as grandes obras ainda em realização e não pagas, representam quatro milhões setecentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e setenta e oito euros, ou seja, quarenta e dois vírgula quarenta e oito por cento do Plano Plurianual de Investimento. Não me dispensio de as enumerar: zona envolvente do Mercado, Biblioteca, Casa das Artes, todas essas obras – grandes obras – portanto, totalizam então os quarenta e dois vírgula oito por cento. -----

----- À parte dessas, há outras obras de menor dimensão, que totalizam um milhão cento e dezoito mil duzentos e dois euros, ou seja, mais nove vírgula noventa e sete por cento, dando para estas obras mais importantes o valor de cinquenta e dois vírgula quarenta e seis por cento. -----

----- Há ainda outras obras, que colocam, mais ou menos – temos então perto de sessenta por cento das nossas opções vão para este tipo de obras e adjudicações. -----

----- Preocupou-nos a pretensão de chegar a trinta e um de Dezembro de dois mil e sete com um endividamento menor que o actual. Este endividamento está já a ser avaliado (como já disse há pouco) à luz do conceito expresso na Nova Lei das Finanças Locais, isto é, considera-se endividamento todas as dívidas do Município – sejam a fornecedores, a empreiteiros, serviços e empréstimos. Acabam-se assim as mil e uma maneiras de calcular o endividamento. -----

----- Restam-nos então quarenta por cento das dotações reservadas ao Plano Plurianual de Investimento. Vamos utilizá-las no melhoramento da rede viária, com lançamento de obras a concurso, para serem acabadas em dois mil e oito. Lançamos as obras este ano para serem acabadas em dois mil e oito, mas mesmo assim, representando cerca de um milhão de euros para dois mil e sete, cumprindo-se assim a promessa de optimização da rede de estradas municipais: estrada de Valverde, Meirinhos, estrada de Penas Roias, Linhares, Complexo Desportivo a Zava, Castanheira, estrada de Urrós, Sanhoane, Parque Industrial a Vale da Madre, Vale de Porco,

Travanca, Peredo da Bemposta, e outras. -----
----- O restante do orçamento contempla a rede de água, lixos urbanos e resíduos sólidos, bem como a Educação, a Segurança Social e a Saúde. -----
----- Educação, Segurança Social e Saúde, aguardamos definição do Governo (como, aliás, está prometido) quanto à distribuição dessas competências e respectivas dotações. -----
----- O Orçamento de dois mil e sete sofreu uma redução de seis milhões trezentos e vinte quatro mil e novecentos e vinte cinco euros em relação ao Orçamento de dois mil e seis, passando de vinte e seis milhões oitocentos e um cento e sessenta para vinte milhões quatrocentos e setenta e seis mil trezentos e vinte cinco, o que não vai permitir que a oposição classifique este Orçamento de dois mil e sete de empolado – creio eu. -----
----- O Orçamento de dois mil e seis apresenta, sobre o Orçamento de dois mil e sete, uma diferença de trinta vírgula nove por cento. -----
----- O Orçamento de dois mil e sete representa contenção, mantendo as portas abertas a contratos-programa e apoios comunitários de que não podemos, à partida, ter a certeza. -----
----- É isto tudo quanto ponho à vossa reflexão com (?) estas as orientações gerais. O resto, têm já nos documentos que lhes foram distribuídos.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra sobre os pontos em análise. -----
----- Depois de registadas as inscrições, perguntou à Deputada Joaquina Mariano (Presidente da Junta de Freguesia de Sanhoane), na sequência da sua intervenção no período de *Antes da Ordem do Dia, ponto um.três, «Assuntos de Interesse Relevante para o Município»*, se pretendia agora usar da palavra uma vez que o assunto que pretendia expor se enquadrava nos pontos agora em discussão, tendo a Deputada respondido que prescindia da palavra. -----

----- De seguida, deu a palavra aos Deputados inscritos. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO**, já no uso da palavra, disse: “Eu só queria fazer novamente um pedido de esclarecimento, uma vez que parece que até é esta a rubrica certa e não me foi respondido na outra rubrica, a fase em que se encontra a aquisição dos terrenos para a construção de habitações a custos controlados.” -----

► **MIGUEL RITO**, Presidente da Junta de Bruçó, usando também da palavra, disse: “Antes de mais, senhor Presidente da Assembleia, agradecer a carta que me enviou no meu aniversário – muito obrigado pela amabilidade; agradecer também ao senhor Presidente da Câmara a questão que eu tinha posto na última reunião, acerca da Internet – já está resolvido; muito obrigado por isso. -----

----- Agora, em relação ao Plano e Orçamento: eu estive a analisar – li e reli várias vezes. Bruçó: zero! Teve aqui com sessenta por cento, quarenta

por cento – nem zero vírgula um por cento de obra em Bruçó - e, eu queria perguntar ao senhor Presidente, se realmente existe e eu não tenho visto; se eu não tivesse visto, que me dissesse onde e o quê. Só isso.” -----

► **JOSÉ MARIA PRETO**, após as saudações protocolares, disse: “Na apreciação dos documentos que informam a intenção de investimentos no concelho de Mogadouro, portanto o Plano de Investimentos Plurianual, o Plano de Actividades, Senhor Presidente da Câmara, quero, antes de mais, dar-lhe os meus parabéns, a si e à Câmara que dirige. Faço esta apreciação e apresento-lhe os meus parabéns pelo facto de, nestes documentos, se verificar a concretização de uma visão coerente, inteligente e oportuna. Coerente, inteligente e oportuna pelas seguintes razões: primeiro – por privilegiar, objectivamente, a educação; segundo – por apresentar uma preocupação premente com a acção social. Num concelho em que a população está envelhecendo a um ritmo assustador, nem podia ser de outra maneira. Portanto, preocupação em primeiro lugar com a educação e em segundo lugar com a acção social. Em terceiro lugar porque, apesar destas opções feitas (são opções que se fazem), educação, acção social, este projecto acaba por não esquecer o investimento em infra-estruturas. Em síntese, e numa apreciação global dos documentos, não me agarrando aos números nem às estatísticas, eu queria dizer o seguinte: é um Plano de intenções, que concilia aspectos sociais, aspectos culturais, educacionais, e não esquece, nem hipoteca, os investimentos, as infra-estruturas para o concelho de Mogadouro – infra-estruturas sempre necessárias. A Câmara, ao apresentar estes documentos, com esta orientação, em meu entender, está de parabéns, vai ter o nosso apoio. Apenas esperamos que haja determinação e capacidade para o trabalho que este mesmo Plano exige e implica.” -----

► **MANUEL TIBÉRIO** usou a seguir da palavra, e disse: “Alguém que acompanha a vida do município à distância (porque não resido cá – até para satisfazer aqui alguns problemas da bancada da maioria) pode dizer-se, sobre a vida do município e, portanto, sobre o Plano, sobre as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos. Começar por dizer aquilo que me parece óbvio: este documento deve ser reprovado por esta Assembleia. Razões assistem a esta minha tomada de posição: primeiro, e pegando nas palavras do senhor Presidente da Câmara, e na escrita, também, é o Plano Plurianual de Investimento que cursa na continuidade – são palavras do senhor Presidente – porque, na maioria, abrangem obras já lançadas em anos anteriores, que perfazem setenta por cento. É também, e na minha opinião, agora sou eu que o digo, é um Plano para não cumprir, à semelhança de Planos anteriores. É um Plano que cativa verbas para além do mandato do actual executivo – não num montante elevado, é certo – mas cativa; é um Plano que prevê também investimentos que eu considero – é a minha opinião – não serem prioritários, e refiro apenas um exemplo, mais

tarde depois questionarei, que é a aquisição de autocarros, entre outros. É por estas razões, diria, que eu votarei contra; pessoalmente, votarei contra este Plano. Um bocadinho mais de detalhe: diria que este Plano – e eu ressalvo já aqui um aspecto (eu não tenho dados relativos a dois mil e seis porque não tenho esses documentos, por razões várias – acho que na discussão do Orçamento anterior, tenho presente, nós saímos - a bancada do PS saiu da sala por causa dos documentos que não foram entregues – portanto eu não tenho esses documentos, até perdi o CD, certamente), portanto, aquilo que eu vou dizer, em termos comparativos, fá-lo-ei em relação ao exercício de dois mil e cinco. (Eu depois explico porque é que faço em relação a dois mil e cinco e não a dois mil e seis também). Este Plano de Investimentos, para funções gerais prevê um milhão de euros que representam um aumento em relação ao ano anterior; para funções sociais e dando de barato algum aumento em relação à Educação – que já aqui foi referido pelo José Maria – prevê uma dotação de seis ou sete milhões de euros, o que representa uma diminuição em relação ao ano anterior e, nesta rubrica de funções sociais o investimento em ordenamento do território, que apresenta uma dotação de dois vírgula seis milhões de euros, destinam-se a aplicar, maioritariamente na vila, e em Juntas PSD (entre aspas, porque as Juntas não são do PSD, as Juntas são do Povo, mas geridas pelo PSD), e representam também, estas verbas do Ordenamento, ou esta rubrica do Ordenamento, representa também uma diminuição ao exercício anterior. No que respeita às funções económicas, e que representam um montante de três vírgula oito milhões de euros, diria que a agricultura é esquecida e resume-se à construção (não sei se já está em curso, ou se há algum estudo feito) da barragem de Saldanha; resumem-se também ao apoio á instalação de Cozinhas Regionais – que é referido, e sobre isso já falámos o que tínhamos a falar, não sei porquê o só agora esta preocupação com as Cozinhas Regionais, quando até tínhamos um Quadro de Apoio que as apoiava e aí não se viu nenhuma actividade; por outro lado, o Matadouro Intermunicipal continua a ser lançado para as calendas; a beneficiação da estrada entre Mogadouro e Valverde continua adiada porque o montante previsto para o ano próximo representa apenas dez por cento do total de investimento previsto. Ainda sobre esta matéria, poderei dizer que não basta, sobre a matéria dos aspectos económicos, ou das expressões económicas, não basta acenar com arranjos urbanísticos, com arruamentos, com pavimentos, em algumas freguesias, tipo bodo aos pobres; é preciso atentar na qualidade estética e urbanística dessas obras, e este executivo tem dado provas de que, bom gosto, tem muito pouco. Depois, poderão ser especificados alguns exemplos, mesmo não estando cá, mesmo não vivendo cá. Sobre o Plano de Investimentos, concludo colocando três ou quatro questões: primeira – qual o objectivo da compra de autocarros? É para fazer concorrência ao Santos? Ou é para rentabilizar o investimento

feito naquilo que chamam uma «Central de Camionagem»? Porque, parece-me que esta rubrica da compra de autocarros me parece contraditória com a estratégia do próprio Plano de Actividades, tendo em consideração que, no que respeita aos serviços de limpeza, a Câmara se prepara (e acho bem) para a ceder a privados. Portanto, há aqui uma contradição em relação a tomadas de opções estratégicas. Uma outra questão: qual o destino a dar à Casa dos Magistrados – é também um investimento previsto; ainda uma terceira: pergunto, ou questiono, se se justificará a construção de um Polidesportivo em Castro Vicente, tendo em consideração já aquilo que aqui foi referido, desertificação, (?); questiono ainda sobre a natureza das obras complementares previstas para a Central de Camionagem – o que é que pensam vir fazer (prevejo que estejamos perante um buraco que nunca mais terá concerto); questiono ainda sobre o projecto de valorização do Percurso Eco Turístico Temático da Cascata da Faia, em Bemposta, Lamoso. Se bem me lembro, o senhor Presidente da Câmara referia em Assembleia Ordinária passada, que tal projecto era da responsabilidade do ICN. Se assim é, como se justifica um investimento de cento e sete mil euros por parte do município? São dúvidas que eu tenho, que gostaria de ver esclarecidas. -----

----- Em relação ao Orçamento, e para não voltar cá neste ponto, também devo dizer que este Orçamento deve ser chumbado porque o executivo não o vai respeitar dado estar de facto subavaliado. E, como lhe disse, acho-o subavaliado fazendo comparações com o ano dois mil e cinco. Lembram-se que o ano dois mil e cinco – eu tenho-o presente, foi um ano eleitoral e também um ano em final de quadro comunitário. Recordo, para quem não se lembrar, para quem não tiver presente – não tem obrigação de o ter – em dois mil e cinco a dotação orçamental foi de vinte e nove vírgula seis milhões de euros – a execução foi de quinze vírgula nove (representou uma percentagem de execução de cinquenta e quatro por cento, sensivelmente). Em dois mil e sete a dotação é de vinte ponto cinco milhões de euros. De facto, há uma significativa descida. Mas, mesmo assim, não é para levar a sério, o que torna, porque estamos no segundo ano de mandato, em mudança de Quadro Comunitário, o que confere alguma incerteza a algumas receitas, o que torna o Plano de Actividades para o exercício de dois mil e sete irrealista. Analisando com mais detalhe, e tendo ainda como termo de comparação o exercício de dois mil e cinco, digo, ou afirmo: em relação à Receita, em termos de Receitas Correntes, e para dois mil e cinco, teve uma dotação de sete vírgula três milhões de euros – a execução foi de sete vírgula dois (portanto, uma percentagem de execução de noventa e oito por cento). Para dois mil e sete, temos um aumento – pequeno, é certo, mas temos – para sete vírgula nove milhões de euros. Em termos de Receitas de Capital, a dotação para dois mil e cinco foi de vinte dois e dois milhões de euros – a execução foi de oito vírgula seis milhões de euros (estava ainda

em vigor, em pleno vigor, o Quadro Comunitário de Apoio); esta execução representa trinta e nove por cento. A dotação para dois mil e sete é de doze vírgula dezasseis milhões de euros para Receitas de Capital. Esta receita é incerta e é incerta porque as receitas totais estão demasiado dependentes das receitas de capital (sessenta e um e meio por cento), mais incertas que as receitas Correntes, e as receitas de capital dependem da participação em interesses comunitários, em sessenta por cento, também imbuídas de alguma incerteza, dado o período de mudança que fiz referência em relação ao Quadro Comunitário. Por estas razões, digo, ou afirmo, que (eu peço desculpa, mas perdi-me). Bom, para dizer que, em relação ao Orçamento, e que digo que deve ser chumbado, em dois mil e cinco tínhamos uma dotação de vinte e nove e seis milhões de euros e uma execução apenas, também, de cinquenta e três por cento. Para dois mil e sete, a dotação é de vinte vírgula cinco milhões de euros – significa, de facto, também descida superior, mas também não é assim uma descida acentuada, mas também não é realista. E, sobre isto, também não, acho que não tenho muito mais, ou pouco mais há a dizer. Eu votarei contra ambos os documentos. Peço desculpa, aqui a minha baralhação com os papéis.” -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, usou a seguir da palavra e disse: “Eu li com bastante atenção o Plano de Investimentos para o ano dois mil e sete. Na verdade, ainda encontrei alguma coisa sobre Ventuzelo: Construção/Aquisição do Reservatório de Água de Ventuzelo. Eu já várias vezes fiz questão, e até na Câmara anterior, quando o senhor João Henriques era Presidente da Assembleia, disse-lhe se fosse possível fazerem a reparação do depósito da água e até, de uma certa forma, me foi garantido que iriam fazer, porque eu queria lá fazer umas pinturas com artistas próprios para embelezar ali a zona da capela. Até à data - hoje - o tanque encontra-se roto, esfarrapado e a verter água. É uma vergonha! Mas, construção ou aquisição já é alguma coisa – se vier. Só que, dez mil euros, penso que não é rubrica que chegue para qualquer coisa. Bem, para qualquer coisa chega! Para muita é que não chega. (fim da gravação nesta faixa da fita magnética). -----

----- De qualquer forma, não encontrei mais nada que me pudesse satisfazer para Ventuzelo e, como tal, elaborei umas meia dúzia de linhas, aqui, para vos ler e, mais uma vez, fazer uma reflexão – todos. E vou passá-la a lê-la. -----

----- *«Como um povo paga caro, quando o Presidente da Câmara e o Presidente de Junta são eleitos por Partidos diferentes, com tantas incoerências e desigualdades praticadas nesta relação, de fazer questão de continuar a manter por mais um ano tanta injustiça, desigualdade, enfim, com tantas necessidades – estou a falar de obras para Ventozelo, claro. Vossas Excelências passam ao lado de Ventozelo com a vossa arrogância prepotente – desculpem que lhes diga – Vossas Excelência são mesmo do*

*tempo do Estado Novo, não conseguem enxergar em várias direcções. -----
----- Podemos afirmar que as nossas raízes estão no Evangelho vivido, o qual projecta o homem muito para além do efémero, ou seja, do real, que se esgota e, pelo contrário, nunca perde o viço, não murcha nem seca. Esses serão o código que julgará cada um de nós junto do Supremo Juiz na hora por nós desconhecida, mas certa, em que os desprezados serão os juizes se olharmos para eles, que jazem meio mortos à entrada dos nossos pensamentos. -----*

----- Que nenhum de nós se banqueteie dentro de casa fechando os olhos como o avestruz a todas as formas de vingança que pululam entre nós. Multipliquem-se todos os benfeitores quanto à sua generosidade porque Ele dá luz aos que padecem de todas as ironias. -----

----- Face às desigualdades crescentes, é uma urgência preocuparmo-nos com a justiça, a liberdade, igualdade, solidariedade e a fraternidade; são estas que nos devem distinguir, mesmo quando usam uma retórica social em nome destas preocupações, que reivindico o direito a intervir nesta tribuna desta Assembleia Municipal. -----

----- E, para finalizar, quero deixar-vos um desafio: não guardem para vós as vossas dúvidas e inquietações. Partilhem-nas. Esta Câmara mais parece um sistema endócrino (endocrino, digo eu), onde decidem – endocrino, endócrino – onde decidem o que vão fazer, mas depois vêm por detrás a separar – é este o vosso principal objectivo – separar, influenciar e distanciar (estando-me a referir aos vossos conlaterais, ou melhor, aos que foram eleitos pelo lado oposto). Concluo que este Plano de Actividades para o ano dois mil e sete não trás nada relevante para Ventozelo». -----

----- Tenho dito. Por isso vou votar contra”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra dizendo o seguinte: -----

----- “O Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento, antes de ser aprovado pela Câmara Municipal, deve ser submetido à apreciação da oposição, ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição, mas tal não aconteceu. Foi sonogado esse direito. A lei não foi cumprida; o executivo não respeitou o Direito de Oposição consignado na Lei, tal como também já tinha acontecido no ano dois mil e seis. -----

----- Da leitura do Plano Plurianual de Investimentos para o ano dois mil e sete, com o valor global de doze milhões quatrocentos e sessenta mil quinhentos e oitenta e sete euros, se comparado com o proposto para o ano dois mil e seis, sofre uma redução de trinta e um por cento, isto é, há uma quebra significativa nas intenções de investimento, enquanto que as Despesas Correntes aumentam seis por cento. Por outro lado, as obras novas, neste Plano, representam apenas nove por cento do Plano Plurianual de Investimentos no valor de um milhão cento e dezasseis mil e quinhentos euros. -----

----- Da desagregação das várias rubricas, constata-se que as despesas

com a educação têm uma verba definida insignificante, no valor de vinte e um mil euros, ou seja, menos de zero vírgula um por cento; e a rubrica de habitação social, apenas representa dois por cento do Plano, o que contradiz as afirmações do senhor Presidente da Câmara, constantes da Certidão de aprovação do Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- A distribuição dos investimentos pelas várias freguesias do concelho não é equitativa. Verifica-se que há freguesias que, pelo simples facto de serem geridas por eleitos do Partido Socialista, não têm qualquer intenção de investimento. Repito: não têm qualquer intenção de investimento. -----

----- Não há vontade política de resolver o abastecimento de água ao sector nascente, já que a verba definida para dois mil e sete é apenas de cinquenta mil euros, ou seja, dez mil contos na moeda antiga, quando no Plano Plurianual de Investimentos de dois mil e seis tinha duzentos mil euros definidos e um milhão de euros para dois mil e sete; neste Plano, continua a ser adiado a resolução desta necessidade que cada vez se torna mais premente. -----

----- As transferências de capital para as freguesias continuam a vir em bloco, não sabendo cada freguesia qual a quota-parte que lhe cabe – isto para poderem laborarem os seus Planos e Orçamentos com rigor e em devido tempo. Isto demonstra bem que a Câmara quer continuar a exercer pressão sobre as Juntas de Freguesia lideradas pelo Partido Socialista. -----

----- Senhores Deputados Municipais: -----

----- Ao analisarmos o Orçamento para o ano dois mil e sete, no valor global de vinte milhões quatrocentos e setenta e seis mil duzentos e quarenta e cinco euros, verifica-se uma redução de vinte e quatro por cento em relação ao de dois mil e seis. No entanto, as receitas correntes sobem cinco por cento; as transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro mantêm-se igual ao de dois mil e seis; os Passivos financeiros, ou seja, os empréstimos de médio e longo prazo, também aumentam em relação a dois mil e seis, pelo que a redução nas receitas se deve única e simplesmente à cooperação Técnica e Financeira e aos Fundos Comunitários, mas que, mesmo assim, os valores orçamentados nestas rubricas, ainda continuam inflacionados. Portanto, não venha o senhor Presidente dizer – como acabou aqui de o afirmar – que houve um corte brutal nas receitas do Estado. Nada mais de falso! E isto, se compararmos a receita arrecadada - porque é aquela que temos mais recente, e é essa que vale – a receita arrecadada por esta Câmara Municipal no ano dois mil e cinco, a receita total foi de quinze milhões oitocentos e oitenta e oito mil setecentos e setenta e dois euros. Isto é a receita efectivamente arrecadada no âmbito da anterior Lei das Finanças Locais, aquela que vigorou nestes anos para trás. Este Orçamento, o valor global, é superior em cinco milhões de euros em relação a dois mil e cinco. Portanto, não foi a Lei das Finanças Locais que veio fazer cortes na receita que o município deve arrecadar. Está-se a

referir aos Contratos-Programa – mesmo esses, e se nos referirmos a dois mil e cinco, que são os dados mais recentes que temos – sobre esses Contratos-Programa o que a Câmara arrecadou, no máximo, não chegou a um milhão de euros. Portanto, mesmo assim, tem orçamentados para este ano à volta desse milhão de euros. Portanto, não é por causa da nova Lei das Finanças Locais que a Câmara passa a receber mais ou menos receita para poder desenvolver a sua actividade. -----

----- Este é um Orçamento em que o Fundo de Equilíbrio Financeiro representa quarenta e um ponto sete por cento; os Fundos Comunitários vinte sete nove por cento (isto se forem arrecadados); os empréstimos a médio e longo prazo representam seis por cento, e as receitas próprias dez ponto três por cento, o que vem demonstrar que a autarquia não foi prejudicada pela Nova Lei das Finanças Locais. -----

----- Meus senhores: porque este não é o nosso Plano nem é o nosso Orçamento, não são as nossas prioridades nem as nossas perspectivas, vamos – a bancada do Partido Socialista – vai abster-se na votação destes dois documentos.” -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** usou a seguir da palavra dizendo: “Eu começava por rebater uma questão que foi aqui deixada pelo senhor Deputado Moreno, que acabou de intervir, dizendo que a Câmara não faz investimentos nas Juntas que são PS. Então eu pergunto: e Bemposta? Eu até compreendo que, pelo passado político dos elementos da Junta de Bemposta, não os veja como sendo Socialistas, mas o certo é que foram eleitos pelo Partido Socialista. E lembrava-lhe que há fortes investimentos a decorrer em Bemposta – lembro-lhe o apoio que está a ser dado ao Centro de Dia; o Pavilhão Desportivo (que vai arrancar); a Cascata da Faia e outras obras. Portanto, o que acabou aqui de dizer não corresponde, minimamente, à verdade. E, lembrava-lhe também que, de facto, é quando se está no poder que se pode ter preocupações com as freguesias, não é depois, que se passa para a oposição, que quer fazer de Bemposta a “*menina dos olhos*” - como aqui tem feito parecer com o interesse que tem manifestado em Bemposta - na medida em que, só agora se interessa porque, enquanto esteve na Câmara, nos executivos de que fez parte, em Bemposta fizeram pouco e mal – repito: pouco e mal. -----

----- Em relação ao Plano, que é o assunto que aqui nos traz – Plano e Orçamento – é um Plano que tem cerca de trinta por cento de redução, em relação ao do ano anterior (isso já foi aqui, aliás, já quase tudo foi dito em relação ao Plano e Orçamento), porque sofre, de facto, de várias restrições impostas pelo Estado, passando obviamente a Câmara a receber menos. Há também o aumento das despesas com Segurança Social, e outras, porque tudo hoje é mais caro do que era no passado, leva de facto a uma redução na disponibilidade financeira. Há também um aspecto importante que ainda aqui não foi focado e que eu não queria deixar passar em claro, é que não é

pretensão também desta Câmara recorrer aos empréstimos. Ainda na sessão anterior foi aqui dado conhecimento da possibilidade de contrair mais um empréstimo, porque esta Câmara, ao contrário do que se diz por aí, não esgotou a capacidade de se endividar – longe disso – portanto, entendeu (no meu entender, bem) não recorrer a mais empréstimos, para já, e salvaguardar essa situação para, no futuro, o poder fazer e, com essas verbas, conseguir cativar mais dinheiros de fundos comunitários – se for possível. Há também a incerteza em relação ao QREN – não se sabe muito bem como é que vai funcionar a atribuição das verbas comunitárias. Portanto, tudo isso pesa no abaixamento do Plano para este ano. Contudo, é louvável a atitude deste executivo ao seguir, agora que está no poder, a linha de orientação de que nos falou durante a campanha eleitoral, sobretudo (apraz registar isto) no momento em que em Portugal abundam os exemplos de que, quando se está no poder, faz-se precisamente o contrário daquilo que se prometeu em campanha eleitoral. Portanto, este executivo prometeu apostar na Educação, na Acção Social e infra-estruturas, sobretudo na remodelação da rede viária – este Plano traduz isso; portanto, está a seguir aquilo que prometeu ao eleitorado e isso é louvável. As transferências para as freguesias – também já aqui foi falado – apesar do corte no total do Plano, são as mesmas do ano anterior – não recebeu cortes – são os mesmos seiscentos e cinquenta mil euros que estão dotados para serem transferidos para as freguesias. Também foi acusado este Plano de ser empolado e irrealista. Bem, se assim é, então nós convidamo-los a dizer quais são as alíneas e as obras que devem ser retiradas do Plano para o reduzir. Digam-nos quais. E, também há uma série de alíneas, que estão dotadas com quinhentos euros, ou com mil euros, que, portanto, têm a possibilidade de ficar a alínea em aberto para, no futuro, se houver a hipótese de ir buscar verbas para essas obras, se de facto o QREN, ou outras medidas, o permitirem. Se as querem retirar – também compreendo que as queiram retirar – que é para depois, no futuro, se houver necessidade de fazer alterações ao Plano, têm também mais um motivo para virem aqui, como já foi que aconteceu este ano, para fazer críticas às alterações ao Plano se elas depois forem necessárias. Se as alíneas já ficarem abertas não será necessário proceder a essas alterações. No meu entender, é um bom Plano; é um Plano que deve ser aprovado sem votos contra e eu repito: sem votos contra, porque foi assim que foi aprovado no executivo. Já aqui ouvi dizer que vão votar contra, que se vão abster. Eu repetia a pergunta que já aqui foi feita de manhã: que PS é que temos na oposição?” -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA**, usou a seguir da palavra para responder às questões levantadas nestes pontos. E disse: “Deputado Rito: creio que é melhor procurar ali, na numeração, nos papéis que lhe foram entregues, nos documentos, alguma coisa sobre Bruçó, porque está lá (mas o Vereador

Pimentel depois vai-lhe dizer com mais propriedade isso que estou a dizer). Quanto ao Deputado Tibério, reprovar este documento: isso nem era Assembleia, nem era nada, de discussão de um Orçamento e de um Plano Plurianual, sem reprovar ou sem se absterem. Já viram alguma coisa (eu, por acaso só assisti a isso desde que estou aqui Presidente da Câmara há cinco anos, mas era uma coisa que eu gostava sempre, de assistir à discussão dos Orçamentos da Assembleia da República) eu creio que nunca vi uma unanimidade. Há sempre discussão de números – é para aqui; é para ali; abstenho-me; vota contra – é, no fim, aquilo tudo. A maior parte das vezes os Orçamentos são aprovados e, portanto, isso faz parte, digamos assim, da nossa vivência democrática, da nossa discussão, de todas essas coisas e portanto, temo-las em conta, sim senhor, essas observações, mas não têm assim aquela relevância que se lhes deve atribuir. -----

----- Verbas para além do mandato: eu creio que não temos aqui realizações previstas para além do mandato. Temos sim, para além deste ano, de dois mil e sete – é por isso que se chama um Plano Plurianual de Investimentos; quer dizer, não é para um só ano: é para mais anos. -----

----- Um autocarro, para que o queremos? É por uma questão de economia. Há circuitos especiais em que a Câmara está a pagar por dois, três e quatro Táxis para trazer uma só criança, duas crianças, para as escolas. Entendemos, depois de fazer contas, que íamos lucrar em comprar, portanto, este autocarro. Investimentos na educação fazem-se ou através do Plano, ou através do dinheiro da Câmara, ou através dos contratos-programa, ou através do recurso aos Quadros Estratégicos Nacionais, neste caso o QREN, (?) para a escola, está uma escola feita de raiz e também é a favor do nosso Pólo Escolar, da nossa Carta Educativa, aprovada em sexto lugar a nível nacional. Portanto, essas coisas são assim todas. -----

----- Quanto às Juntas do PS, às Juntas do PSD: eu até nem enjeito que haja casos especiais, que não de ser corrigidos, porque essas coisas é tudo em termos de mandato, mas eu creio que até os investimentos maiores que se passa, já aqui foram citados pelo nosso representante de Bemposta – Bemposta absorve mais do que, talvez quatro, cinco, seis freguesias de outras. -----

----- A Cascata da Faia, em que falou, ela foi subsidiada, foi paga pelo Parque, mas o acesso, a estrada e isso tudo, não é paga pelo Parque – tem que ser paga pela Câmara. -----

----- Rentabilizar o investimento da Central: pois, o investimento da Central não está muito mal rentabilizado. Neste momento, qualquer obra pública que se faz, como por exemplo as Piscinas, dão vinte e dois mil contos de prejuízo por ano! Mas a Central de Camionagem não dá um tostão de prejuízo por ano. E isto porque, digamos assim, não tem uma sala de espera – vai ser feita; há um programa para fazer isso tudo. Mas, entretanto, como é que se viabiliza? Tem que se utilizar aquele espaço

como bar, que está a pagar (não tenho de cabeça) está a evitar que se ponham lá muitos funcionários para tomar conta das sanitas, e para tomar conta disso tudo. E, há agora, depois de aprovadas as taxas, há o contrato com o Santos, que vai ser aplicado e que viabiliza, só por si, a Central de Camionagem. Neste viabilizar, eu não quero dizer que se deite contas àquilo que se gastou e isso tudo, porque aí entra também a comodidade da população. Quer dizer que não vamos ter que dispor de dinheiro para manter a Central aberta. -----

----- O Orçamento está subavaliado: em dois mil e quatro foram vinte e nove milhões ... Agora quanto às certezas de verbas – quem nos dera nós! É o tal Orçamento. Nós contamos com cem e fazemos um Orçamento para cem. Não é assim! Isso é uma utopia! E é uma utopia que pode ficar cara a um município, não abrir alíneas. Eu lembro-me que a estrada duzentos e dezasseis, para ser pavimentada, foi aberta ao PIDAC por dez mil euros! Custou oitocentos e dez mil contos! Mas se não estivesse no PIDAC, como eu ouvi dizer acerca da estrada de Vimioso, quando lá fomos os dois falar nisso, do (?) «mas, ó senhor Presidente, isso não está no PIDAC, não pode ser de maneira nenhuma!» – estava no PIDAC com dez mil euros; foi feita. É preciso contemplar os nossos Planos, os nossos projectos, com (é por isso que se chama previsibilidade – prever). Não vem nada? Não vem nada, paciência! Custa alguma coisa chegar aqui e dizer assim: ‘ai, a minha execução foi só de cinquenta e dois por cento’. Está bem. Então, tivessem feito um Orçamento na altura de metade, que tínhamos uma execução de cinquenta e dois (?) cento, ou quatro, por cento. Mas isso interessa alguma coisa, uma execução, aquilo que se paga?! Se neste momento nos pagassem aquilo que nos devem no INTERREG e que nos devem da Biblioteca, que disseram que iam pagar, em dois mil e sete, vinte e oito mil euros, quando custou duzentos e tal mil contos, bom já ficávamos satisfeitos. Não está executado (executado quer dizer pago). Não está! Mas a obra está feita, ou em vias de ser feita (e muitas obras dessas). Portanto, o que interessa não é só pagar – principalmente quando temos dinheiro, embora não esteja na nossa mão. E temos dinheiro a donde? Bem, em gente séria – que eu ainda não considero o Estado ‘gente’ que não é séria! Portanto, é ‘gente’ de bem que vai pagar. Portanto, interessa-me mais falar em realizações. E, quando se fala em realizações e em incumprimentos, eu queria ter a delicadeza de lhes oferecer (não sei se ainda terei para isso) o meu programa eleitoral de dois mil e um! Oferecer o meu Programa eleitoral de dois mil e um que é para verem o que não foi feito – o que foi prometido e o que não foi feito. Também há lá umas coisinhas que não foram feitas! – Não foi colocado um Pediatra no Centro de Saúde? Porque eu não tive autoridade de o fazer, porque senão, tinha-o lá! Também não foi feito o Matadouro? Pois não! Porque, quando se mandou fazer um estudo de viabilidade, embora que grosseiro, é preciso cuidado. A gente vê que o de Bragança dava cinquenta

mil contos de prejuízo não sei por quanto, e isso tudo, e nós íamos fazer o Matadouro? Não! E fomos procurar em Miranda e Vimioso se se querem associar ou não se querem associar para fazer o Matadouro. Se se quiserem associar, e chegarmos à conclusão de que, portanto, vai ficar aqui ou vai ficar ali, bem, tudo muito bem! Se for para o fazer só em Mogadouro, não vou cumprir a promessa!... Isso nunca! As promessas cumprem-se quando não é para enterrar os municípios. Agora, de resto, se consultarem o resto do Programa, vão lá ver, praticamente só estas duas coisas é que não foram cumpridas. Mas foram cumpridas seis vezes mais todas as obras que fizemos. E eu não sei onde é que foi buscar as contas dos contratos-programa! Porque nós, com um milhão e meio de contos, fizemos obras no valor de seis milhões de contos – estão ali as obras todas! Estão ali os projectos todos: são sessenta e cinco concursados e o resto, até cento e sessenta e dois, obras feitas por administração directa. Portanto, promessas e isso tudo, vamos a ver se eu consigo chegar ao fim deste mandato com este programa tão cumprido como consegui cumprir o outro. Oxalá que sim, porque me deixa imensamente satisfeito. -----

----- O Cândido: até tem razão com os seus (?). Estou-lhe a dar razão no tanque da água! ... No resto, que Deus nos dê luz e que o ilumine também a si – principalmente no campo da prepotência! O que está para trás está para trás! -----

----- Moreno: isto de oposição, e situação ... Eu lembro-me da situação mais caricata que há entre a situação e oposição: quando cheguei aqui à Câmara e foi preciso votar o quantitativo da Contribuição Autárquica (já não sei bem como as coisas se passaram); no ano anterior, o PS teria proposto um vírgula um, e o PSD ter-se-ia oposto – «não, não; é zero vírgula sete». No ano imediato, o PSD propôs o mínimo, e nessa altura eu disse ao PS: podemos aproveitar agora, pomos isto em um vírgula um, porque os senhores são três, na situação estão outros três, e eu voto convosco e pomos um vírgula um. - «Bom, assim já não queremos!» Portanto, situações, e oposições, e essas coisas todas – ó Moreno, é conforme! -----

----- Quando se fala aqui num Orçamento *pobre de obras*, vamos lá ver. O nosso objectivo neste mandato não é propriamente o crescimento. Obras, regra geral, nem sempre são crescimento. O nosso objectivo não é o crescimento! O que é o crescimento? O crescimento é isto: temos, em mil novecentos e cinquenta, dezanove mil setecentos e cinquenta e seis habitantes no concelho e temos as aldeias cheias; tudo tinha vacas; tudo tinha ovelhas e cabras; produzia-se trigo ... Alguém precisava alguma coisa de ir comprar um ovo ao Porto e aos aviários da Beira? Ninguém! Nós bastávamo-nos – praticamente todos nós! Precisávamos assim de um arrozito, um bacalhauzito, uma massa, uma sardinha, e uma pescadita no Natal. De resto, consumíamos tudo para nós! Estávamos desenvolvidos!

Entretanto, Mogadouro teria talvez (sei lá) mil e quinhentos fogos, mil fogos, mil e quinhentos habitantes – também era a Vila! O que é que se passa hoje? As aldeias não têm nada dessas coisas, ou pouco têm, Mogadouro cresceu – cresceu imenso (chama-se a isso crescer) – houve crescimento; as aldeias definharam; o concelho perdeu população apesar de Mogadouro ter crescido. Isto é crescimento. Porquê? Porque não se criaram as vias de desenvolvimento! Não se criou o que, há pouco, não sei quem, aqui queria dizer ‘endócrino’. Pois é isso mesmo! Não houve – o que é que não houve? É que, eu posso ter um fígado muito grande (peço desculpa pela explicação médica), o meu fígado pode ser muito grande e funcionar mal. Quer dizer, está muito crescido, tem muito crescimento mas não tem função, não tem desenvolvimento. É como Mogadouro. Não criamos empregos. Até podemos dizer, quando me perguntam: «O senhor tem muito desemprego lá na vila?». Eu fico sempre assim: não (para mim digo não; para os outros digo sim mas para mim digo não). Não temos muito desemprego. São oitenta e seis desempregados – desempregadas, quase todas. Quando a gente abre concurso na Câmara para as varreduras, etc., mas se for para ir à azeitona, por exemplo, já não há. Nós não temos propriamente desemprego. Nós, o que temos é falta de emprego! Porque não estamos, precisamente, desenvolvidos. Temos falta de emprego! E isto é que é importante! E isto é que condiciona o desenvolvimento. De maneira que, este Plano que nós fazemos, este programa que nós fazemos, não é o programa das realizações! Não é o programa dos Estádios de Futebol, nem dos Parques de Feira, nem disto nem daquilo, nem dos arruamentos, nem... Não é; não é esse! Era procurar, para o poder procurar, através do QREN, onde eu não entrei, ainda, porque ainda não está definido – era alguma coisa que nos trouxesse desenvolvimento. Isso sim, é que eu queria e ficava profundamente satisfeito de dizer assim: «criámos ‘tantos’ empregos». Porque, naquilo que dependeu de nós, nós, mesmo assim, criámos alguns. Nós fizemos o contrato, como já sabem, dos Cuidados Continuados de Saúde, à *Saúde Vinte e Um* que vai lá criar vinte/vinte cinco empregos – até deram quarenta mil contos por sair o Centro de Saúde do hospital velho. Ia a sair assim e a gente foi a Lisboa e disse: «Não o deixem sair assim; faltam-nos quarenta mil contos para fazer os sessenta mil. Dêem-nos quarenta mil contos a título de indemnização dos estragos que lá fizeram (que aquilo era para deitar tudo abaixo) e obtivemos o dinheiro suficiente para fazermos os cuidados continuados, que cria cerca de vinte seis a vinte e cinco empregos». Portanto, consegui trazer para aqui os meus colegas, apesar da sua relutância e pela consideração que tinham por mim – passe a vaidade. Portanto, o Centro de Diálise que vai criar vinte e cinco empregos. Há mais umas coisitas, ligeiras, mas isso é o que depende da autarquia, e isso é limitado – o que depende da autarquia é limitado. Estar a dizer assim: *indústrias*. Mas que indústrias? Quem vem para aqui? Não há incentivos.

Quanto se paga de electricidade de IRC? Etc., etc. A gente faz o que pode. Mas, o que nós temos aqui que procurar, neste momento, já não é crescimento, é desenvolvimento, porque nem o distrito vai beneficiar com essas coisas, porque Bragança, que tem agora trinta e quatro mil habitantes, tem lá cerca de mil, e cem de Mogadouro (por acaso representam a inteligência de Bragança) nem Bragança se vai safar. E porque é que não se vai safar? Não se vai safar porque o Distrito perde gente. Os concelhos perdem para Bragança e Bragança perde para o litoral, e o distrito perde gente. E quem é rico e quem se desenvolve é o distrito, porque uma só povoação não é capaz de se desenvolver. Portanto, esse é o nosso objectivo actual, que se potencia aqui e que eu queria que compreendessem. -----

----- O abastecimento da água: o abastecimento da água está um bocadinho, digamos – até aqui nunca faltou água; tivemos lá água – pontualmente houve problemas, mas, como sabem, pelo menos alguns dos que aqui estão – e eu já tive oportunidade de dizer – que este Quadro Comunitário tem que ser abrangente. E nós temos um projecto – só nosso, de Mogadouro – para fazer as águas, mas é preciso que ele vá com outros – é preciso que vá com Miranda do Douro, com Vimioso, e estamos a fazer uma parceria com estes dois municípios e com a ADS, que é uma entidade privada de Águas, que está associada. Se nos interessar, no fim, fazemos; se não nos interessar apresentamos um projecto, nós próprios, ao QREN. --

----- Dotações às Juntas: eu creio que há um documento, que eu tinha na mão, que passei ao Pimentel, ele, se fizer o favor, depois explana aqui um pouco sobre essas dotações às Juntas, mas queria aqui fazer algumas observações muito ligeiras. Bem, hoje, para dar dinheiro às Juntas (as Juntas dispõem de duas espécies de capital: uma, que lhe vai directamente do Estado, e a gente não tem nada com isso – vai directamente; outra, que vai da Câmara, porque a câmara resolveu (até com promessas feitas logo no primeiro mandato) dar-lhe esse capital – porque a Câmara resolveu dar! Estabeleceu regras para lhe dar. Podem estar a ser ou não cumpridas, mas há sempre a possibilidade de emendar a mão. As Juntas não sabem à partida o que têm nos seus Orçamentos, e a Câmara sabe?! É muito difícil. Primeiro, porque o que vem do Estado é o que vem do Estado. A opinião e a interpretação do Moreno é a sua – vamos receber mais, ou vamos receber isto ... Eu, por onde tenho andado, e por aquilo que li, também sei que vamos receber menos e isso é um facto comprovado. Agora, o que é certo, é que também não sabemos o que vamos ter. De modo que temos que nos orientar com as informações que temos, com o dinheiro que temos, e temos de fazer por ser imparciais, e eu creio que não serão desta Câmara as maiores queixas que há acerca disso, até porque, em questões de distribuir às Juntas, no passado não havia regras. -----

----- Está-me a fazer a pergunta como Presidente da Câmara? (**presume-se que estivesse a responder à Deputada Antónia Cardoso**) É? Não tenho que

responder como Presidente da Câmara. Tenho que lhe dizer que vá aos proprietários perguntar isso - aos proprietários do terreno ou à empresa que vai tratar disso, etc., etc. como Presidente da Câmara, limitámo-nos a dizer assim: «Autoriza ou não autoriza a construção a preços controlados na Câmara de Mogadouro?». E a Câmara disse, por unanimidade: «autorizamos». A partir daí, não temos mais nada. Isso é com os proprietários; é com ele.” -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, disse: “Vou começar por responder à questão levantada pela Deputada Antónia. -----

----- Construção a custos controlados: a construção a custos controlados foi uma ideia desenvolvida por nós porque entendemos que Mogadouro precisa de pôr alguma mão nos preços da construção. Como é que se regula a construção a custos controlados? Muito simplesmente. É preciso arranjar empresas que estejam disponíveis a investir no campo dessa habitação. Eu participei num workshop no Porto, onde estiveram o INH, por um lado, e várias empresas da construção civil. Exprimi nesse workshop a vontade de Mogadouro aderir a um programa desses; apareceu uma empresa; formulou-se um protocolo em que a Câmara aceita que essa empresa construa. A partir daí, a responsabilidade passa, exclusivamente, pela empresa. A empresa procura um terreno; a empresa faz as infra-estruturas; a empresa paga o terreno e vende as habitações – com uma nuance apenas: o Iva, para esse tipo de construção, em vez de ser vinte e um por cento é dezasseis por cento. É a única diferença da construção normal. E, por sua vez, a Câmara Municipal isenta, por Decreto-Lei, das Taxas Municipais – isto é construção a custos controlados. E, devo dizer, que a empresa anda neste momento, justamente, à procura de arranjar um terreno para implementar a construção das sessenta habitações que se propôs construir. E portanto, e a partir daí, fará aquilo a que se chama um CDH com o INH. Quer isto dizer Contrato de Desenvolvimento de Habitação. Isto, totalmente da esfera da empresa. A exemplo do que fez (por acaso é a empresa que trabalhou em Moncorvo), é a empresa que está a fazer a Quinta da Drajinha em Bragança, e que está a construir quinhentas habitações, neste mesmo sistema, em Santa Maria da Feira. Paralelamente a isto, a Câmara está a desenvolver outro processo diferente, que é a implementação do chamado PROHABITA, que é um outro tipo de contrato de aquisição de habitação para resolver os problemas das famílias mais carenciadas, em que – aí já é diferente – a Câmara propõe o contrato-programa ao INH (pode ir até aos quarenta por cento a fundo perdido e o resto financiado pelo INH) e que culminará com a assinatura dum contrato-programa com a Secretaria de Estado das Obras Públicas. Portanto, este problema está a avançar e estamos justamente na fase de elaboração de uma base de dados das famílias carenciadas do concelho, quer das que

eventualmente habitem o chamado Bairro do IGHAP, quer nas nossas aldeias, que tenham habitações que não reúnam o mínimo de condições para habitar, quer a nível da vila. Isto vai começar a ser desenvolvido no terreno, esse levantamento – já temos a base informática pronta para entrar em acção e, naturalmente, o Vereador do pelouro, o doutor João Henriques, vai começar a implementar no terreno, a partir deste momento, esse levantamento que é condição *sinequanon* para implementar o PROHABITA. E sobre habitação é isto. -----

----- Gostaria também de, rapidamente, tecer aqui algumas considerações sobre o que foi dito, e vou, nomeadamente, por nada em especial, mas porque, sendo uma pessoa que já ocupou as funções de vereador em regime de permanência, de vereador na oposição, e agora como líder parlamentar, eu acho que também o amigo Moreno tem de começar a fazer um esforço, de manter, pelo menos, uma postura que lhe reserve, pelo menos, a imagem que eu me habituei a ter de uma pessoa que, principalmente no campo dos Planos de Actividades e Orçamento, defende, e defende com coerência, porque sabe, em princípio, na minha perspectiva, daquilo que fala. De qualquer das maneiras, eu sei que para ele este Plano é muito claro e ele entende-o perfeitamente bem; por outro lado, também sei que, mau grado, está num lugar, neste momento, não de Vereador, mas de membro desta Assembleia e, portanto, tem de fazer o seu papel de líder da oposição, aqui. Mas, no fundo, estou convicto que ele próprio considera que este Plano de Actividades e Orçamento vem em sintonia com aquilo que são as directivas traçadas pelo Governo do seu Partido, portanto, o Governo do Partido Socialista, porque sabe perfeitamente que o Partido Socialista impôs restrições às autarquias, definidas e consubstanciadas na Lei das Finanças Locais e que, portanto, estando nós com o III Quadro Comunitário de Apoio no fim, terminado, e sabendo que o IV Quadro Comunitário de Apoio, ou QREN, que só em finais de dois mil e sete haverá dinheiro a mexer. Portanto, meu amigo, tenho a certeza que compreende que sem ovos não se podem fazer omeletas. Mas, mesmo assim, e se estiveram atentos, quando se discutiu já as contas anteriores, foi suscitado e levantado aqui o que seria ideal e correcto programar para dois mil e sete, e nós estamos a fazê-lo. E nós dissemos: vamos procurar (e nós, principalmente a nível interno, a nível do executivo, fizemo-lo); vamos diligenciar investimentos que não exijam investimento, que não exijam dinheiro da autarquia. Vamos apostar precisamente em quê? Na construção a custos controlados porque a autarquia não tem que despender dinheiro; vamos apostar e dar incentivos à hemodiálise porque apenas demos o incentivo do terreno, e por aí fora nesta senda, para procurar manter os níveis de investimento. Estamos a fazer isso e acho que estamos a fazê-lo muito bem. Depois, naturalmente, basta uma breve leitura do Plano e vê-se as obras que vêm de trás, as que são lançadas este ano e que são para concluir, e

aquelas que são para concursar este ano, para serem iniciadas este ano e com conclusão em dois mil e oito. Mas também até vê mais! Até vê alguns lançamentos de obras que abrangem períodos de dois, três, quatro, cinco anos, como é o caso de alguns financiamentos, como é o caso de um assunto que se vai discutir a seguir, a questão da varredura. Portanto, nós estamos a atravessar um paradigma numa mudança de ... **(fim da gravação nesta faixa da fita magnética)** ... a desenvolver e a tratar dos planos operacionais do QREN em perfeito sigilo, de modo a desenvolver esses planos, porque é objectivo governamental que todas as decisões (eu estou a falar sem micro; acho que toda a gente me ouve) portanto, porque, enquanto que nos outros as autarquias tinham uma palavra a dizer, no próximo quadro Comunitário de Apoio as Câmaras (que foi efectivamente dito por todos que era a grande conquista do *Vinte Cinco de Abril*) passaram a deixar de decidir qualquer coisa que seja em termos de financiamentos; deixaram de decidir aquilo que era importante: era importante a voz das autarquias na afectação dos fundos comunitários. Neste momento, não vamos ter qualquer palavra – está tudo nas mãos do Governo. Portanto, termos que mendigar junto do Governo aquilo que antigamente era *Fefizado*, aquilo que antigamente – e os executivos em que, nomeadamente, o Moreno participou sabia muito bem que estava ali, era só chegar lá e apresentar as candidaturas – neste momento não é assim! É preciso saber o que se quer para o concelho e é preciso estudá-lo e implementá-lo. Eu creio que vamos ter essa capacidade e, portanto, no final do mandato, a exemplo do anterior, o povo cá estará para julgar se fomos capazes ou não de aproveitar aquilo que puseram à nossa disposição.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** abriu novo período de inscrições, dando de seguida a palavra, conforme se seguirá depois do Vereador António Pimentel ter voltado de novo à tribuna para esclarecer uma questão levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó. -----

► **VEREADOR ANTÓNIO PIMENTEL**, em representação da Câmara Municipal, disse: “O senhor Presidente da Junta de Bruçó levantou aqui uma questão que eu acho que merece resposta. Primeiro, porque não é verdade – Bruçó teve investimentos este ano, teve alguns arruamentos – e eu gostaria de dizer que Bruçó tinha um projecto no valor de trezentos e sessenta mil euros aprovado no IFADAP, com Protocolo assinado com a Câmara para a implementação desse projecto e que, tanto quanto sei, esse projecto caiu. Portanto, parecia-me um projecto coerente, um projecto correcto e adequado a Bruçó que, se calhar, valia a pena não o ter deixado cair – e até, porquanto aquilo que não era co-financiado pelo IFADAP já tinha um Protocolo assinado com a Câmara. Portanto, enfim, quando se desperdiçam trezentos e sessenta mil euros, não sei, sinceramente, o que é que se pode exigir depois do Orçamento do Município.” -----

----- A seguir, foi dada a palavra aos Deputados inscritos para dela fazerem uso ainda neste ponto. -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, já no uso da palavra, disse: “Ora, cá estamos novamente, só para rebater aqui umas coisas muito rápidas. -----

----- O senhor Presidente falou em “Programa Eleitoral de dois mil e um”. O “Programa Eleitoral de dois mil e um” em Ventuzelo, do senhor Presidente, tanto foi para mim como para os que votaram em si – não foi só para mim! Pergunto-lhe: cumpriu alguma coisa do que prometeu? Nada! É verdade! No Programa Eleitoral de dois mil e cinco, prometeu – para mim e para os outros. Eu não votei em si! Votei em mim; e no seu adversário. Já fez alguma coisa no primeiro ano? Nada! Não fez nada. No segundo ano, tem aqui a aquisição do que eu disse aqui, do depósito da água. Queria que me explicasse: quando se refere ao Programa Eleitoral está só a referir-se à vila ou às aldeias também (ou à minha, em concreto, Ventuzelo)? Depois, tem regras nas transferências de capital. Que regras? No primeiro mandato diz que dava o dobro dos anteriores. Nem chegou a cumprirem o que já os anteriores davam. Eu tenho contas em Ventuzelo, que lhas posso apresentar, do que recebi! Eu não o comi! Nem o meti ao bolso! Depois, dizem que são imparciais. Eu penso que não são imparciais; a Câmara não é imparcial – é parcial, porque a prova está à vista! Em Ventuzelo não fizeram nada! Quatro anos mais um – cinco. Não fizeram nada! Depois, este Plano (eu vou votar contra, e disse-o muito bem – para quem quiser ouvir, aqui nesta Assembleia) – vou votar contra porque é escuro, não tem luz, nem ao ‘fundo do túnel’, para Ventuzelo. Ou tem um bocadinho de luz, mas muito pouca.” -----

► **ANÍBAL MORENO**, de novo no uso da palavra, disse: “Em primeiro lugar, os esclarecimentos que foram dados pouco adiantaram sobre aquilo que afirmei da análise do Plano e Orçamento. De qualquer forma, responder, ou, aliás, esclarecer o senhor Presidente da Câmara sobre as transferências de capital para as Juntas, em que afirmou que agora há regras, antigamente não havia regras. Pois é precisamente ao contrário, senhor Presidente! Antigamente havia regras e cumpriam-se! Agora, as regras, há para uma parte e para outra parte não há. Portanto, não são cumpridas. Antigamente, era igual para todos; era segundo as regras do FEF e era distribuído para todos! Neste momento não! Há uma parte, que é distribuída, e não é igual para todos; e metade ou – sei lá – ou trinta por cento, não se sabe como é distribuído (fala-se nos tais ditos contratos-programa que ninguém – pelo menos da nossa bancada – que ninguém, praticamente conhece porque não lhes é, ou não lhes será, facultado). Quanto a ter afirmado também aqui que há restrições da parte do Governo – impor restrições – mas, se impôs alguma restrição não foi no FEF – que é a receita principal da Câmara Municipal. Se houver restrições, é no

endividamento. E nesse a Câmara ainda não tem problemas porque, se calhar a anterior vereação, ou o anterior mandato, deixou, de facto, a Câmara em muito boa saúde financeira. Portanto, herdaram, de facto, a Câmara muito boa. Quando digo anterior é a liderada pelo doutor Francisco. E depois, o senhor Vereador afirmou aqui, sobre os quadros comunitários, que neste momento não será igual ao que foi no passado... Bem, ainda não sabemos o que é que vai ser, mas utilizou aqui uma expressão que, de facto, eu não entendi: «anteriormente estava *Fefizado*». Bem, se é *Fefizado*, é pelo FEF – o FEF mantém-se. -----
----- Bom, e para responder também ao senhor Martins, de Bemposta: não ouviu com certeza o que eu disse – não ouviu nada, de certeza, do que eu disse sobre o Plano! Olhe que eu nem mencionei Bemposta! Você é que - de certeza, na discussão do Plano e Orçamento, eu não mencionei Bemposta! Eu falei: há freguesias que, de facto, não lhe toca nada; mas não disse que era Bemposta! Você é que se meteu logo essa na cabeça! Mas agora vou-lhe lembrar – e como é que disse ‘não se fez nada nos outros mandatos’ – então quem lançou a avenida de entrada? Quem fez o saneamento e os arruamentos em vários bairros, como por exemplo os Barreiros? Quem lançou a obra junto à Igreja? Quem negociou a repavimentação da EN duzentos e vinte e um até à barragem? Claro, você diz que agora que está no Plano a construção do Pavilhão! Pois com certeza! Mas olhe que já estava lá o ano passado! Foi feito? Então, mas já estava lá o ano passado! Então não se esqueça, não se esqueça – já estava lá o ano passado. E o que está para aí já a dizer, que foi lançada ao fim do mandato?! Os mandatos são para continuar. Não se sabe, pois com certeza esta Câmara Municipal que hoje está no poder, neste fim deste mandato, lançou obras no último ano – não sabia se ia ganhar o novo mandato ou não! Se ganha outra Câmara, a outra é que tinha que as executar. Portanto, a vida de um município não é estanque, não pára em determinadas datas; ela continua no decorrer dos tempos. E por isso, se foi lançado no fim do mandato ou no princípio do mandato, isso não é importante. O que é importante foi lançá-la e, de facto, hoje está feita.” -----

► **MIGUEL RITO**, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, disse: “Mais uma vez, boa tarde. O senhor Vereador Pimentel veio aqui referir que fez obra em dois mil e seis. Correcto: fez – fez os arruamentos. Aqui diz: *Grandes Opções do Plano – exercício de dois mil e sete*: zero! Estão cá duas referências: são os pagamentos em dois mil e sete de requalificação da estrada municipal Bruçó/Bemposta com ligação à fronteira (tem trinta e dois mil euros para o ano dois mil e sete), e tem a pavimentação de ruas também em Bruçó, que é também Remondes, Bemposta, Brunhoso, Bruçó – são várias – já estão feitos! Para dois mil e sete: zero! -----
----- Em relação aos trezentos e sessenta mil euros, não são trezentos e sessenta mil euros, são mais – são quinhentos mil. E o processo estava tão

bem instruído, tão bem preparado, durante este ano – e eu vou-lhe enviar fotocópias dos ofícios que recebemos da Direcção Regional de Agricultura – ‘falta este documento’; ‘ainda falta isto’; ‘ainda falta aquilo’. Ficou tão bem preparado pelo anterior executivo da Junta que nós temos andado a trabalhar nele durante o ano todo, e eu estou convicto que para o ano, o dinheiro que ficou em Protocolo, que ficou de ser dado à Junta de Bruçó, vocês vão ter que se chegar à frente com esse dinheiro porque esse projecto, estou convicto – vai agora este mês à Unidade de Gestão – vai ser feito – estou convicto disso!” -----

► **ANTÓNIO JOAQUIM VALENÇA**, Presidente da Junta de Freguesia de Castro Vicente, usou a seguir da palavra, e disse: “Venho aqui porque acho que há aqui pessoas que não conhecem as aldeias todas do concelho de Mogadouro! E, eu gostava de convidar o senhor Deputado Luís Tibério a ir a Castro Vicente. Não é por acaso que em Castro Vicente foi feito um Pólo onde é que há, só de Castro Vicente, Porrais e Vilar Seco (são duas anexas) trinta crianças. Agora, vir-me aqui dizer, que um Pólo Desportivo é mau investimento!... Pense o que quiser.” -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** foi a oradora que se seguiu, e disse: “Só quero dizer ao senhor Vereador António Pimentel que fiquei esclarecida no assunto. Só que a confusão foi Vossa Excelência que a criou. Não só a mim, mas a todo a todo o concelho. Quando na comunicação social apareceu uma notícia e, em certa parte, dizia o seguinte: «o município está a proceder á procura de terrenos para a construção de habitações a preços controlados». Não referia o PROHABITA – é a primeira vez que eu estou a falar nele. Agora, se mudaram os critérios, também gostava que explicasse. Mas essa era a notícia que vinha no jornal. Não fui só eu que li, foram várias pessoas e ficaram satisfeitas porque acharam que isso era uma boa ideia. O que importa é que sejam feitas.” -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** também usou da palavra, e disse o seguinte: “É só mesmo para esclarecer: parece que o que eu disse que não corresponde minimamente à verdade! E eu repassava rapidamente, nos dois minutos a que tenho direito, para lhe lembrar (que eu ando bastante atento a estas questões) que, de facto, fizeram os saneamentos dos Barreiros – foi a primeira obra. Eu diria que foi, de todas, a que teve mais dignidade. Depois, lançaram-se na obra da entrada de Bemposta, com os passeios: começaram e estiveram três anos intransitáveis – os passeios intransitáveis e a estrada toda rebentada (que foram abandonados – devem-se recordar perfeitamente dessa situação). Entretanto, asphaltaram algumas ruas – e aí também tenho que reconhecer que se esmeraram bastante porque algumas, até em sítios privados, foram asphaltadas, estão lá. Só que, algumas dessas ruas, e é por isso que eu disse pouco e mal; mal, porque algumas delas já foram repavimentadas este ano, no Verão de dois mil e seis. Algumas dessas tinham sido pavimentadas pelo seu executivo. -----

----- No final do primeiro mandato, os passeios que estavam intransitáveis era preciso arranjar-los. Foi então uma obra entregue – não se soube muito bem como – a um empreiteiro que até era candidato pelo PS. Não sei – mera coincidência! A seguir, apareceu em Bemposta uma máquina e um tractor como oferta desses candidatos. Depois, lançaram, já no final do segundo mandato – mas entretanto os passeios não foram acabados; continuaram assim (aliás, já foi a Câmara do PSD que os acabou e que os pagou). Lançaram a obra da Igreja, é verdade – o arranjo em torno do Largo da Igreja – foi lançada a onze dias das eleições (onze dias). Entretanto, também compraram lá uns palheiros e puseram lá uma placa a dizer que seriam as futuras instalações do Centro Cultural e das Instituições da Aldeia: ainda hoje estão na mesma – está ali um beco que não se sabe em concreto que solução é que se há-de dar àquilo (funciona lá o Centro Cultural, nada mais). -----

----- Relembrar que no Cardal e em Lamoso, em oito anos, fizeram zero.”

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou em seguida que se iria proceder à votação do ponto: -----

----- **2. 2 Análise e deliberação sobre “AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – EXERCÍCIO DE 2007”**. -----

----- Apurados os resultados da votação, foi este documento aprovado por maioria, com três (3) votos contra e dez (10) abstenções. -----

----- Foram apresentadas à Mesa duas *Declarações de Voto* sob a forma escrita, tendo também manifestado a sua vontade de fazer uma *Declaração de Voto* o Deputado Municipal Ilídio Miguel Martins Rito, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, a qual seria apresentada verbalmente. -----

----- A seguir, o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia do teor de cada uma das declarações de voto. A primeira, proveniente do Deputado Municipal Manuel Luís Tibério, tinha o seguinte conteúdo: -----

----- “Ao abrigo do Artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia de Mogadouro, o Deputado eleito pela bancada do Partido Socialista, Manuel Luís Tibério, declara votar contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Exercício de dois mil e sete com base nas declarações/razões apresentadas durante a respectiva discussão e que serão transcritas em Acta.” -----

----- A segunda declaração de voto, apresentada pelo Deputado Municipal Cândido Francisco Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, continha o seguinte: -----

----- “Cândido Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo e Deputado do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mogadouro declara, ao abrigo do Artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia de Mogadouro, e pelos motivos expostos que serão transcritos em Acta, votar contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Exercício de 2007.” -----

----- A seguir, o Presidente da Assembleia convidou o Deputado Municipal Ilídio Martins Rito a ir à tribuna apresentar a sua declaração, o que fez em seguida. -----

----- “Voto contra, porque eu coloquei uma questão, não me responderam, não fui esclarecido. Nada tenho contra as obras que estão previstas nas outras freguesias e para a vila – nada me move contra isso. Unicamente, em Bruçó, não há nada. Como nada está previsto, por isso voto contra. Tenho que defender os direitos de Bruçó.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou de seguida que se iria proceder à votação do outro ponto: -----

----- **2. 3 *Análise e deliberação sobre “ORÇAMENTO MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2007”***. -----

----- (Da bancada do Partido Socialista, manifestou-se o Deputado Municipal Ilídio Martins, não sendo possível transcrever a sua intervenção uma vez que não é suficientemente audível a sua intervenção). -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** em resposta a este Deputado respondeu: “Quando, no seio de uma Assembleia composta por cinquenta presenças, temos três votações, temos três votos contra e dez abstenções, o que é que significa o resultado da maioria?” -----

----- A seguir, iniciou-se o processo de votação do ponto “**ORÇAMENTO MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2007**”. -----

----- Continuando a ouvir-se a voz discordante do Deputado Municipal Ilídio Martins sobre a forma de votação, veio este à tribuna para expor as suas razões e o seu ponto de vista. -----

► **ILÍDIO MARTINS** já no uso da palavra, disse: “Senhores Presidentes e demais membros e participantes nesta Assembleia: eu, se estivesse naquela bancada, sentir-me-ia ofendido! O senhor Presidente da Assembleia está a partir do princípio que todas aquelas pessoas votam de uma maneira homogénea! Eu não sei se isso é verdade!? Como fez uma pergunta a esta bancada: quem se abstém, quem fez, quem não faz, eu posso partir do princípio que alguém daquele lado possa também ter uma atitude de abstenção ou de rejeição; se o não quiser ter, pois tem todo o direito de o não ter (estou a partir do princípio que a não terá) mas penso que, por uma questão de dignidade, deve tratar de maneira igual os senhores participantes daquela bancada e os desta. É este o meu parecer.” -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA respondeu a este Deputado que iria ter aquilo em consideração e que iria pedir por fila o sentido de voto de cada um. -----

----- Mais uma vez, anunciou para votação o ponto referente ao “**ORÇAMENTO MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2007**”, tendo este documento ficado aprovado por maioria com três (3) votos contra e dez (10) abstenções. -----

----- Anunciou de seguida o próximo ponto da ordem do Dia: -----

----- 2. 4 **Análise e deliberação sobre “LIMPEZA URBANA NA VILA DE MOGADOURO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS 2006 E 2007”**: -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à Câmara Municipal para proceder à apresentação do ponto em apreço. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, disse: “Entendeu o executivo que seria correcto alterarmos o sistema de varredura da vila. A varredura da vila, para além de dispendiosa, tem outros inconvenientes, que viemos constatando ao longo destes anos, como seja: nem sempre a qualidade da limpeza imperou ao longo destes anos. De maneira que, associando a «pouca» limpeza, digamos, relativamente fraca, limpeza e os custos, entendemos que seria chegada a hora de podermos privatizar, digamos assim, a limpeza urbana da vila. Nesse sentido, submeteu-se à Câmara Municipal uma proposta para abertura de concurso público, no sentido de uma empresa privada vir a assumir a varredura. Consta da certidão que vos foi distribuída, e portanto, o que se pretende, é que esta Assembleia autorize os encargos resultantes daqui, que irão ser naturalmente divididos por um prazo de cinco anos. Isto não é por acaso! É porque coincide com o contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos. E findo este prazo, o executivo que estiver em funções, poderá reequacionar, caso isto não dê resultado, os dois sistemas: quer a recolha dos resíduos sólidos, quer a varredura. Portanto, a razão de ser por este prazo prende-se com essa situação. Mas, ela deve-se essencialmente a um estudo que fizemos dos custos. Nós fizemos um pequeno estudo em que nos diz que teríamos com equipamento, um gasto – isto com base no ano dois mil e cinco: tivemos uns gastos de quarenta e cinco mil duzentos e quarenta e três euros com material e ferramentas, custos com sopradores, aquisição de sopradores, sacos de lixo, produtos químicos, ferramentas e utensílios e viaturas. Da informação prestada pela Secção de Pessoal, “despesas com pessoal afecto à limpeza”, aponta-nos o montante de cento e setenta mil euros. Ora, cento e setenta mil com quarenta, *grosso modo*, dá duzentos e tal mil euros, o que, em nossa opinião, para a qualidade do serviço que estamos a fazer, é muito dinheiro e creio que, com o concurso público, com o aparecimento de empresa privada, poderá ser equacionada esta situação. Por outro lado, também dizer que a alternativa era admitir mais pessoal para a Câmara Municipal. E, estarmos nesta fase – em que se fala em desenvolvimento – a metermos nos quadros de pessoal da Câmara Municipal pessoal não especializado, seria, cremos nós, um mau investimento. E então, dado ao aumento das áreas ajardinadas, a Câmara tem condições – e além de outras infra-estruturas que estão em fase final de acabamento – para, sem criar problemas ao pessoal existente, portanto, podendo absorver para essas funções, fazer a mudança. Portanto, é esta a razão. Os números são números que temos aqui, de dois mil e cinco. Vamos ver o preço por que concorrem. Os encargos estimados, que servem

de base ao concurso, também constam da informação prestada. Portanto, até dois mil e onze, se apontará para um custo de oitocentos e setenta mil euros. Portanto, agora depende da empresa que concorrer com melhores preços e melhores condições. Será um concurso público, claro, aberto e transparente e o objectivo é o que disse e, portanto, é isto que se coloca à consideração desta Assembleia. -----

----- Para aprovar a repartição dos custos deste concurso por estes anos, que constam no verso – na última folha – da vossa informação: -----

----- Ano dois mil e seis: cinquenta e oito mil euros; -----

----- Ano dois mil e sete: cento e setenta e quatro mil euros; -----

----- Ano dois mil e oito: cento e setenta e quatro mil euros; -----

----- Ano dois mil e nove: cento e setenta e quatro mil euros; -----

----- Ano dois mil e dez: cento e setenta e quatro mil euros; -----

----- Ano dois mil e onze: cento e dezasseis mil euros; -----

----- Portanto, autorizar a repartição de encargos nos termos do número seis do artigo vinte e dois do Decreto-lei número cento e noventa e sete/noventa e nove de oito de Junho.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra sobre o assunto em apreço. -----

► **ILÍDIO MARTINS** já no uso da palavra, disse: “Só duas perguntas breves, de cuja resposta me sentirei mais ou menos habilitado para dar a minha opinião. Primeiro: a repartição de encargos refere-se aos anos dois mil e seis/dois mil e sete, ou abrange um leque dois mil e seis/dois mil e onze? Segundo: no caso de alteração de contrato – penso que o termo correcto será renegociação (no fim de determinado prazo) – está estabelecida qualquer cláusula indemnizatória em caso de incumprimento – incumprimento não digo – em caso de renegociação motivada por uma das partes? Era isso que eu agradecia que me fosse explicado.” -----

► **ALBINO RODRIGUES** usando da palavra disse: “Eu, se calhar, estou de acordo com algumas situações destas (não venho só para criticar). Agora, o que eu acho mau é que não seja extensivo ao concelho. O concelho não é só a vila! E as aldeias? Continuam na mesma espiunquice?”

► **MIGUEL RITO**, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, também usou da palavra, referindo o seguinte: “Falou aqui dos custos que tem para a Câmara a limpeza das ruas da vila. Será que alguma vez se preocuparam em saber os custos de Bruçó, de Castro Vicente, Vila de Ala, Vilar do Rei, Vilarinho, Vale de Porco – os custos disso tudo – tem? Eu estou aqui como diz o Albino: Mogadouro é o concelho todo, não é só a vila! Há Zava, há Figueira, também há-de ter os seus custos – o senhor Lopes – na limpeza dessas ruas! Portanto, eu gostava que a Câmara fizesse um plano para todo o concelho porque nós também somos gente, que vivemos lá, e que também merecemos ter as ruas limpas por parte do executivo – não serem só as Juntas a pagar e deixar esse dinheiro para compor um caminho.

Tenham atenção às freguesias. Também merecem! -----
----- Muito obrigado senhor doutor João Henriques, e Boas Festas a toda a gente e que tudo corra bem, junto da vossa família.” -----

► **ANÍBAL MORENO** usando também da palavra, disse: “Seria importante e interessante, de facto, se estendesse a varredura também às freguesias. E isto, já é feita a recolha dos resíduos sólidos a todo o concelho através da FOCSA, seria bom também que a varredura fosse também extensível a todas as freguesias do concelho, e para isso, convém a Câmara fazer esse estudo e ver os encargos que daí resultam. De qualquer forma, gostaria que me informassem, porque já aqui foi referido pelo Vereador Pimentel que, os custos actuais com equipamento, utensílios e outro material, ficaria à volta de quarenta e cinco mil euros, e o pessoal em cento e setenta mil. Pergunto o que vai ser feito, e se entra – pelo menos aqui na Certidão e na Proposta que os Serviços fizeram à Câmara Municipal, nada consta sobre a afectação que se vai fazer da viatura que está consignada à limpeza aqui na vila; se isso entra também no arranjo do concurso, tal qual aconteceu quando foi para os resíduos sólidos, em que as viaturas entraram também nessa negociação. Gostaria de saber o que é que pretendem fazer com esse equipamento também.” -----

► **MANUEL TIBÉRIO** também usou da palavra, e disse o seguinte: “Muito rapidamente, é uma ideia um pouco complementar aqui à ideia do Moreno, que é assim: eu, até para ver se desfaço esta minha imagem de ser do contra – fiquei assim um pouco inibido. Não, eu também concordo muitas vezes, quando acho as coisas correctas. E por saber que muitas vezes há serviços que os privados fazem melhor que a autarquia, concordo perfeitamente com a privatização do serviço de limpeza. Mas, como disse há bocado, isto entra em contradição com o que se preparam para fazer depois na área dos transportes com a compra de autocarros. Quer dizer: uma no cravo, outra na ferradura. Mas isto é um aspecto. O segundo aspecto tem a ver com – porque me preocupa alguma duplicação de custos. Porque, a autarquia subcontrata um serviço, mas vai ter que pagá-lo à empresa privada que o ganhar! Mas, entretanto, mantém nos seus quadros pessoas que trabalhavam na limpeza e que vão ter que ir para outro lado qualquer – já li que viriam para a jardinagem, mas são custos acrescidos que é preciso ter em consideração, tal como o equipamento que se mantém, que tem custos também de amortização e de conservação. Portanto é preciso ter isto em consideração. Há, pode haver, aqui uma duplicação de custos e às vezes podemos estar a pensar que estamos a ganhar dinheiro e podemos estar a perder dinheiro. É preciso ter muito cuidado. O princípio, para mim, é correcto – privatização.” -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** usando a seguir da palavra, disse: “Muito rapidamente, só para dar mais uma achega. Nós entendemos que, com esta medida, o que se pretende é um melhor serviço, como já aqui foi dito.

Pretende-se depois a afectação do pessoal que será sobran­te da varredura e que passará para a jardinagem, onde é deficitário neste momento, dado o aumento dos locais ajardinados da vila e é óbvio que, se estes não passassem para lá, teriam que ser admitidos outros e seriam esses custos que se poupariam com a varredura se se mantivesse na mesma, mas teria que se admitir mais pessoal para fazer face às necessidades (é isso que eu deduzo) e, sobretudo, porque é feito à custa de alguma economia para os cofres da Câmara, uma vez que, pelo estudo aqui apresentado, fica relativamente mais barato do que os custos que são neste momento afectados a esse sector. Se for extensível às freguesias, concordo que sim; acho que todos têm direito. De qualquer forma, e como também já aqui foi falado no ‘carro vassoura’, que julgo que ficará na posse da Câmara, deixava a sugestão para que o utilizassem para fazer limpeza a algumas freguesias, se for possível. Nesse sentido, iremos votar a favor da repartição dos encargos deste ponto.” -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, falou a seguir e disse: “Sobre o que eu queria falar já está quase tudo dito. De qualquer forma, penso que as aldeias também têm direito a esta limpeza que aqui se fala no ponto ‘dois.quatro’. Penso que as competências das ruas é da Câmara. E penso que, lançar este ponto só para a vila, ficaria mal ao executivo. Não ficaria nada mal ao executivo as limpezas das ruas das freguesias.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu se seguida a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, disse: “Primeiro, é para clarificar que o que está aqui em causa e o que pede a esta Assembleia é que autorize a repartição dos encargos resultantes da operação da concessão da varredura. Depois, dizer o seguinte: tornar este concurso extensivo – a varredura – às freguesias; seria óptimo, mas são cinquenta e seis aldeias – algumas aldeias das quais têm particularidades, quer por possuírem animais, quer pelo estado ainda de algumas ruas, outras porque têm cubo ... E depois, também, vamos lá ver: eu acho que as Juntas de Freguesia também não devem abdicar de todos os seus deveres e obrigações. Reparem: as Juntas de Freguesia são o executivo da freguesia, também tem as suas competências próprias! Agora, aquilo que nós estamos a pensar, e daí não responder à questão levantada pelo Moreno (**fim da gravação nesta faixa da fita magnética**) ... como foi cedido o carro da recolha de resíduos sólidos. Vamos ficar com a varredora; vamos ficar com o equipamento que temos e, a nossa opinião, e aquilo que discutimos, é podermos criar uma brigada também com o pessoal que não for absorvido pela jardinagem e manter essa brigada (**possível falha de energia eléctrica, o que aconteceu por diversas vezes ao longo da segunda parte desta sessão**) esta entrega da varredura a uma empresa nos vai desafectar

esse pessoal – naturalmente algum terá cabimento na parte de jardinagem; outro irá reforçar a brigada que hoje já existe, e que vocês muitas vezes têm utilizado enquanto Presidentes da Junta, quer para montar barracas, quer para transferir palcos, quer para isso tudo, portanto, com a varredora, é evidente, começamos a ter aldeias onde a varredora já pode fazer um bom serviço – e refiro-me nomeadamente àquelas aldeias que foram repavimentadas. Eu creio que aí poderá cumprir o seu papel. Temos felizmente um carro em cooperação, ou os bombeiros têm um carro que nos permite, que nos facilita, o transporte dessa máquina e que poderá facilitar em grande medida a melhoria das condições de limpeza, se não de todas, pelo menos de algumas freguesias do concelho.” -----

► **ANÍBAL MORENO**, falando do lugar que ocupa na sua bancada, dizia: “Este ponto, de qualquer forma, quanto a mim, já estará nesta fase da reunião, praticamente prejudicado porque, pede-se aqui, que se aprove esta repartição. Portanto, ao ser aprovado o Plano Plurianual de Investimentos e as funções mais relevantes do município, em que consta esta rubrica, que foi aprovada com essa repartição, penso que estará ... mas dou também de bom grado (há alguma dificuldade em se perceber o que diz este Deputado, não só por estar a falar do seu lugar e, ao que parece, sem o micro ligado, mas também devido à sobreposição de vozes). -----

----- De qualquer forma, a bancada do PS, neste assunto vai-se abster.” --

► **ILÍDIO MARTINS** também usou da palavra para dizer o seguinte: “Reitero aquilo que disse ali da minha cadeira. Fiquei ainda com mais dúvidas. Primeiro: não foi respondida a pergunta que fiz, isto é, qual seria a cláusula de penalização no caso de ser suscitado por qualquer uma das partes a caducidade do contrato, ou seja, a não renovação ou o não cumprimento; segundo: como se tem argumentado, e eu acho ... Por outro lado, eu penso que haveria aqui, criteriosamente da parte da Câmara, uma tentativa de eficácia de serviço e também diminuição de custos. Mas, depreendi da exposição do senhor Vereador Pimentel, de que não havia diminuição de pessoal – haveria só transferência de quadros, alguns deles poderiam fazer outros serviços. Portanto, isto significa que, se calhar, está-se a tirar com a mão direita aquilo que se vai dar com a mão esquerda. Isto é, vai-se arranjar uma economia de custos porque o serviço será mais bem feito por uma empresa privada, mas não se diminuem os custos porque há os custos fixos de pessoal que serão mantidos pela parte... (pressupõe-se que houve nova falha de energia eléctrica).” Isto já está resolvido? Pelo menos que fique o meu desabafo!” -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou a seguir da palavra para esclarecer o seguinte: “Fez-se uma estimativa de custos comparados entre aquilo que serão, e que eram, os custos de dois mil e cinco, de todo esse sistema da varredura tal como está implantado. E fez-se uma estimativa de custos – o que custaria se fosse atribuído a uma empresa privada. A Câmara aposta

numa economia de custos porque fica mais barato ser por uma empresa do que por a Câmara Municipal. É este o grande princípio. O segundo desiderato disto é que, quando se admite alguém para fazer a limpeza dentro da Vila de Mogadouro (admite-se, como qualquer outro serviço), no outro, estando na presença da Câmara, ‘ó senhor doutor, veja lá se me arranja qualquer coisinha...’ E pronto. E isto não teria interesse nenhum porque lhe dizia: não, foste contratada para aí, vais para aí. As pessoas devem ocupar o lugar do sítio para que foram contratadas. Só que depois, utilizam toda a casta de habilidades para sair do serviço para não cumprimento do seu dever (inclusivamente, seja com que encarregado for, porque já vamos em dois). E, se a vila está um bocadinho mais limpa, não está como nós queremos. E, por estas razões, vamos fazer um concurso, e o concurso está feito. Há um caderno de encargos, onde se diz assim: a empresa cumpre, ou não cumpre; se não cumpre, está sujeita a multas ou a cessação do contrato. O contrato é feito por cinco anos. **(Ouve-se a voz do Deputado Ilídio Martins a falar da sua bancada, mas não se consegue apanhar o que diz, continuando o Presidente da Câmara a responder-lhe directamente)**. É a aplicação de multas ou a cessação do contrato! Esses problemas foram avaliados na reunião da Câmara, e creio que a reunião da Câmara que vale por isso. Pede-se uma autorização e lança-se o concurso. O que está aqui em causa é que esse concurso está lançado, como qualquer outro, e o Tribunal de contas diz assim: ‘está bem; está muito bem lançado, mas queremos a repartição de contas, porque agora não aceitamos nada que não seja com a repartição de contas’. Agora, quanto às cláusulas correctas do concurso, não as sei todas de cabeça mas posso-as fornecer.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu-se ao facto do Deputado Ilídio Martins ter colocado uma questão para a qual continuava a sentir que não obteve resposta, pelo que deveria votar em conformidade. Considerou ainda que, na falta de omissão dessa informação se aplicará o que está na lei – assim pensava. De qualquer das formas – disse – depreendo que tenha essa dificuldade, porque eu também a teria, e saber agora, pontualmente, no caso da contratação não se efectivar, ou se uma das partes desistir, qual é a penalização (foi isso que eu percebi). E continuou: “Não havendo uma resposta peremptória agora, aqui, no momento, eu estou convencido que a Câmara tem os serviços jurídicos e há-de aplicar a lei que é a que está aprovada no país. Tem que admitir também que, pontualmente, que o Presidente não tenha de posse esta informação, como também eu tenho que admitir que coloque essa dúvida.” -----

----- De seguida, pôs à votação o ponto apreciado - LIMPEZA URBANA NA VILA DE MOGADOURO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS 2006 E 2007 – tendo o mesmo sido aprovado por maioria com quinze (15) abstenções e nenhum voto contra. -----

----- A seguir, passou-se à apreciação dos pontos que se seguiam na

Ordem do Dia: -----

-----**2. 5 *Análise e deliberação sobre* “REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS 2006 E 2007 NA EMPREITADA DE SEGUNDA FASE DA ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO”;**-----

----- Devido aos constantes cortes de energia eléctrica, sugeriu que se analisasse e discutisse este ponto em conjunto com o ponto a seguir, caso não vissem nisso inconveniente, sendo ambos uma exigência do Tribunal de Contas, sobre os quais se pronunciaria a seguir, sendo depois votado cada ponto individualmente. -----

-----**2.6 *Análise e deliberação sobre* “REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS 2006 E 2007 NA EMPREITADA DE ARRANJO URBANÍSTICO, PAVIMENTAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO”;**-----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, que delegou no Vereador António Pimentel esta incumbência, disse: “Só mais uma achega em relação ao ponto anterior, para o doutor Ilídio Martins, que já passou, mas só para dizer o seguinte: este caderno de encargos foi aprovado onde deveria ser – que é na reunião do executivo – por unanimidade, onde consta todas as cláusulas contratuais e que se encontra disponível, depois, nos serviços. Se alguém o quiser consultar – onde estão as cláusulas, as obrigações e os deveres – depois pode consultá-lo. Mas, só para lhe lembrar que ele foi presente a reunião de Câmara e que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Em relação à Segunda Fase da Zona Industrial e Arranjo Urbanístico, Pavimentação e Remodelação das Infra-estruturas do Bairro São Sebastião – como disse o Vereador Moreno – isto não faz grande sentido, em termos práticos, aprovar isto aqui, porquanto acabámos de aprovar o Plano Plurianual, mas a verdade é que o Tribunal de Contas – tendo sido um processo que foi concursado em dois mil e quatro, nomeadamente o Bairro de São Sebastião, que depois esteve em Tribunal – portanto, o Tribunal de Contas antes de Visar, e no mês passado, pediu à Câmara, por escrito, que procedesse à aprovação em Assembleia Municipal da repartição de encargos. Portanto, está a aguardar esta deliberação da Assembleia Municipal para poder ser visado o respectivo processo no Tribunal de Contas. O caso da Zona Industrial, que enviámos para lá, como está nas mesmas circunstâncias, para não esperarmos por outra Assembleia, pede-se aqui também, precisamente, a mesma situação para a Zona Industrial, portanto, que se aprove a repartição de encargos pelos anos de dois mil e seis e dois mil e sete. E é só isso.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou aberto o período de inscrições para uso da palavra sobre os temas expostos. -----

► **ANÍBAL MORENO** usando já da palavra disse o seguinte: “No fundo, é só para esclarecer o que disse o Vereador. Porque este ponto não é igual ao anterior – é diferente. E isto, pelo simples facto em que o que estivemos

a discutir vai ser concursado à posteriori, e já foi aprovado o Plano de Actividades para dois mil e sete. Este, que agora estamos, no fundo, a ratificar – já foi aprovado, já foi a concurso, já está submetido no Tribunal de Contas – e esse, aí sim, de facto o Plano de Actividades para dois mil e seis fechava aí; o Arranjo Urbanístico do Bairro São Sebastião fechava em dois mil e seis. Portanto, não poderiam mandar encargos para dois mil e sete porque não tinha cabimento em Plano de Actividades em dois mil e sete. Esse tem que ser, de facto, aprovado. Tanto assim como o da zona Industrial, porque já foi concursado no âmbito do Plano de dois mil e seis e por isso é que é necessário, de facto, aprová-lo para não ter a recusa do Tribunal de Contas. De qualquer forma, nós não vemos nenhum inconveniente neste pedido; vamos tomar também a mesma posição da abstenção para não inviabilizar esta pretensão da Câmara.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** constatando não haver mais ninguém interessado em usar da palavra, pôs à votação o documento referente à “REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS 2006 E 2007 NA EMPREITADA DE SEGUNDA FASE DA ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO” tendo o mesmo sido aprovado por maioria com catorze (14) abstenções e nenhum voto contra. -----

----- A seguir, pôs à votação o outro ponto: “REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS 2006 E 2007 NA EMPREITADA DE ARRANJO URBANÍSTICO, PAVIMENTAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO” tendo este sido aprovado por maioria com treze (13) abstenções e nenhum voto contra. ----

----- Após anunciados os resultados, passou-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia: -----

----- **2.7 Análise e deliberação sobre “PEDIDO DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS OLIVÍCOLAS PORTUGUESES (ADEMO)”;** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à Câmara Municipal para proceder à apresentação do ponto em título. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques, disse: “Muito rapidamente, porque os documentos foram todos eles distribuídos. Aquilo que a Câmara Municipal (já sei que não interessa nada ter votado por unanimidade, mas votou por unanimidade) e aqui vos traz, é a solicitação para podermos pertencer à Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses, aquilo a que se chama ADEMO, que tem como objectivo «Contribuir para a conservação e o crescimento patrimonial olivícola (oliveira, azeite, azeitona e derivados), valorizando a tipicidade das produções regionais e nacional. Constituir um fórum de análise, debate e apoio à recuperação e dinamização da tradição agrícola ligada directa ou indirectamente à olivicultura, integrando a sua componente socio-económica, cultural e urbanística. Criar e potenciar actividades económicas importantes no universo rural e olivícola» entre outros factores. Portanto, um concelho predominantemente olivícola como

o nosso, faz sentido pertencer a esta associação.”-----

----- Terminou a sua intervenção desejando Boas Festas a todos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** foi o primeiro orador a usar da palavra, e disse: “Eu conheço, não em pormenor, mas na generalidade a actividade da ADEMO e, só para dizer que o acto que estamos agora aqui a fazer – a aderir à ADEMO – não seja, não se traduza, apenas num mero acto formal e que sirva para que, no futuro, o município desempenhe uma actividade forte em prol do desenvolvimento da olivicultura, da oliveira e do azeite regional, à semelhança daquilo que fazem outros concelhos, como Mirandela, que é reconhecido já em Portugal e no exterior como o concelho da olivicultura e do azeite. E nós também podemos ser tal como eles. Portanto, que não seja um mero acto formal e que contribua para alguma coisa.” -----

► **ALTINO ALEIXO** usou a seguir da palavra, e disse: “Eu vim aqui só para dizer o seguinte: eu li isto e, perante o que eu li, perante o que está aqui, eu não vou votar contra, nem vou votar a favor. Se por acaso quiserem saber as razões – como disse o senhor Presidente – eu, como Deputado desta Assembleia, não o digo, mas se alguém as quiser saber eu direi-as à parte. E aproveito para desejar umas Festas e um Natal Feliz e o Ano Novo bom.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** depois de verificar não haver mais inscritos para usar da palavra, pôs este ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com uma (1) abstenção e nenhum voto contra. --

----- Passou-se depois ao último ponto do Período da Ordem do Dia: -----

----- **2.8 Outros Assuntos.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto. -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, foi o primeiro a usar da palavra neste ponto, para dizer: “Aqui me traz mais uma vez umas poucas de palavras, e rápidas. Como estamos quase no fim desta assembleia, quero desejar a toda a gente, sem excepção de ninguém, umas Boas Festas de Natal. Depois, quero também relembrar novamente, embora já o tivesse dito aqui: senhor Presidente, não se esqueça dos prejuízos que tiveram as aldeias em relação às últimas águas. É urgente debruçar-se sobre o problema. Faça levantamentos ou peça levantamentos e debruce-se sobre o problema porque é grave. Eu falo por mim.” -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou a seguir da palavra, e disse: “Só duas reflexões (não se assustem com o papel que isto não diz nada) que me foram suscitadas pelo decorrer desta Assembleia e várias das quatro ou cinco anteriores de que participei. Em primeiro lugar, repescando um bocado as

considerações que o senhor Vereador Pimentel e o senhor vice-presidente João Henriques, quero dizer que não me afecta absolutamente nada o facto de alguma deliberação do executivo ter sido tomada por unanimidade, ou por cinco/dois, ou por quatro/três. Isto, por uma razão muito simples: tenho para mim, e acho que todos devemos ter que, sendo órgãos do município – Executivo e Assembleia Municipal – são órgãos perfeitamente diferenciados, com competências distintas; e mais: tomada bem a coisa à letra, a Assembleia Municipal tem maior dignidade do que a Câmara porque é a entidade fiscalizadora e acompanhadora dos serviços do município. Nesse sentido, eu penso que todos nós, Deputados Municipais, ou membros da Assembleia Municipal, deveremos fazer um bocado de ponto de honra de não sermos tratados com menos consideração e, portanto, devemos, em qualquer das situações, afirmar as nossas posições. Por exemplo, eu não entendo muito bem o discurso – não quero atribuir qualquer sentido de subserviência, mas a interrogação que o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez há um bocado ao senhor Presidente da Câmara – então a Câmara tem interesse em responder? A Câmara, se respeita a Assembleia, tem sempre interesse em responder! Tem sempre interesse! Quanto mais não seja para dizer assim: ‘vão para o raio que os parta!’. Mas responder responde alguma coisa! Nesse ponto, acho que vamos estar um bocadinho atentos à nossa posição porque a Assembleia Municipal não tem nada que ser uma câmara de ressonância da Câmara Municipal! São órgãos distintos; cada um com a sua dignidade; ambos eleitos; ambos emanados do sufrágio universal e directo das populações. Portanto, há que respeitarmo-nos uns aos outros, mas não sermos subservientes em relação aos outros. Eu entendo, e aliás o senhor Presidente da Câmara nesta reunião – o que não fez na outra – já acedeu um bocado aos nossos pedidos, que nos vai fornecer as actas das reuniões do executivo. Aliás, eu não entendia muito bem que isso fosse fornecido aos órgãos da comunicação social e não fosse fornecido à Assembleia Municipal!... Não entendia! Mas enfim, era uma prática instituída e, quando o senhor Presidente da Assembleia Municipal na última reunião, ou na penúltima (penso que foi na última) disse que o Regimento não contemplava tal necessidade, ou tal prática, eu pergunto: mas como é que a Assembleia pode cumprir a sua função, que vem estabelecida no artigo cinquenta e três da lei de Janeiro de dois mil e dois, quando diz que deve acompanhar e fiscalizar as actividades da Câmara – se não tem informação não pode fiscalizar! Ora, a informação pode ser aqui dada oralmente, mas se for traduzida em papéis que são fornecidos juntamente com as actas e com os outros documentos, não há acréscimo de custos de correio, não há acréscimo de custos de distribuição; agora, há mais uns papéis a distribuir, mas isso, gastam-se tantos que não há problema por aí. Portanto, penso, e aprovo a medida do executivo que, desta vez, decidiu fornecer a cada um

dos membros desta Assembleia, documentação para poder acompanhar a actividade do executivo camarário. -----

----- Gostava de repisar aquilo que disse há tempos – eu devia tê-lo dito na introdução, mas digo-o agora – a minha intenção é tão só conseguir que esta Assembleia funcione mais eficazmente, com mais celeridade e que não haja tempos mortos nem jogos florais que ‘uns disseram e outros deixaram de dizer’. Entendo que, com alguns poucos critérios a adoptar, poderemos agilizar as nossas funções aqui. -----

----- Queria voltar ao aspecto do funcionamento da atribuição de verbas para as Juntas. Continuo, apesar de todas as explicações, continuo a não entender porque é que não há critérios e continuo a não entender porque é que não houve critérios – não há, e não houve. Gostava de não querer conjugar o verbo no futuro; gostava que a partir daqui houvesse. E é por isso que (enfim, e eu reporto-me um bocado às palavras do senhor Presidente da Assembleia, que estão transcritas em acta, quando diz que isto é aquela história de sempre: ora agora viro eu, ora agora viras tu) é tempo de acabar com esse ‘viro eu, viras tu’ e é tempo de cada um se assumir e, além disso, pensar – o que aqui também foi afluído, e mal (na minha opinião) – pensar que a responsabilidade dos executivos são dos executivos e o executivos não se responsabilizam por mandato, responsabilizam-se pela sua actividade, pela sua atitude, pelas suas práticas. Quem vier a seguir, não é “quem vier a seguir que sai da porta”; cada um de nós cumpre o melhor que sabe e pode, mas não enjeita as responsabilidades do que está feito para trás porque, quando se é pessoa de bem, recebe-se aquilo que nos deixaram e pede-se as responsabilidades àqueles a quem deixámos. -----

----- Penso, portanto, que não fiquei nada esclarecido, inclusivamente duma leitura de uma acta, de uma transcrição de uma Certidão de uma reunião do executivo, se diz que a reunião de vinte e um de Novembro ‘o executivo ficou de apresentar relação dos montantes para as freguesias – se ficou de apresentar é porque ainda não há (a mim não me confrange fortemente que não haja; o que me confrange é que não haja critérios para tal – isso é que fundamental que haja!) -----

----- Senhor Presidente e senhores membros da Assembleia, não os quero maçar muito mais. E depois da prédica, da pregação do senhor Presidente da Junta de Ventuzelo e do discurso colai-vos do colismo do senhor Presidente da Câmara – que só lhe fica bem, porque fez um apelo à vida ancestral e aos nossos valores comunitários sobretudo na produção de produtos próprios de agricultura e nossa auto-subsistência – só lhe ficam bem esses sentimentos. -----

----- Quero, portanto, só dizer aqui que lamento que haja muitas vezes – e houve aqui – confusão entre Câmara e Assembleia. Penso que ficará bem claro das minhas palavras que são entidades perfeitamente distintas e que

devem ser dignificadas na prossecução dos interesses municipais, mas com caminhos convergentes – não caminho único; não sentido único. Que haja convergência de opiniões quando houver razão para isso. Que haja divergência ou que haja abstenção! Todos esses três pontos são absolutamente salutares – é salutar que haja deliberações aprovadas por unanimidade e com votos contra e com abstenções, desde que sejam devidamente inquiridas e que não se parta de pressupostos errados, ou talvez nem tanto, mas que não se parta do pressuposto de que os de um lado votam de uma maneira e os do outro lado votam contra. Que se faça a pergunta correcta e que haja a dignidade de cada um expressar o seu ponto de vista sem submissões a (?) nos partidários ou deliberações de presidentes de grupos parlamentares. -----

----- O senhor Presidente também falou aqui, foi aqui aflorado o programa, que se dá alguma valoração aos contratos-programa, quer os contratos-programa entre o Governo e as Câmaras, quer os contratos-programa entre as Câmaras e as Juntas de Freguesia. Eu acho que isso é um mau precedente porque isso depende muito dos humores, das empatias, das simpatias, das maneiras de estar entre os celebrantes desses contratos. É por isso que acho muito mais importantes atitudes perfeitamente coerentes, com informação a esta Assembleia, coisa a que hoje não se assistiu, tenho que lamentar, que tive de me abster em votações porque não tinha dados para isso. Não vale a pena dizerem-me que foi o executivo que aprovou por unanimidade – isso não interessa para nada! Se a esta Assembleia cabe a função de aprovar aquilo que o executivo aprovou, eu tenho de saber as razões do que o executivo aprovou, e tenho que ter dados correctos. Se não me dão os dados correctos, se não me respondem às perguntas, se ninguém me responde qual é o período de caducidade, quais são as cláusulas indemnizatórias, se ninguém me responde a essas questões, eu tenho que ficar nas minhas dúvidas e, portanto, tenho que me abster quando gostaria de não o fazer. -----

----- Meus senhores, boa tarde a todos, Bom, Melhor Ano do que este até agora foi.” -----

► **ALBINO RODRIGUES** usou a seguir da palavra, dizendo: “É muito rápido – antes de mais para desejar Bom Natal e Boas Festas. Deveria ter intervindo antes, só que havia muita gente para intervir e não intervim. Só para esclarecer uma questão que é: não vi – penso que também ninguém viu – propostas do PSD em relação à Educação, como aqui o Deputado José Maria aqui afirmou; mais: não vi aqui discussão daquele lado como vi deste – eu sou independente, portanto não tem nada a ver.” -----

► **ALTINO ALEIXO** usou também da palavra, e disse: “Eu só queria fazer uma pergunta: é que, se por acaso alguém sabe, quanto é que custa a quota da Associação ADEMO.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou que haviam terminado as intervenções e sobre esta última questão referiu que os Estatutos acompanhavam a proposta de adesão àquela Associação. (Neste momento estabeleceu-se diálogo entre Deputados Municipais e o Presidente da Assembleia, não sendo possível relatar o teor do mesmo uma vez que só o Presidente da Assembleia falava para um microfone). E prosseguiu: “Não ficou gravado mas eu faço chegar à (e ficou-se por aqui, continuando o Deputado Municipal a falar da sua bancada). Depois disse: “Não havendo outros assuntos – eu fiquei com o registo mental dessa preocupação e penso que o senhor Presidente, a seu tempo, quando for a assinar o protocolo de adesão, há-de saber – se é que não sabe. Se porventura souberem, enquanto nós aqui, agradecemos; se não souberem, talvez telefonando para a Câmara Municipal de Mirandela saibam qual é a quotização. -----

----- De seguida passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

----- Antes porém, fez menção de agradecer o contributo que o Deputado Ilídio Martins havia dado a esta Assembleia Municipal para a dignificação do poder local e aproveitou para anunciar as Comemorações dos Trinta Anos do Poder Local, a levar a efeito na terça-feira seguinte. Acrescentou ainda: “Na reunião da preparação da Assembleia ainda pensámos, a nível da Assembleia, podermos evocar, pelo menos, este efeito, que é o mais importante da história da democracia portuguesa, mas chegámos à conclusão que não seria a melhor altura, nem reuníamos os melhores elementos. De qualquer das formas, eu comungo da sua ideia. Acho que estas achegas são sempre positivas quando melhoramos os trabalhos aqui da Assembleia. Estamos todos a aprender e aprendemos uns com os outros. Dizer-lhe também que esta Assembleia, que ao contrário de algumas, já bem antigas, não é subserviente – é absolutamente independente, e será até ao final do seu mandato, e enquanto os senhores quiserem. Aqui há independência total e não há subserviência nenhuma em relação à Câmara. Entendo mais: que a nós cabe-nos ser agentes fiscalizadores da Câmara Municipal e é para isto que devemos estar aqui e é por isso que o povo nos elegeu. -----

----- Quería reiterar a todos umas Boas Festas, Feliz Natal, e que para o ano, a gente cá se encontra, com mais ânimo e com mais vontade de trabalhar.”-----

----- Finda a sua intervenção, o Segundo Secretário da Mesa da Assembleia procedeu de seguida à leitura da Acta em minuta. -----

----- Durante a leitura daquela, foi a mesma contestada devido ao ponto

«2. 4 *Análise e deliberação sobre “LIMPEZA URBANA DA VILA DE MOGADOURO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS 2006 E 2007”*» por não terem entendido se a repartição de Encargos era para ser feita pelos anos de dois mil e seis e dois mil e sete, conforme constava na convocatória desta Assembleia, ou se eram repartidos pelos anos de dois mil e seis, dois mil e sete, dois mil e oito, dois mil e nove, dois mil e dez e dois mil e onze de acordo com o Mapa da Repartição de Encargos apenso à Informação do Gabinete Técnico Jurídico da Câmara Municipal de Mogadouro e que acompanhava a respectiva Certidão. -----

----- Foi esclarecido que, no Fax enviado pelos competentes serviços administrativos da Câmara Municipal, onde eram elencados os assuntos a tratar nesta sessão da Assembleia Municipal, com fim à elaboração da Ordem de Trabalhos para esta Sessão Ordinária, e que precedeu o envio dos respectivos documentos, houve, por parte daqueles serviços, um lapso de redacção, na qual referia a *Repartição de Encargos* pelos anos de dois mil e seis e dois mil e sete, conforme cópia que se encontra arquivada juntamente com os restantes documentos. Contudo, conforme consta dos documentos enviados aos senhores Deputados Municipais, e também da intervenção do senhor Vereador António Pimentel, em representação da Câmara Municipal, e que se encontra transcrita na presente acta, o que é para valer, e que nesse sentido se aprovou, é a **REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA LIMPEZA URBANA DA VILA DE MOGADOURO PELOS ANOS DE DOIS MIL E SEIS, DOIS MIL E SETE, DOIS MIL E OITO, DOIS MIL E NOVE, DOIS MIL E DEZ E DOIS MIL E ONZE.** -----

----- Esclarecido este assunto, e tendo a aprovação de todos os membros presentes nesta Assembleia, procedeu-se de seguida à votação da Acta em Minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- Às dezasseis horas e trinta e cinco minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Elisa Pereira Contente Castro Felgueiras, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

O Presidente da Assembleia Municipal

(1)

(1) Esta Acta é constituída por 38.164 palavras, distribuídas por 78 páginas e 3.354 linhas